UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-graduação em Ciência Política

Dissertação de Mestrado

As mulheres militares da MINUSTAH (2004-2017): uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti

Jordana Foiatto

Pelotas
2019

Jordana Foiatto

As mulheres militares da MINUSTAH (2004-2017): uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Luciana Maria de Aragão Ballestrin

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

F659m Foiatto, Jordana

As mulheres militares da Minustah (2004-2017) : uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti / Jordana Foiatto ; Luciana Maria de Aragão Balestrini, orientadora. — Pelotas, 2019.

147 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Gênero. 2. Operações de manutenção da paz. 3. Segurança internacional. 4. Nações Unidas. 5. Mulheres militares. I. Balestrini, Luciana Maria de Aragão, orient. II. Título.

CDD : 327

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Jordana Foiatto

As mulheres militares da MINUSTAH (2004-2017): uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 03/05/2019

Banca examinadora:

_____

Drª. Luciana Maria de Aragão Ballestrin (Orientador)
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

_____

Drª. Rosangela Marione Schulz
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Drª. Fernanda de Moura Fernandes
Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Brasília

Dedico este trabalho aos meus pais e a todos aqueles que, de alguma forma, lutam pela desconstrução dos estereótipos de gênero

AGRADECIMENTOS

Agradeço a força criadora do Universo pela oportunidade de estar aqui e agora. Agradeço a minha família, pois sem o seu suporte e amor incondicional nada disso seria possível. De igual modo, agradeço aos meus amigos irmãos que estiveram sempre presentes, prestando todo incentivo necessário, principalmente nos momentos mais desafiadores dessa jornada.

Agradeço a minha estimada orientadora, aos meus professores, aos meus queridos colegas, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, à Universidade Federal de Pelotas e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, por meio das contribuições realizadas por toda população brasileira, financiou a execução dessa pesquisa.

Especialmente, agradeço às militares entrevistadas pela confiança, prontidão e gentileza. Agradeço também ao Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil pela receptividade e atenção.

RESUMO

FOIATTO, Jordana. **As mulheres militares da MINUSTAH (2004-2017): uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti.** 2019. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar a inserção da perspectiva de gênero, recomendada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos processos de capacitação das tropas enviadas para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2017. Para tanto, observou-se a participação das militares brasileiras que estiveram em campo nesse período. O silenciamento que permeia as narrativas das mulheres nos diversos âmbitos da Segurança Internacional é o que motiva este estudo. Como arcabouço teórico, optou-se pela teoria feminista de Relações Internacionais, uma vez que a mesma emprega o gênero como categoria analítica. Sendo a metodologia de abordagem essencialmente qualitativa, foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: documental, observação e entrevista. A dissertação demonstrou que a inserção da perspectiva de gênero no treinamento dos contingentes brasileiros para as missões de paz ainda é demasiada incipiente. Além disso, confirmou-se a hipótese de que o foco dessa capacitação, baseada nas questões de gênero, esteve voltado para tratamento das mulheres locais. A partir disso, evidenciou-se que, durante os treinamentos que transcorreram ao longo de treze anos, a questão do empoderamento das mulheres militares foi levantada somente nos últimos contingentes. Foi possível observar também que essa falta de estímulo garantiu a manutenção da hierarquia de gênero que configura as organizações militares – espaços masculinizados por excelência – a partir da reprodução de estereótipos baseados no gênero. Ficou latente que, para ampliar o campo de possibilidades das militares brasileira, é necessário que as mesmas sejam reconhecidas como protagonistas capazes de desempenhar qualquer papel.

Palavras-chave: Gênero; Operações de Manutenção da Paz; Segurança Internacional; Organização das Nações Unidas; Mulheres militares.

ABSTRACT

FOIATTO, Jordana. **The Military Women of MINUSTAH (2004-2017): an analysis of the introduction of the gender perspective in the training and action of brazilian troops in Haiti.** 2019. 142f. Thesis (Master degree in Political Science) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

The objective of this work is to analyze the insertion of the gender perspective, recommended by the United Nations Security Council, in the training of troops sent to the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) between 2004 and 2017. For this, it was observed the participation of brazilian military women who were in the field during this period. The silencing that permeates the narratives of women in the various spheres of International Security is the biggest motivation for this study. As a theoretical framework, it was opted for the feminist theory of International Relations, since its theory employs gender as an analytical category. Being the methodology of approach essentially qualitative, the following research techniques were used: documentary, observation and interview. The dissertation has shown that the insertion of the gender perspective in the training of brazilian contingents for peacekeeping missions is still too incipient. In addition, the hypothesis that the focus of this training, based on gender issues, was aimed at the treatment of haitian woman was confirmed. From this, it was evidenced that, during the trainings that took place in those thirteen years, the question of the empowerment of the military women was raised only in the last contingents. It was also possible to observe that this lack of stimulus guaranteed the maintenance of the gender hierarchy that configures military organizations - male spaces par excellence - from the reproduction of gender-based stereotypes. It was latent that, in order to expand the possibilities field of the brazilian military women, it is necessary that they must be recognized as protagonists capable of playing any role.

Keywords: military women; gender; international security; Multidimensional Peacekeeping Operation; United Nations;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH: 2007-2017..... 108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais Resoluções da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança”..... 63
Tabela 2 Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas..... 72
Tabela 3 Admissão de Mulheres nas Academias Militares das Forças..... 72
Tabela 4 Evolução dos Efetivos de Mulheres nas Forças 2004-2014..... 73

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AFA	Academia da Força Aérea
AG	Assembleia Geral
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
CAFRM	Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da Marinha
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CFOAV	Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFRA	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
CIOpPaz	Centro de Instruções de Operações de Paz
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EB	Exército Brasileiro
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EsAEX	Escola de Administração do Exército
EsPCEx	Escola Preparatória de Cadetes do Exército
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
FTGS	Teoria Feminista e Estudos de Gênero
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
ISA	Associação de Estudos Internacionais
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da defesa
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti

MPS	Mulheres, Paz e Segurança
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMP	Operações de Manutenção da Paz
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAGI	*Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women*
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei de Iniciativa da Câmara
PNA	Plano Nacional de Ação
QCO	Quadro Complementar de Oficiais
QFG	Quadros Femininos de Graduados
QFO	Quadros Femininos de Oficiais
RI	Relações Internacionais
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNSCOB	Comitê Especial das Nações Unidas nos Balcãs
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WILPF	*Women's International League Of Peace And Freedom*

SUMÁRIO

Introdução **9**

1. Revisão da literatura contemporânea sobre Gênero e Segurança Internacional **17**

1.1 A ascensão da Teoria Feminista nas RI: principais debates, contribuições e agendas de pesquisa **17**

1.2 Gênero, guerra e paz: a construção das masculinidades e feminilidades no âmbito da Segurança Internacional **27**

1.3 A aplicação do gênero como categoria de análise nas organizações militares e missões de paz da ONU: reprodução de essencialismos identitários **38**

2. A incorporação das militares brasileiras nas FA e os efeitos da aprovação da Agenda MPS no cenário nacional: uma análise descritiva **49**

2.1 A inserção institucional e oficial da perspectiva de gênero no âmbito das missões de paz da ONU **49**

2.2 A participação das mulheres nas Forças Armadas do Brasil: histórico e dinâmicas internas de incorporação **61**

2.3 Em contraste com a prática: as políticas onusianas e a dinâmica interna de incorporação das brasileiras nas missões de paz **72**

3. As militares brasileiras em ação: particularidades da carreira militar, da capacitação com base na perspectiva de gênero e da atuação na MINUSTAH **84**

3.1 Carreira e profissionalização: analisando diferentes perspectivas **84**

acerca da atuação das militares no Exército brasileiro

3.2 A perspectiva de gênero nos treinamentos promovidos pelo CCOPAB: a aplicabilidade dos estímulos internacionais **95**

3.3 A experiência das profissionais em campo: uma análise sobre a participação das brasileiras na MINUSTAH **106**

Considerações Finais **121**

Referências **126**

Anexos **136**

Introdução

Desde sua criação, a Organização das Nações Unidas (ONU)[1] se posiciona pela igualdade de direitos entre homens e mulheres através do princípio da não discriminação presente em sua Carta de Fundação. Segundo este documento, "as Nações Unidas não farão restrições contra à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários" (ONU, 1945). Assim, analisando o conteúdo da Carta (1945), é possível afirmar que – pelo menos em tese – a ONU defende o reconhecimento dos indivíduos por suas características particulares e, não, pelos atributos associados a um determinado grupo.

Evidencia-se o emprego recorrente, nos discursos onusianos, do termo "Igualdade de Gênero" que, de acordo com os princípios da Carta da ONU, se refere aos direitos, às responsabilidades, e às oportunidades iguais para homens e mulheres, meninos e meninas, pautados na ideia de justiça e na luta contra discriminação, com foco no indivíduo (REBELO, p. 35). Segundo Tamya Rebelo (2011, p. 37), tal expressão fundamenta duas estratégias no âmbito da organização: (i) Equilíbrio de Gênero e (ii) Integração de Perspectivas de Gênero[2]. A primeira estratégia diz respeito ao intuito de alcançar a representação equitativa entre homens e mulheres em todos os cargos associados à organização. Já a segunda estratégia – que envolve um conceito-chave para esta pesquisa, a "perspectiva de gênero"[3] – não conta com uma definição tão objetiva, pois ainda não há um consenso sobre tal terminologia. Ainda assim, apesar da falta de assertividade

---

[1] A Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada em 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial. Os países considerados vencedores deste conflito acreditavam que a instituição seria responsável por garantir a paz e a segurança internacional. Diante disso, para o presente trabalho, é importante salientar o capítulo VI e VII da Carta de Fundação das Nações Unidas, os quais versam sobre "soluções pacíficas de controvérsias" e "ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão", os quais caracterizam as operações de paz. Em alguns casos o Conselho de Segurança autoriza, em conformidade com o Capítulo VII, o uso de força militar em algumas intervenções, isso ocorre quando as vias pacíficas são consideradas insuficientes para resolução de conflitos. Assim, enquanto o Capítulo VI aborda a solução pacífica de controvérsias por meio de negociação, mediação e arbitragem; o Capítulo VII se ocupa de medidas coercitivas e do uso coletivo da força. As Missões de Manutenção da Paz (OMP) se encontram no meio desses dois extremos, por isso o antigo secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, juntamente com Lester Pearson, cunhou o termo informal "Capítulo VI e meio" para descrever o desenvolvimento e a prática das operações que utilizaram grupos de observadores militares.

[2] *Gender Mainstream*, em inglês.

[3] Tendo em vista a falta de consenso sobre tal conceito, é possível identificar várias nomenclaturas para a mesma expressão, assim como: transversalidade ou transversalização de gênero; transversalização do enfoque ou perspectiva de gênero; perspectiva ou enfoque integral de gênero (REBELO, 2013).

conceitual, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), define a estratégia de “Integração de Perspectivas de Gênero” ou “*Gender Mainstreamig*” como um:

> processo de avaliação das implicações para homens e mulheres de qualquer ação planejada, inclusive leis, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer com que os interesses e as experiências de homens e mulheres sejam levados em consideração no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais de modo que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue. (UNITED NATIONS, 2002, p. v)[4]

Diante disso, atenta-se para a existência de mandatos intergovernamentais explícitos sobre a incorporação da perspectiva de gênero desde as primeiras conferências das Nações Unidas no México em 1975. O início desse processo acontece paralelamente à intensificação do movimento feminista no ocidente – a partir da década de 1970 – e, também, diante da decisão da Assembleia Geral[5] (AG) de declarar o ano de 1975 como o “Ano Internacional das Mulheres”. Por conseguinte, a instituição passa a promover uma série de conferências com intuito de fomentar o debate internacional sobre o direito das mulheres de modo geral. Todavia, as discussões sobre a inclusão da perspectiva de gênero no campo das intervenções da ONU foram praticamente inexpressivas até o fim da Guerra Fria (1945-1991).

Ressalta-se que no decorrer da Guerra Fria, as Operações de Manutenção da Paz (OMP)[6] – arquitetadas pela ONU e seus Estados-membros – abrangiam um espaço limitado de ação quando comparadas com as missões de paz contemporâneas. Foi somente a partir do término da Guerra Fria – e das mudanças no sistema internacional como um todo –, que as OMP passaram a incorporar características e funções mais amplas e diversas[7]. De igual modo, ao findar do

---

[4] Tradução própria.

[5] A Assembleia Geral da ONU é o principal órgão deliberativo da ONU. É a partir dela que todos os Estados-Membros da Organização (193 países) se reúnem para discutir os assuntos que afetam a vida de todos os habitantes do planeta. Na Assembleia Geral, todos os países têm direito a um voto, ou seja, existe total igualdade entre todos seus membros. (ONU, 2019)

[6] A operação de manutenção da paz pioneira da ONU foi estabelecida em 1948, na primeira guerra árabe-israelense. Desde então, as missões são comandadas pelo “Departamento de Operações de Manutenção da Paz” (DPKO), o qual foi oficializado somente em 1992, enquanto Boutros Boutros-Ghali ocupava o cargo de secretário geral da organização. Essas operações podem ser compostas por vários elementos, incluindo um componente militar que pode ser armado ou não; um componente policial; e componentes civis que são responsáveis por uma ampla variedade de tarefas.

[7] Por conta da mudança do conceito de “Operações de Manutenção da Paz” que acompanhou a transformação na dinâmica dos conflitos internacionais, as missões anteriores a 1989 são definidas

conflito bipolar, a ONU também passou a incentivar, de fato, a incorporação das mulheres nos processos de mediação de conflitos (IZZO, 2007).

Nesse contexto, iniciou-se a incorporação gradual das questões de gênero no âmbito das OMP. A Declaração de Pequim – resultado da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, de 1995, e marco da interseccionalização da agenda de gênero – é referência nesse processo, pois, a partir dela, fica explícito que o objetivo de alcançar a paz deveria estar estritamente ligado com os esforços para a garantia da igualdade de gênero. Como resultado, a partir da elaboração da Plataforma de Ação[8] de Pequim, a ONU define que o "*gender mainstreaming"* seria a maior estratégia global, em todos os tipos de atividades, para assegurar a incorporação de perspectivas de gênero em todas as áreas do desenvolvimento social e na promoção da igualdade de gênero (OSAGI, 2001).

Assim, em decorrência da Plataforma de Ação de Pequim, o Conselho de Segurança[9] das Nações Unidas (CSNU) adotou em 2000, a Resolução 1.325 – também conhecida como Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) – que é considerada, ainda hoje, uma das maiores medidas de incentivo para o aumento da participação das mulheres nas operações de paz. Tal resolução reconhece a contribuição das mulheres para paz, reafirma seu papel na prevenção e na resolução dos conflitos e defende a inclusão da identidade de gênero nas OMP. É imprescindível ponderar a adoção posterior de outras resoluções pelo CSNU que reiteram a importância da participação das mulheres nesses espaços.

Ressalta-se que a ONU aborda a questão de gênero nas operações de paz de dois modos diferentes. Uma trata do relacionamento dos soldados com a comunidade local, a outra se refere à inclusão de mulheres e sua maior participação nas missões de paz. Devido à complexidade do assunto e, tendo em vista o objeto

---

como "tradicionais" ou de "primeira geração", enquanto as posteriores a esse período são reconhecidas como "multidimensionais", "de segunda geração" ou "ampliadas". Recentemente, novos termos foram cunhados – "multinacionais", "multilaterais" e "multiculturais" – para descrever mais adequadamente as operações atuais (JIMÉNEZ, 2012).

[8] Tal plataforma foi aprovada em 1995, em decorrência da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre mulheres. Essa plataforma funciona como um programa de ação política, a nível global, a favor da igualdade de gênero.

[9] O Conselho de Segurança é o órgão da ONU responsável pela paz e segurança internacionais. Ele é formado por 15 membros: cinco permanentes, que possuem o direito a veto – Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China – e dez membros não-permanentes, eleitos pela Assembleia Geral por dois anos. Este é o único órgão da ONU que tem poder decisório, isto é, todos os membros das Nações Unidas são obrigados a aceitar e cumprir as decisões do Conselho.

de análise da presente pesquisa, considerou-se mais viável e oportuno trabalhar somente com o segundo enfoque.

Nesse contexto, apresenta-se que, de acordo com dados oficiais disponibilizados pela ONU, em 1993, apenas 1% do contingente militar era composto por *peacekeepers*[10] mulheres; em contrapartida, no ano de 2014, as mulheres correspondiam a 3% do contingente militar total e 10% da equipe policial (UN, 2019). Além disso, segundo dados oficiais mais recentes, as missões de paz ativas, em 2017, contavam com a atuação de 7682 mulheres – destas, 4059 (52,83%) *peacekeepers* e 3623 (47,16%) civis. No mesmo ano, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) dispunha da atuação de 591 (7,69%) mulheres desse total (Ibid).

A MINUSTAH[11], considerada uma das maiores Operações de Paz da ONU, foi criada a partir da Resolução 1.529 (2004) em resposta à crise política e institucional no Haiti, após a renúncia do presidente Jean-Bertrand Aristide em 2004. Nesta ocasião, o Brasil era membro não-permanente do CSNU e, seguindo sua linha de política externa, o mesmo se propôs a encontrar soluções pacíficas para a crise haitiana.

Nesse contexto, tendo em vista a liderança regional do Brasil nesta missão, em 2005, criou-se o Centro de Instruções de Operações de Paz (CIOpPaz) para treinamento dos contingentes brasileiros enviados para as OMP, o qual foi convertido em Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil[12] (CCOPAB) em 2010. Assim, o CCOPAB foi estruturado para apoiar a preparação dos militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para operações de paz (CCOPAB, 2019, s/p). Atenta-se para o fato de que o CSNU estimula os Estados-membros a elaborar Planos Nacionais de Ação (PNA), para que os mesmos estabeleçam suas próprias estratégias, recursos e atores-chave para a implementação da Agenda MPS (CCOPAB, 2017). Sendo assim, o CCOPAB é responsável por introduzir e delinear a perspectiva de gênero na capacitação de seu pessoal.

---

[10] Os *peacekeepers* compõem o *staff* das operações de paz organizadas pela ONU. São pessoas enviadas de diversos lugares do mundo e, por isso, de culturas muito distintas. A atuação dos *peacekeepers* envolve o comprometimento dos contingentes para manter e restaurar a paz e a segurança. Eles têm como propósito comum proteger os mais vulneráveis e garantir suporte para os países na transição do conflito para a paz (UN, 2018).

[11] *Mission des Nations Unies pour La Stabilisation en Haiti*, tradução própria.

[12] Também conhecido como Centro Sérgio Vieira de Mello.

Diante do processo de invisibilização da atuação das mulheres nos mais diversos cenários da segurança internacional, o objetivo desta dissertação consistiu em analisar a participação das militares brasileiras que estiveram na Missão para Estabilização do Haiti, entre 2004 e 2017. Salienta-se que, por conta de limitações de tempo, espaço e disponibilidade das militares, foram entrevistadas cinco profissionais. Tendo isso em vista, faz-se fundamental frisar que os relatos obtidos nessa dissertação são importantes, uma vez que propiciam um conhecimento mais detalhado sobre a realidade dessa participação. Mesmo assim, ressalta-se que cada experiência é única e, por isso, não houve a intenção de generalizar o que ocorre, de modo geral, na prática, a partir dessas vivências em específico. Nesse sentido, procurar-se-á responder: como a noção de "perspectiva de gênero", relativa à inclusão das mulheres e sua maior participação na MINUSTAH, foi adotada na capacitação das tropas desenvolvida pelo CCOPAB? Parte-se da hipótese de trabalho de que, apesar da existência de incentivos institucionais, a abordagem da perspectiva de gênero, no Brasil, não estimula o protagonismo das mulheres militares nas OMP.

A presente pesquisa justifica-se pela importância da MINUSTAH em diversos níveis – global, regional e nacional –, pelo papel do Brasil como líder dessa operação e, também, pela participação de mulheres brasileiras na missão – como militares, policiais e civis. Dessa forma, objetiva-se investigar, a partir da experiência de algumas profissionais brasileiras que serviram no Haiti, como se deu a inserção da perspectiva de gênero no treinamento viabilizado pelo CCOPAB que, por sua vez, diz respeito ao universo de pesquisa.

O objetivo primordial dessa pesquisa, então, consiste em analisar a inserção da perspectiva de gênero, recomendada pelo CSNU, nos processos de capacitação para a MINUSTAH, realizados pelo CCOPAB, de acordo com a experiência das mulheres brasileiras. Além disso, a pesquisa conta com os seguintes objetivos específicos: (i) compilar, examinar e categorizar os documentos, informes e dados oficiais da ONU relativos à inserção da perspectiva de gênero no treinamento dos *peacekeepers*; (ii) elaborar um panorama sobre a situação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras e, consequentemente, sua participação nas missões de paz que contam com o apoio brasileiro; (iii) verificar o treinamento oferecido pelo CCOPAB e a participação das mulheres brasileiras na MINUSTAH por meio de suas

experiências particulares que serão assimiladas, principalmente, através de entrevistas.

No que tange à metodologia, o teor desta pesquisa tende a ser essencialmente qualitativo, já que não serão aplicados procedimentos estatísticos ou qualquer outro tipo de quantificação. Ademais, utilizar-se-á três técnicas de pesquisa: documental, observação e entrevista. A primeira servirá tanto para analisar materiais e dados confiáveis já produzidos pela academia, bem como será utilizada para revisar documentos importantes para variável de gênero. Nesse sentido, quanto à revisão da literatura, o principal embasamento escolhido para amparar tal problemática é a produção teórica feminista contemporânea[13] de Relações Internacionais (RI)[14], respeitando – na medida do possível – a diversidade de suas vertentes. Selecionar-se-á, principalmente, obras e artigos que versam sobre: feminismo e segurança internacional; inclusão de mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas; participação de mulheres nas operações de paz da ONU de modo geral; participação das mulheres brasileiras na MINUSTAH; a MINUSTAH e suas particularidades; entre outros.

Acerca da análise documental, de conteúdo, a mesma envolverá uma análise textual das Resoluções do CSNU ligadas ao tema, dos informes do CCOPAB; informes e/ou documentos do Ministério da Defesa (MD) e Ministério das Relações Exteriores (MRE); relatórios oficiais para coleta de dados; e dos documentos e informes do Departamento de Operações de Manutenção da Paz. Tal técnica de pesquisa será aplicada tanto para avaliar como a ONU se posiciona em relação à participação das mulheres nas Operações de Paz quanto para traçar um panorama geral sobre a adesão e participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Os dados secundários obtidos através da técnica documental garantirão o suporte necessário para este trabalho.

Portanto, a partir do embasamento teórico e da análise dos materiais selecionados, a elaboração do panorama sobre a entrada e a situação das mulheres nas Forças Armadas do Brasil será imprescindível, tendo em vista que isso reflete diretamente na participação das brasileiras nas operações de paz. Assim, será

---

[13] Entende-se por produção teórica feminista contemporânea, todo o material produzido pelas autoras a partir da década de 1980, década do terceiro debate nas RI.

[14] Mesmo considerando a produção teórica feminista das Relações Internacionais como o principal embasamento teórico para esta pesquisa, é possível que haja a utilização de teorias feministas de outras áreas do conhecimento. Afinal, afirma-se que o feminismo na RI é multidisciplinar, pois sua fonte pode ser tanto as ciências naturais e humanas, como a filosofia.

possível seguir para a investigação mais específica acerca das profissionais brasileiras que receberam a capacitação, junto ao CCOPAB, para integrar às tropas enviadas ao Haiti entre 2004 e 2017.

Os passos seguintes consistem na observação não-participante – no CCOPAB – e nas entrevistas, tais procedimentos permitirão a obtenção de dados primários. Desse modo, faz-se necessário ressaltar que a observação não participante se dá quando o observador não se integra necessariamente ao espaço estudado. Segundo Chauvin e Jounin (2015), a observação não participante permite ao pesquisador uma dedicação exclusiva à coleta de dados. Sendo assim, esta técnica, então, foi fundamental durante a visita ao CCOPAB, pois toda e qualquer observação do que estiver acontecendo nessa esfera foi importante para o presente trabalho.

As entrevistas semi-estruturadas com as profissionais brasileiras que estiveram no Haiti e, consequentemente, a curiosidade sobre seus pontos de vista, foram, de igual modo, essenciais para o desenvolvimento dessa dissertação. Levando isso em consideração, concorda-se com a visão de uma das teóricas feministas mais importantes na área de RI, Cynthia Enloe (1989), a qual defende que a experiência de vida das mulheres deve ser central para as análises feministas da área.

Logo, a partir do tema “mulheres nas operações de paz”, considera-se como objeto de pesquisa, a inserção da perspectiva de gênero pelo CCOPAB na capacitação dos contingentes brasileiros para a MINUSTAH. Portanto, para cumprir com os objetivos propostos neste trabalho, a estrutura da presente dissertação será dividida em três capítulos onde serão apresentados os principais eixos que definem a literatura contemporânea sobre Gênero e Segurança Internacional, uma breve descrição sobre os mecanismos internacionais e nacionais para incorporação das mulheres nas questões de segurança e, finalmente, a análise acerca da introdução da perspectiva de gênero na capacitação oferecida pelo CCOPAB.

O primeiro capítulo apresentará uma revisão da literatura contemporânea sobre Gênero e Segurança Internacional, cuja principal base consistirá nas contribuições teóricas feministas das RI. Inicialmente, abordar-se-á o processo de entrada e de ascensão da teoria feminista no seio da disciplina. Em seguida, será evidenciada a relação dos estudos de gênero com as questões de guerra e paz. Desse modo, as principais abordagens teóricas empregadas neste capítulo dirão

respeito às produções de Elshtain (1987), Connell (1987; 2000; 2009) Enloe (1989), Tickner (1992; 1997; 2001), Pettman (1996; 2004), Goldstein (2001), Skjelsbæk e Smith (2001), Sylvester (2004), Cohn, Hill e Ruddick (2005), Duncanson (2007; 2009), Parpart e Zalewski (2008), Carreiras (2006; 2009), Mathias (2009), Peterson (2010), Sjoberg e Via (2010), entre outras.

Já o segundo capítulo versará sobre os mecanismos e incentivos internacionais, bem como domésticos, voltados a introdução da perspectiva de gênero nas OMP. Ademais, também descreverá os aspectos evolutivos, históricos e institucionais presentes em ambas esferas analisadas. Far-se-á, então, uma investigação documental sobre a perspectiva de gênero elaborada no âmbito da ONU e, na sequência, será introduzida a questão da participação das mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Tal estrutura irá viabilizar a pesquisa acerca do contraste entre as políticas onusianas e a dinâmica interna de incorporação das profissionais brasileiras nas missões de paz.

Finalizando com o terceiro capítulo que teve como foco a investigação sobre a aplicação da perspectiva de gênero na capacitação realizada pelo CCOPAB, a partir da experiência das mulheres brasileiras que atuaram no Haiti entre 2004 e 2017. Aqui, serão apresentados os pormenores da MINUSTAH para que, assim, seja possível analisar os dados primários obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas coletadas durante a pesquisa.

Logo, com intuito de contribuir para o conjunto de pesquisas brasileiras sobre as questões de gênero presentes na MINUSTAH[15], será fundamental levar em consideração a visão das profissionais brasileiras sobre a introdução da perspectiva de gênero na capacitação empregada pelo CCOPAB; já que, tradicionalmente, a história da segurança internacional foi contada primordialmente por homens, contribuindo para que a atuação das mulheres permanecesse praticamente invisível nesse contexto.

[15] É possível dizer que o presente objeto de análise é pouco explorado pelos acadêmicos brasileiros, contudo, independente disso, há trabalhos pioneiros que se destacam nessa temática, como, por exemplo, Tardin (2016), Giannini (2014) e Rebelo (2011).

Capítulo 1 - Revisão da literatura contemporânea sobre Gênero e Segurança Internacional

1.1 A ascensão da Teoria Feminista nas RI: principais debates, contribuições e agendas de pesquisa

A disciplina de RI surge logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em 1919. Tendo em vista o contexto político da época de sua fundação, o impulso para criação de tal disciplina encontrou respaldo no desejo dos estudiosos de encontrar meios para prevenir a eclosão de novas guerras, assim como de ir além de análises historicistas e do direito internacional para explicar os fenômenos característicos da política internacional. Nesse sentido, as questões de segurança – desde os primórdios das RI – estão entre as principais temáticas abordadas na área.

Desde sua fundação, essa disciplina foi palco de debates intensos em torno dos principais temas que seriam abordados, bem como das metodologias mais adequadas para realizar as análises na área. Sendo assim, o Primeiro Debate disciplinar ocorreu entre 1930 e 1940 quando os teóricos da corrente realista passaram a criticar os chamados “idealistas" por sua visão otimista quanto à possibilidade de cooperação na política internacional através de acordos legais e instituições internacionais (TICKNER, 2001, p. 9). Quando os ideais da segurança coletiva, sustentados pelos defensores do idealismo[16], se mostraram falhos na prevenção de novos conflitos internacionais, a corrente realista passa a predominar a produção de conhecimento na área.

Entre 1950 e 1960, a “revolução científica” nas RI foi inaugurada pelo chamado Segundo Debate que se deu entre os realistas clássicos e estudiosos com maior orientação científica; estes novos teóricos[17] apostaram na aplicação de métodos extraídos das ciências naturais e da economia para construção de suas teorias (Ibid, p. 23). Nesse contexto, buscou-se renovar os preceitos básicos da disciplina, com intuito de alcançar um maior rigor científico nas análises. Tendo isso em vista, os

[16] A corrente realista surge em contraposição ao idealismo, principalmente nos Estados Unidos. O principal nome dessa tradição foi o presidente estadunidense Woodrow Wilson.
[17] Neorrealistas, behavioristas, institucionalistas liberais, entre outros.

novos teóricos optaram pelo emprego da ciência positivista[18], bem como pela aplicação da teoria dos jogos e dos modelos de escolha racional como embasamento metodológico para suas pesquisas. Nesse novo mundo das RI, os físicos se tornaram o modelo exemplar – embora difícil de imitar – da pesquisa positivista (SYLVESTER, 2001, p. 6).

A emergência da Guerra Fria, caracterizada pela disputa entre Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), bem como o desenvolvimento de armas nucleares, estimulou novos debates em torno das questões de segurança internacional. Contudo, a intensificação da interdependência – resultante do processo de globalização – e o enfraquecimento da disputa entre esses dois países culminaram em uma série de mudanças na estrutura teórica das RI. Nesse contexto, a disciplina deixa de ter como foco exclusivo as questões de segurança, abordadas pelo realismo, para incluir assuntos tradicionalmente liberais, tais como economia política internacional, desenvolvimento econômico, direitos humanos, atores não-estatais e sociedade civil (RUIZ, 2004).

Ao findar da Guerra Fria e, como resultado, das inúmeras mudanças no cenário internacional, nota-se um desequilíbrio na balança de poder entre as duas principais correntes teóricas da disciplina – realismo e liberalismo –, as quais já não pareciam ser capazes de explicar as nuances e características particulares das "novas guerras" – os conflitos intraestatais[19]. Segundo Tickner (1992, p. 16), embora, frequentemente, os novos conflitos envolvessem pelo menos uma das grandes potências, a maioria não ocorreu para proteger fronteiras, mas, sim, por conta de questões étnicas ou religiosas, de identidade ou de libertação nacional[20].

Diante disso, o fim da década de 1980 torna-se um marco, pois é nesse momento que a teoria crítica[21] ganha força na área, começando um processo de

---

[18] "Amplamente definida como positivista, essa virada científica representa a criação de um conhecimento baseado em quatro premissas: (1) a crença na unicidade da ciência – ou seja, as mesmas metodologias podem ser aplicadas no mundo natural e social; (2) a existência da distinção entre fatos e valores, sendo os fatos considerados neutros entre as teorias; (3) o mundo social tem regularidades como o mundo natural; e (4) o modo para determinar a verdade das afirmações é apelando para fatos neutros ou para uma epistemologia empiricista" (TICKNER, 2001, p. 24).

[19] Essas novas guerras são descritas como "internas", "guerras civis" ou "conflitos de baixa intensidade" por grande parte da literatura sobre o tema. Contudo, faz-se imprescindível notar que esses eventos envolvem uma miríade de conexões transnacionais e, por isso, as distinções entre interno e externo, entre agressão e repressão, até entre local e global, são difíceis de serem sustentadas (KALDOR, 1999, p. 2).

[20] Tradução própria.

[21] A teoria crítica situada dentro do paradigma neomarxista – concorrente do estruturalismo – tornou-se a candidata britânica para ala radical das RI. Tal corrente colocou-se contra o pós-modernismo

abertura que, mais tarde, facilitaria a introdução de novas formas de conhecimento além daquelas tradicionais[22]. Nesse contexto, inicia-se o chamado Terceiro Debate (Lapid, 1989) – ou Debate Interparadigmático – que viabilizou o surgimento das teorias pós-positivistas[23], gerando uma contraposição importante às análises de cunho positivista que, até o momento, dominavam o campo. Tal debate forçou os cânones do realismo e positivismo "americo-eurocêntricos" a defender o direito de definir os panoramas das relações internacionais e estabelecer as ferramentas epistemológicas necessárias para analisá-las (SYLVESTER, 2001, 6). De acordo com Rebelo (2011, p. 22), o pós-positivismo resgata a possibilidade de múltiplas opções teóricas – não necessariamente um campo homogêneo – em detrimento de uma única via apresentada pelo racionalismo.

Nesse sentido, a metodologia pós-positivista pode ser definida como uma crítica à produção teórica tradicional das RI, pois é baseada na busca pela inclusão de variáveis sociais para o desenvolvimento da análise de fenômenos internacionais que, até então, não eram considerados como relevantes pela disciplina. Tendo o uso da linguagem como foco, muitos teóricos pós-positivistas alegam que o conhecimento sobre o sistema internacional chega aos leitores a partir de relatos escritos por aqueles – situados em uma posição de poder favorável – que usam sua produção acadêmica para fins de controle e promoção de seus interesses próprios (ASHLEY e WALKER, 1990 *apud* TICKNER, 1992, p. 20).

Em consonância com o argumento da maioria das teóricas feministas contemporâneas, Tickner (1992, p. 17) aponta que as abordagens pós-positivistas afirmam que todo conhecimento é socialmente construído e está fundamentado no tempo, espaço e contexto social do investigador. Considera-se contundente, então, que as perspectivas feministas contemporâneas de RI tendem a se identificar com a vertente pós-positivista do Terceiro Debate, tendo em vista que a mesma

---

continental/norte-americano e foi responsável por aplicar esforços habermasianos com intuito de completar o projeto moderno, através da criação de componentes sociais para um mundo pós-Westphaliano. Ademais, promoveu interpretações gramscianas de hegemonia e luta anti-hegemônica (SYLVESTER, 2001, p. 5).

[22] Cabe lembrar o trabalho da escritora canadense, Sandra Withdraw, que adicionou uma voz feminista na tradição da teoria crítica britânica, através de seus estudos sobre as questões de gênero em organizações internacionais (SYLVESTER, 2001, p. 5).

[23] As teorias pós-positivistas que mais se destacaram na área consistem na teoria crítica, no construtivismo e no pós-mordenismo.

proporcionou maior visibilidade e legitimidade para as questões identitárias[24]. Desse modo, ressalta-se que:

> Apesar das abordagens feministas não estarem conectadas necessariamente com o pós-positivismo, há uma forte ressonância por uma variedade de razões, incluindo um comprometimento com o pluralismo epistemológico assim como com certa sensitividade ontológica. (TICKNER, 1997, p. 619)[25]

A teoria feminista contemporânea[26] de RI é entendida como multidisciplinar, afinal, sua fonte pode ser tanto as ciências naturais e humanas, assim como a filosofia. Considera-se que tal abordagem é amplamente tributária de um arcabouço teórico desenvolvido em outras áreas das ciências humanas (COSTA, SELIS e SOARES, 2009, p. 207). Sendo assim, as feministas da área são diferentemente descritas como radicais, liberais, psicanalíticas, socialistas, pós-coloniais, pós-modernas, pós-estruturalistas, dentre outras; ou seja, apesar do termo "feminismo" ser usado no singular, existe uma gama de vertentes que compõe esta terminologia[27]. Essa diversidade possibilita a teoria, em sua totalidade, de versar sobre um grande conjunto de questões ligadas ao gênero, através de diferentes abordagens que proporcionam conclusões divergentes – contribuindo, assim, para o enriquecimento das análises[28]. Segundo Sylvester (1994):

> O movimento internacional de mulheres contemporâneas estabeleceu a base política e epistemológica na década de 1960; na década de 1980, as feministas eram numerosas o suficiente, confiantes o suficiente, bem como suficientemente intemperizadas, tituladas e publicadas para ter: programas de estudos femininos, especialistas em política e mulheres na equipe, assim como uma série de escritos para consultar e debates internacionais para exibir. (SYLVESTER, 1994 *apud* SYLVESTER, 2001, p. 9)[29]

---

[24] É preciso ter cuidado para não incluir a teoria feminista na caixa do construtivismo – ou qualquer outra – pois é comum que as teóricas feministas deixem de levar os créditos por sua produção autônoma e independente.

[25] Tradução própria.

[26] Ressalta-se a importância da produção teórica feminista em todas as demais áreas, além das Relações Internacionais. Todavia, por questões práticas e por conta da restrição de tempo e espaço para realização desta pesquisa, optou-se por limitar seu marco teórico aos trabalhos feministas desta área em específico, buscando sempre respeitar a sua diversidade de vertentes. Ademais, considera-se como "produção teórica feminista contemporânea" os estudos de gênero, originados na disciplina de RI, a partir da década de 1980.

[27] Optou-se pela aplicação dos vocábulos "feminista" e "feminismo", indistintamente, para todas as categorias que utilizam gênero como categoria de análise fundamental, para que assim, seja possível prezar por contribuições para as diversas vertentes.

[28] Atenta-se para o fato de que as análises feministas na disciplina não se restringem aos estudos da Segurança Internacional, na verdade, essa produção abarca uma ampla diversidade de temas. Contudo, tendo em vista a temática da presente pesquisa, optou-se por dar maior visibilidade às contribuições feministas para os estudos de guerra e paz.

[29] Tradução própria.

Atenta-se para o fato de que mesmo com intensas atividades anti-guerra dos movimentos de mulheres e feministas, na época da criação da disciplina, o entendimento advindo dessas organizações não foi considerado na área. Consequentemente, as políticas de gênero foram excluídas por completo dos estudos internacionais, ganhando maior visibilidade somente a partir de 1990, quando um pequeno grupo de mulheres inaugurou, no âmbito da / (ISA)[30], a seção "Teoria Feminista e Estudos de Gênero" (FTGS)[31]. A criação dessa sessão foi uma alternativa, tendo em vista que os convites das teóricas feministas para diálogos e conversas através dos paradigmas (Keohane, 1989; Peterson, 1992), dificilmente resultaram em debates públicos (TICKNER, 1997, p. 611).

O trabalho de teóricas pioneiras[32] tais como Elshtain (1987) Enloe (1983, 1989, 1993) e Tickner (1992) foi fundamental para introdução dos assuntos de gênero nas questões de paz, conflito e política internacional (SKJELSBÆK e SMITH, 2001, p. 2). Essas estudiosas são responsáveis por iniciar uma nova agenda de pesquisa na disciplina, a qual questiona e critica o foco das narrativas tradicionais, argumentando que "enquanto as hierarquias associadas com classe e raça não forem desmanteladas e as mulheres continuarem sem controle sobre sua própria segurança, um sistema de segurança verdadeiramente compreensivo não poderá ser alcançado" (TICKNER, 1992, p. 24).

Mesmo havendo uma forte resistência quanto à aceitação dos estudos de gênero na disciplina, Jean Elshtain colocou-se em oposição ao que estava sendo produzido na área, na época da publicação de sua obra, *Women and War* (1987). Nesse cenário, a teórica feminista argumentava que as histórias da guerra haviam sido contadas por "fontes aceitáveis" – aceitáveis no sentido de serem associadas aos "Guerreiros Justos" –, na maioria das sociedades, para engajar ou até mesmo começar uma guerra. Enquanto isso, os outros participantes dos conflitos internacionais – os quais ela denomina como "Belas Almas" – não tinham permissão

---

[30] Originalmente conhecida como "*International Studies Association*" (ISA), fundada em 1959, esta é uma das mais antigas associações interdisciplinares dedicada à compreensão de assuntos internacionais, transnacionais e globais.

[31] Originalmente conhecida como "*Feminist Theory and Gender Studies*" (FTGS), fundada em 1990, reúne estudiosos que aplicam a teoria feminista às RI ou investigam no campo através das lentes de gênero. Disponível em <https://www.isanet.org/ISA/Sections/FTGS/About-FTGS>.

[32] Essa primeira onda do feminismo nas RI culminou em várias reações por parte dos demais teóricos. Como Keohane (1989), por exemplo, que tentou incorporar algumas contribuições feministas da sua escolha ao institucionalismo neoliberal.

para exercer sua narrativa sobre as histórias de guerra, em virtude de terem sido escalados para “frente doméstica” e, consequentemente, por serem considerados como “protegidos”, justificando a necessidade dos homens irem para o campo de batalha (SYLVESTER, 2001, p. 4).

Mais além, na obra “*Bananas, Beachs and Bases: Making Sense of International Politics*” (1989), a teórica Cynthia Enloe faz o exercício de teorizar por meio de diferentes bases analíticas, que não as convencionais, para repensar a produção e a construção do conhecimento sobre a política internacional. Nesse livro, a autora instiga seus leitores a olhar para a vida de algumas mulheres – assim como seu papel nas mais variadas camadas da política internacional – a partir do que ela denomina como “curiosidade feminista”. De acordo com Enloe (1989):

> Realizar uma pesquisa de gênero baseada na curiosidade feminista requer que o pesquisador se questione não somente sobre os significados de masculinidade e feminilidade, mas também sobre como esses significados determinam onde estão as mulheres e o que elas pensam sobre sua localização. Conduzir uma análise de gênero feminista requer investigar o poder [...]. (ENLOE, 1989, p. 8)[33]

Diante disso, a proposta de Enloe é que as feministas da área não investiguem somente as mulheres localizadas em altos cargos políticos, mas que também procurem por aquelas mulheres que, através da execução de seu papel, garantiram que o sistema internacional continuasse funcionando. Dessa forma, por meio da elaboração de um novo mapeamento das fronteiras que limitam a disciplina, Enloe se afasta dos assuntos tradicionais das RI, argumentando que “o pessoal é internacional”. Essa afirmação implica que as relações que até então eram consideradas privadas são, na verdade, infundidas por poder e também fazem parte do mundo internacional (ENLOE, 1989, p. 348).

Na sequência, Ann Tickner, em sua obra “*Gender in International Relations*” (1992), trabalhou no núcleo da disciplina para repensar as questões de segurança internacional construídas, até então, pela corrente realista. Desse modo, lançando uma crítica direta ao realismo, Tickner (1992) afirma que o uso de analogias hobbesianas, na teoria de RI, é baseado em uma visão da natureza humana que é estereotipicamente masculinizada e, portanto, não neutra. Além disso, essa perspectiva parcial é tomada pelo realismo como universal, deixando de abarcar aqueles que estão localizados na periferia do sistema internacional, sendo

[33] Tradução própria.

constantemente afetados pelas ações securitárias em nome da “garantia de proteção”. Diante disso, Tickner argumenta que a disciplina é gendrada, já que a mesma marginaliza e exclui a voz das mulheres nas análises convencionais.

O direcionamento da crítica de Tickner à corrente realista justifica-se pelo fato de que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o realismo foi proclamado “vitorioso” nos debates teóricos da disciplina. Com base nesse paradigma clássico, a segurança internacional foi estudada a partir de três níveis de análise: o indivíduo, o Estado e o sistema internacional. Assim, na tentativa de elaborar uma teoria universal sobre as questões de guerra e paz, a produção realista passou a explicar o comportamento estatal a partir de características específicas, as quais são amplamente associadas com a masculinidade, principalmente no ocidente. De acordo com Pettman (1996):

> O significado de “segurança”, para a maioria das mulheres, diverge muito da significação atribuída a esse conceito nas RI. Guerra e paz são assuntos feministas. As mulheres estão localizadas em meios particulares e perigosos, tanto nos discursos sobre guerra quanto nas políticas de guerra do campo em si. Violência, incluindo violência estatal, é frequentemente sexualizada. Os entendimentos feministas e as revisões da segurança não são monolíticos, mas, sim, revelam que guerra e paz são processos gendrados, e sugere estratégias para um mundo mais seguro. (PETTMAN, 1996, p. 62)[34]

Desse modo, é possível perceber que a edificação dos estudos de guerra e paz dependeu da construção de oposições binárias hierárquicas, haja vista que todas as qualidades entendidas enquanto “masculinas” por essência – como, por exemplo, racionalidade, autonomia, força, coragem – foram sobrevalorizadas em comparação com os atributos entendidos como naturalmente “femininos” – irracionalidade, pacifismo, maternidade. Tal visão permitiu que alguns teóricos argumentassem que, por conta da ausência de mulheres nos cargos decisórios da guerra, as mesmas deveriam ser consideradas inerentemente pacíficas (SKJELSBÆK e SMITH, 2001, p. 2).

Ao se distanciarem do foco de estudo das teorias convencionais de RI sobre segurança – as grandes potências do centro –, a maioria das feministas contemporâneas que segue essa linha de pesquisa, objetiva abarcar a experiência

[34] Tradução própria.

de diferentes mulheres para entender as questões de guerra e paz[35]. Segundo essa perspectiva, a captação e análise de tais vivências oferecem novos entendimentos tanto sobre o comportamento estatal, bem como acerca das necessidades individuais, especialmente daqueles que estão localizados na periferia do sistema internacional.

Nesse sentido, a teoria feminista de RI se diferencia das demais produções teóricas, sobretudo por aplicar a variável gênero em suas análises. Grande parte das feministas contemporâneas da disciplina, então, argumenta que o gênero permeia todas as facetas da vida pública e privada, sendo esta uma divisão socialmente construída que é considerada problemática por si só (TICKNER, 1997, p. 614). Cabe salientar que por mais que haja significativas diferenças ontológicas, epistemológicas e no estilo acadêmico adotado pelas diferentes vertentes feministas, essas distinções são pequenas quando comparadas àquelas que diferenciam o feminismo de RI das demais teorias da área (SYLVESTER, 2001, p. 13).

De acordo com Tickner (1997, p. 614), geralmente, nas pesquisas feministas sobre as relações internacionais, a variável "gênero" é empregada em um sentido construtivista social. Desse modo, ao aplicar a categoria analítica "gênero", a teoria feminista contemporânea investiga instituições e normas internacionais para entender as assimetrias nas relações de gênero, as quais influenciam continuadamente a formação de identidades. De acordo com Mathias (2009):

> Gênero é uma categoria desenvolvida nos anos 70, que tem como principal ordenamento social a sexualidade. A categoria descreve as relações entre homens e mulheres inseridos na sociedade contemporânea, cujo traço distintivo é a ideologia individualista, baseada na vigência, ainda que formal, dos princípios de igualdade e liberdade. (MATHIAS, 2009, p. 19)

Diante disso, ressalta-se que o "gênero" constitui-se como conceito-chave para a teoria feminista contemporânea de RI. Ainda hoje, em diversas áreas do conhecimento, esse conceito é entendido e reproduzido como sinônimo de "mulher", culminando na exclusão das demais identidades. Nessas circunstâncias, Joan Scott[36] (1995, p. 75) aponta que o uso do termo "gênero" visa indicar a erudição e a

---

[35] Ressalta-se que as mulheres, geralmente, estão localizadas nas margens da sociedade e das políticas interestatais. Mesmo assim, é necessário considerar os recortes, entendendo a diferença de privilégios que existe em cada contexto.

[36] Joan Scott é uma historiadora estadunidense, pós-estruturalista, que, apesar de não advir exatamente da disciplina de RI, contribui demasiadamente na discussão proposta, tendo em vista que

seriedade de um trabalho, porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. A partir disso, a consequência da integração científica da terminologia gênero, nas ciências sociais, é a dissociação da política do feminismo (Ibid).

Assim, para Scott (1995), o diferencial das teorias feministas consiste na tentativa de desnaturalização dos papeis de gênero, tendo em vista que a codificação gendrada de certos termos pode estabelecer e naturalizar seus significados. Nesse contexto, uma das principais contribuições do feminismo enquanto teoria foi mostrar que as diferenças entre homens e mulheres – sejam elas sociais, culturais, econômicas e, também, no que tange às relações de poder – não são determinadas por fatores biológicos ou naturais. Dessa maneira, segundo Tickner (1997):

> As feministas definem gênero, no sentido simbólico, como um conjunto de características variáveis, mas social e culturalmente construídas – como poder, autonomia, racionalidade e público – que são associadas com a masculinidade a partir de estereótipos. Suas oposições – fraqueza, dependência, emoção e privado – são associadas com a feminilidade. Há evidências que sugerem que tanto as mulheres quanto os homens atribuem valor mais positivo às características masculinas (TICKNER, 1997, p. 614)[37].

Logo, as significações atribuídas ao termo “gênero” – e, consequentemente, as noções de masculinidade e feminilidade – se alteram conforme culturas, corpos, identidades e linguagem. Dessa forma, o “gênero” pode ser definido como um conjunto de discursos que representa, constrói, altera e reforça determinados significados e representações sociais (SJOBERG, 2010, p. 3). Atenta-se para o fato de que a investigação acerca das identidades é fundamental para as teorias que aplicam o gênero como categoria analítica, ao contrário do que acontece nas teorias clássicas das RIs.

Diante disso, como exposto pelas teóricas feministas da disciplina, a sociedade em geral atribui valores desiguais às características masculinas e femininas, por isso, as diferenças entre homens e mulheres são expressas por meio de uma ordem hierárquica de predomínio masculino. É possível perceber tal desigualdade quando uma mulher ocupa um alto cargo de poder, reproduzindo, com o passar do tempo, comportamentos e atitudes consideradas masculinizadas para

---

a mesma traz novas perspectiva aos estudos de gênero, principalmente em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (1995).

[37] Tradução própria.

ter chance de ser ouvida e respeitada no ambiente – comandado por homens – em que está inserida. Segundo Cohn, Ruddick e Hill (2005),

> Todas as culturas são compostas de corpos biológicos de homens e mulheres, mas o significado de "masculino" e "feminino" varia conforme cultura e mudanças ao longo do tempo. Quais os traços de capacidades e personalidades que são esperados de homens e mulheres; quais os tipos de atividades, empregos e papeis familiares que são apropriados para eles; o que significa ser um "homem de verdade" ou uma "mulher de verdade". Tudo isso faz parte do significado cultural dado à diferença biológica (COHN; RUDDICK; HILL, 2005, s/p).[38]

Carol Cohn (1993, p. 228) aponta que ela usa o termo "gênero" para se referir a um sistema simbólico – um discurso organizador central da cultura – que molda não só a maneira como as pessoas entendem e experienciam a si mesmas como homens e mulheres, mas também o modo como outros discursos se reproduzem através da sua interligação. Interessante notar que, nesse sistema, as características humanas são dicotomizadas e dividas em pares com pólos opostos que são supostamente exclusivistas – como, por exemplo, público e privado; lógica e intuição; agressividade e passividade; e assim por diante (Ibid). As demais teorias da área que, por não atentarem para a construção dessas divisões e como elas se naturalizam nos mecanismos da política internacional, excluem de suas análises um sistema simbólico artificial – de tamanha potência – que reverbera nos micros e macros espaços.

Nesse sentido, a análise de gênero atenta para as estruturas simbólicas – inseridas na comunicação social por meio de discursos, leis e vocabulários –, pois as mesmas são responsáveis pelo entendimento do gênero a partir de oposições simbólicas, reforçando ainda mais as dicotomias que envolvem essa temática. Assim, de acordo com Ferreira (1996):

> Os sistemas de gênero, que estruturam as relações sociais, indicam uma relação de poder na qual a mulher ocupa o âmbito do privado (a casa) e o homem o âmbito do público (a praça) e, por isso, o feminino indica sempre uma relação – a mulher é mãe, esposa, irmã –, enquanto o masculino indica um status – o homem é militar, político, caçador (FERREIRA, 1996, p. 52-54 *apud* MATHIAS, 2009, p. 19).

Nesse sentido, é imprescindível considerar que homens e mulheres não são apenas papeis, são narrativas que informam nossa experiência e identidade. Assim, sem entender e aplicar conceitos como "masculinidade" e "feminilidade" não é

[38] Tradução própria.

possível entender as ambiguidades de gênero. Segundo Connell (2000), esses termos podem ser entendidos como processos de gênero dinâmicos de configuração de práticas através do tempo, que transformam o ponto de partida das estruturas de gênero. As ordens patriarcais de gênero podem ser vistas como uma oposição cultural entre esses papéis pré-definidos e, normalmente, são expressas através de dicotomias e negações.

Além do conceito de "gênero", faz-se fundamental explanar sobre o termo "patriarcado", considerando que ambos são centrais nas discussões feministas de modo geral. Ademais, da mesma forma que os papeis de gênero se alteram conforme o contexto em que estão inseridos, "o patriarcado é engenhosamente adaptável" (ENLOE, 1989).

A nova concepção do termo, que surge no fim do século XX, afirma que o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, consequentemente, esse conceito é quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres (DELPHY, 2009, p. 173). Sendo assim, considerando que tanto a política como a segurança internacional são esferas dominadas por homens e pela prevalência da construção de uma "masculinidade hegemônica", entende-se que a sobrevivência do patriarcado depende do espaço de dominação masculina nessas esferas. Segundo Enloe (1989):

> Tornar o patriarcado sustentável levou muita reflexão e manobra por parte daqueles que têm interesse em privilegiar formas particulares de masculinidade para parecerem 'modernos' e até mesmo 'de ponta', ao mesmo tempo em que mantêm a maioria das mulheres em seus lugares subalternos. Eles não usaram apenas intimidação e coerção direta [...]. Eles também usaram uma linguagem atualizada, a arte do tokenismo e práticas de cooptação. (ENLOE, 1989)[39].

Tendo em vista o apagamento das mulheres e dos estudos de gênero nas RI até a década de 1980, mesmo com a intensificação do movimento feminista em diversas partes do mundo, considera-se que a disciplina das RI também é baseada em uma estrutura patriarcal. Tal fato contribui para que a produção teórica feminista, ainda hoje, seja internamente considerada marginal perante as outras correntes de pensamento. Logo, tendo como base esse panorama geral da agenda de pesquisa da teoria feminista contemporânea das RI, bem como alguns de seus conceitos-

[39] Tradução própria.

chave, faz-se imprescindível aprofundar o entendimento sobre as contribuições dos estudos de gênero especificamente na temática da segurança internacional.

1.2 Gênero, guerra e paz: a construção das masculinidades e feminilidades no âmbito da Segurança Internacional

Como exposto na primeira sessão, a teoria feminista de RI lança seu olhar investigativo para as questões da segurança internacional a partir da categoria analítica de gênero. Tal abordagem permite a investigação acerca da construção das noções de "masculinidade" e "feminilidade" que permeiam e caracterizam os processos oriundos da política internacional como um todo. Esse foco de pesquisa é fundamental, considerando a construção do mito "protetor/protegido" – assim como outros mitos – que funciona como mecanismo para justificar intervenções armadas e conflitos.

O atentado às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em setembro de 2001, possibilitou que o mito "protetor/protegido" fosse fortalecido e reinventado, através da criação de um "mundo perigoso". Tal construção – que estava sendo arquitetada desde o término da Guerra Fria e, consequentemente, a partir das ameaças advindas das armas nucleares – foi fundamentada por meio de discursos baseados no medo que contribuíram para reforçar certos tipos de masculinidade, bem como subordinar as mulheres e as noções de feminilidade de modo geral (ENLOE, 1989, p. 30). De acordo com Spike Peterson (2010):

> Investimentos em identidades de gênero e compromissos com ideologias masculinizadas foram importantes para dar início à "Guerra ao Terror", assim como foram fundamentais nos processos de militarização. As forças armadas são locais, por excelência, hipermasculinizados. Supõe-se que o sucesso na guerra exige uma constelação de qualidades que, há muito, são consideradas como aspectos exclusivos dos homens: força física superior, vínculo masculino incomparável, risco heróico, extremos de violência e prontidão para sacrificar a vida pela causa. (PETERSON, 2010, p. 23)[40]

A partir disso, atenta-se para a contribuição da teoria feminista a qual afirma que a guerra não é natural e/ou inevitável como argumentavam os realistas tradicionais. As teóricas feministas defendem que a guerra é, pelo contrário, uma construção que tem interesses inter-estatais como base. O mito protetor/protegido – assim como outros mitos propagados na política internacional – é mutável suficiente para ser reprogramado, conforme as alterações no contexto, tempo e cultura em que

[40] Tradução própria.

está inserido. Assim, tendo em vista a estrutura binária desse mito, é comum que as mulheres sejam enquadradas como seres naturalmente vulneráveis e pacíficos – necessitados de proteção, assim como as crianças –, enquanto os homens são considerados os detentores naturais da força e da coragem para garantir a sua defesa.

Para que o conflito seja possível – e, pelo menos, minimamente legitimado – é necessário que o Estado construa um inimigo comum que, em contraste com a imagem do soldado guerreiro e herói, justificará a necessidade de guerra com fins de proteção (TICKNER, 2001, p. 57). Percebe-se, então, que as ações estatais em relação à segurança internacional estão intimamente ligadas com a utilização de lógicas dualísticas, as quais contribuem para manter o *status quo* dos homens como principais atores do sistema internacional. A reafirmação dessas lógicas binárias apelativas e familiares – nós/eles, bom/mau, protetor/protegido – são, como sempre, revestidas com imagens essencializadas de gênero (ZALEWSKI e PARPART, 2008, p.5).

Nesse sentido, o ponto de partida da feminista pioneira de RI, Jean Elshtain[41] (1987) em "*Woman and War*" (1987) – que investiga as narrativas de guerra – é a dicotomia hegeliana "Guerreiros Justos *x* Belas Almas". Os homens ocidentais são considerados aptos para planejar, conduzir e narrar guerras, enquanto as mulheres ocidentais são consideradas bonitas, suaves e maternais para serem, seguramente, nada mais do que as receptoras dos contos de guerra (SYLVESTER, 2001, p. 18). Independentemente dos papeis que homens e mulheres assumam, de fato, nas guerras, eles têm sido associados com poderosos arquétipos: o Guerreiro Justo que luta bravamente para proteger sua amada, e a Bela Alma, que fica em casa, lamentando e esperando, mas agradecida pela proteção (ELSHTAIN, 1987). Desse modo, é possível perceber que a guerra é responsável por criar identidades específicas que legitimam e reforçam papeis de gênero que, frequentemente, são reproduzidos como naturais, fixos e imutáveis. De acordo com Pettman (1996):

> Jean Elshtain (1987) conta centenas de histórias, em tempos e lugares diferentes, associando os homens com a guerra e as mulheres com a paz.

[41] Considera-se importante apresentar a visão de Elshtain (1987) nesta pesquisa, haja vista o pioneirismo da teórica na disciplina e seu esforço para ocupar espaços internos que, até a sua publicação, eram dominados completamente por homens. Todavia, faz- necessário ressaltar as limitações de tal produção teórica, tendo em vista que as mesmas estão na contramão de uma das propostas principais dessa pesquisa que consiste na desnaturalização das representações de gênero.

> A guerra é produtora de significados de gênero, assim como de identidade cívicas. Dominante entre eles são os 'Guerreiros Justos', os soldados protetores, e as 'Belas Almas' – as mulheres que são protegidas, que esperam e lamentam. (PETTMAN, 1996, p. 70)[42]

Esses arquétipos são reforçados por uma série de dicotomias hierárquicas de gênero que, por muito tempo, serviu como apoio e justificativa para o militarismo e a guerra: paz/guerra, forte/fraco, protetor/protegido, ativo/passivo, bravo/covarde, entre outros (DUNCANSON, 2007, p. 6). Tais premissas essencialistas são responsáveis por engessar determinadas representações de gênero e, a partir disso, contribuem para criação e reprodução de estereótipos identitários. Assim, faz-se fundamental ressaltar que a grande maioria de homens e mulheres, presentes em áreas de conflito, não se enquadra nas definições de "Guerreiros Justos" e "Belas Almas", pois estas são representações idealizadas da realidade. Ademais, essas dicotomias de gênero contribuem para que as mulheres não sejam levadas a sério, particularmente nas relações internacionais, por sua associação com a fraqueza e a passividade (ELSHTAIN, 1987; ENLOE, 1993). Nesse sentido, segundo Tickner (2001, p. 60), os conceitos tradicionais de masculinidade e feminilidade que sustentam a guerra requerem um exercício de poder, eles não são inevitáveis.

Embora as contribuições de Elshtain tenham sido extremamente significativas para teoria feminista de RI, seu discurso reproduz a ideia de que "as atividades das mulheres na esfera privada, engendram uma ética distinta, baseada na experiência do cuidado e na gestão dos afetos, que teria impacto positivo se levada para a esfera política" (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 36). Tal argumentação é problemática, pois restringe a agência das mulheres à esfera doméstica – no papel maternal e nas relações de cuidado –, contribuindo para que as mesmas sejam consideradas como naturalmente pacíficas e superiores no que tange à moral.

Muitas análises feministas, na tentativa de desconstruir estereótipos de gênero arraigados, evidenciam a necessidade de um olhar mais atento quanto à associação naturalizada das mulheres com o aspecto maternal. Frequentemente, a noção de maternidade, além de ser adotada como um indicador inicial para a transição da menina para mulher, também pode ser considerada como aspecto central da feminilidade (SKJELSBÆK, 2001, p. 62). De acordo com Biroli e Miguel (2014):

---

[42] Tradução própria.

> Define-se, assim, o 'pensamento maternal', que ganhou força, entre os estudos feministas da década de 1980, a partir dos estudos de Carol Gilligan. [...] Ele foi criticado por reforçar estereótipos de gênero e por representar um passo atrás na problematização da dualidade entre o público e o privado e no questionamento dos padrões de gênero vigentes na divisão sexual convencional do trabalho. Ainda que muitas dessas críticas não se apliquem ao trabalho de Gilligan, os problemas para os quais apontam são claros nas abordagens de Jean Elshtain e Sara Ruddick. (BIROLI e MIGUEL, 2014, p. 37)

A naturalização da relação da mulher com a maternidade – e, consequentemente, com a esfera doméstica restrita aos cuidados familiares – contribui para sustentar a reprodução de outros estereótipos de gênero ligados ao "feminino" e, além disso, mantém seu *status* de subordinação na política internacional de modo geral. Nesse contexto, essa relação de poder baseada nas diferenças de gênero pode ser observada na esfera pública, haja vista que mesmo com a crescente participação das mulheres em espaços masculinizados por excelência, elas ainda são desvalorizadas e julgadas, simplesmente, por serem mulheres.

Logo, a construção das mulheres como "protegidas" – bem como fracas, vulneráveis, preciosas e pacíficas – previne que elas sejam levadas a sério na esfera pública, e especialmente nas relações internacionais onde ser forte, durão e independente é particularmente valorizado (ENLOE, 2007, p. 40 *apud* DUNCANSON, 2007, p. 18). Sendo assim, ressalta-se que a desnaturalização das representações de gênero é de extrema relevância para a presente pesquisa. Segundo Connell (2009):

> A maioria das discussões de gênero na sociedade enfatiza a dicotomia. Iniciando a partir de uma suposta divisão biológica entre masculino e feminino, eles definem o gênero como a diferença social ou psicológica que corresponde a essa divisão, que se baseia nela ou é causada por ela. No uso comum, então, o termo "gênero" significa a divisão biológica entre masculino e feminino. Dicotomia e diferença consistem na essência da ideia. Os homens são de Marte, as mulheres são de Vênus. (CONNEL, 2009, p. 9)[43]

Assim, o mito da proteção impõe, aos homens, a responsabilidade de ser soldado, enquanto às mulheres cabe a função de serem aquelas pelas quais os homens devem lutar. Tal dinâmica é responsável por realçar o papel dos homens como agentes e das mulheres como peões passivos na política internacional, independentemente do que homens e mulheres estejam fazendo enquanto sujeitos

[43] Tradução própria.

particulares (PETTMAN, 2004, p. 89). Além disso, é possível notar que o principal argumento empregado nos discursos para respaldar e legitimar intervenções armadas consiste na necessidade de garantir proteção às mulheres. Entretanto, considera-se essa justificativa controversa, tendo em vista que a mesma defende uma prática que além de colocar as mulheres em situações de risco, pode também torná-las alvos de guerra.

Diante disso, em consonância com algumas teóricas feministas da área, argumenta-se que a capacidade bélica de um Estado não consiste na garantia de segurança contra qualquer ameaça. Tal argumento é, constantemente, empregado como justificativa de Estados e demais organizações internacionais para respaldar o uso da força em diversas ocasiões. Assim, concorda-se com o argumento de Nicole Ball (1988) que defende a aplicação do termo “segurança interna” como inapropriada, levando em consideração que seu real propósito raramente é a igualdade de segurança para todos os cidadãos; ao invés disso, esse conceito possibilitaria a permanência das elites no poder, geralmente, à custa da maioria da população (*apud* TICKNER, 2001, p. 41). Segundo Zalewski (1995, p. 341), a segurança do Estado geralmente tem pouco significado quando a luta pela integridade corporal é um desafio diário (*apud* DUNCANSON, 2007, p. 30).

Nota-se que diferentemente das teorias tradicionais da disciplina que analisam as questões de segurança sob uma perspectiva estrutural ou a partir do Estado e seus tomadores de decisões – excluindo o nível micro de análise –, a teoria feminista foca em como as dinâmicas da política global contribuem para a insegurança dos indivíduos, particularmente os marginalizados (TICKNER, 2001, p. 4). Nessa lógica, os estudos clássicos de RI são elaborados por meio de uma “linguagem masculina” que é responsável por ocultar o papel das mulheres na sociedade, assumindo que somente os homens são atores políticos, sendo, consequentemente, o Estado uma construção masculinizada (TICKNER, 2001, p. 48). Argumenta-se, a partir disso, que o Estado é o principal organizador das relações de poder de gênero (CONNELL, 1990) através da legislação e da política, assim como na maneira que é elaborada a construção do binarismo público/privado (PETTMAN, 1996, p. 6).

Desse modo, entende-se que as pesquisas que consideram somente o nível macro de análise são insatisfatórias, haja vista que excluem os fatos que ocorrem durante o período de conflitos e, principalmente, as pessoas que são mais atingidas

pelas ações bélicas. Nesse sentido, as feministas defendem que a segurança precisa ser redefinida para capturar a realidade das ameaças enfrentadas pelas pessoas reais – e, não, do homem abstrato criado pela teoria realista (DUNCANSON, 2007, p. 31). Segundo Skjelsbæk e Smith (2001):

> Do começo de 1990 até o fim da década, o mundo presenciou 118 conflitos armados, no decorrer dos mesmos, aproximadamente 6 milhões de pessoas foram mortas. Poucas dessas guerras aconteceram entre dois Estados soberanos, a maioria foram guerras civis frequentemente institucionalizadas através do envolvimento de atores externos como financiadores, fornecedores, treinadores ou combatentes. [...] Praticamente todos os assassinatos ocorridos nas proximidades do conflito, foram executados por homens, e em alguns casos por meninos soldados. (SKJELSBÆK e SMITH, 2001, p. 3)[44]

Assim, como foi exposto previamente, houve um aumento exponencial no número de baixas de civis que cresce constantemente nos conflitos armados. Esse dado e os demais fatos apresentados permitem o questionamento do mito da guerra como provedora de proteção para as mulheres, as quais são frequentemente enfraquecidas e desvalorizadas através de estereótipos de gênero, alimentando uma construção essencialista de "feminilidade". Tal enquadramento obscurece a participação das mulheres nos cenários da segurança internacional como um todo. Contraditoriamente, na atualidade, são inegáveis os múltiplos protagonismos assumidos pelas mulheres na guerra e, mesmo assim, o silêncio sobre essa parte da luta prevalece em todos os níveis.

A negação da experiência das mulheres nas narrativas de guerra, assim como a marginalização das análises de gênero nas RI e o desinteresse dos Estados pela questão são fatores que ocasionam em um silenciamento global a respeito do tema. Isso se reflete, por exemplo, na falta de preocupação estatal, institucional e acadêmica quanto à utilização do estupro como arma de guerra[45]. Essa estratégia, geralmente, está associada com os casos de limpeza étnica, tendo em vista que a mesma é usada taticamente para causar um "golpe contra o inimigo coletivo ao atacar um grupo de alto valor simbólico" (BERNARD, 1995 *apud* PETTMAN, 1996, 72).

---

[44] Tradução própria.

[45] Um dos casos mais marcantes, nesse sentido, foi o evento conhecido como "Massacre de Nankin" ou o "Holocausto Esquecido da Segunda Guerra Mundial" (CHANG, 1997) em que estupros em massa foram cometidos pelo Império do Japão, na cidade chinesa Nanquim, em um período muito curto de tempo. Essa atrocidade foi, e segue sendo subestimada pelo governo japonês e nos estudos de RI.

Desse modo, concorda-se com a argumentação de Pettman (1996, p. 74), que compreende essa tática de estupro como parte de uma cultura de guerra, como um exercício do político e, não, como resultado de qualquer "natureza masculina inevitável"[46]. Presume-se, então, que a violência baseada no gênero é empregada como ferramenta para obtenção de determinados fins políticos, logo, o estupro – como arma de guerra ou não – pode ser considerado uma questão de poder.

É relevante dar maior visibilidade, também, para a prostituição em zonas militarizadas que floresce em todas as partes em que há soldados postos (ENLOE, 1993). Atenta-se para o fato de que, mesmo não sendo amplamente discutido e exposto nas mídias, existe uma economia política internacional do sexo que opera em termos de demanda – no turismo sexual e na prostituição militarizada – e oferta – incluindo o impacto do desenvolvimento e reestruturação, empobrecimento rural e desemprego urbano, baixo *status* das mulheres, e busca dos Estados pobres por câmbio internacional (TRUOND, 1990; HILL, 1993 *apud* PETTMAN, 1996, p. 142). Além disso, nesses espaços os homens estão constantemente sob pressão para provar sua masculinidade, principalmente através de comportamentos violentos. Segundo Pettman (1996):

> A prostituição militarizada é vista como provedora das necessidades (hetero)sexuais dos soldados, homens, podendo ser racionalizada de diferentes maneiras como 'meninos serão meninos', para que assim seja possível manter a moral e recompensar o serviço no exterior. Menos explicitamente, é usada como proteção e neutralização da intensa e íntima vida social entre indivíduos do mesmo sexo nas bases, provendo assim uma saída 'segura' para situação. (PETTMAN, 1996, p. 145)[47]

Outro estereótipo de gênero que constantemente é reproduzido diz respeito à naturalização das mulheres como indivíduos essencialmente pacíficos[48]. Segundo Mathias (2009, p. 18), "o exemplo mais conhecido da participação das mulheres na guerra é como vítima, como uma forma de atingir e degradar o inimigo". Em

---

[46] Frequentemente, os casos de estupros em situações extremas de violência, como um conflito, são justificados a partir da desculpa do "instinto animal" do homem que é incapaz de controlar seus impulsos animalescos por natureza. Dessa forma, mais uma vez, é possível perceber que os estereótipos de gênero são reproduzidos constantemente para manter o *status quo* do poder que é, por excelência, masculinizado.

[47] Tradução própria.

[48] Mesmo não concordando com a naturalização da associação das mulheres e da paz, o protagonismo das mulheres como ativistas nos movimentos pela paz é notável e, por isso, digno de reconhecimento. A "Liga Internacional de Mulheres para a Paz e a Liberdade" foi fundada por feministas ativistas na questão da paz durante a Primeira Guerra Mundial; e, a partir disso muitos grupos como este foram criados na década de 1990. (ENLOE, 1989, p. 14)

decorrência, as mulheres são minimizadas e masculinizadas quando aparecem em qualquer outro papel que, não, o de vítima (Ibid). Em contrapartida às narrativas exclusivamente masculinizadas, as mulheres sempre estiveram presentes nos conflitos armados, inclusive como combatentes. Contudo, o processo de masculinização da guerra e, consequentemente, de toda esfera da segurança, contribui para a invisibilidade acerca da capacidade das mesmas para combater, assim como para participar ativamente da resolução de conflitos.

As mulheres também vêm, cada vez mais, ocupando espaços nas instituições militares. Independente disso, a associação mulher/paz se mostrou resiliente suficiente para vestir uma nova roupagem e, com isso, continuar sendo constantemente reproduzida nessas áreas. Nos debates sobre as mulheres soldados, por exemplo, a resistência entre as elites militares e políticas, a mídia e o público em geral, claramente se baseia na ideia de que apenas homens têm a força, coragem e disposição necessárias para suportar a exposição ao extremo perigo físico, enquanto as mulheres são inadequadas para os rigores da vida militar e devem ser protegidas por conta de seu papel familiar (KUMMEL, 2002; STEANS, 2006 *apud* DUNCANSON, 2007, p. 18). Nesse contexto, a presença de mulheres em altos cargos decisórios da segurança internacional, mesmo na resolução de conflitos, ainda é incomum.

Desse modo, assumindo que as mulheres estão cada vez mais presentes nas diversas esferas que permeiam o campo da segurança internacional – como lutadoras, soldadas, guerrilheiras, terroristas, vítimas – e, ainda hoje, são estigmatizadas por não se adequarem ao comportamento considerado socialmente "adequado" de feminilidade, assume-se que "não há uma feminilidade hegemônica, pois a masculinidade define a norma" (TICKNER, 2001, p. 16). Diante disso, enquanto muitos argumentam que o gênero é uma subseção dos estudos de segurança e que deve ser tratado como uma questão secundária, as teóricas feministas da disciplina defendem que o gênero é conceitualmente, empiricamente e normativamente essencial para o campo da segurança como um todo (SJOBERG, 2010, p. 2).

Defende-se, então, a relevância das análises de gênero nos períodos e ambientes de conflitos armados, tendo em vista que, nesse meio, as definições sociais engessadas de masculinidade e feminilidade ganham destaque, uma vez que grande parte dos homens assume seu papel como "guerreiro", ao mesmo tempo

em que as mulheres ficam restritas à esfera privada. Ou, do contrário, pode haver uma expansão temporária das mulheres na esfera pública, a qual geralmente só se mantém no decorrer da guerra, enquanto não há mão de obra masculina disponível para ocupar esses meios. Sendo assim, a guerra diz respeito ao espaço em que os homens aprendem a ser "homens" – baseados no modelo ideal da masculinidade hegemônica –, ao mesmo tempo em que discursos sobre o papel feminino ideal são produzidos (GOLDSTAIN, 2001).

Nesse sentido, de acordo com Connell (2000, p. 202), é o homem que controla o argumento último de poder, que significa a violência na forma de armamentos e forças armadas. Percebe-se, então, que as maiores esferas de poder são amplamente dominadas por homens que controlam o processo de socialização responsável por criar e readaptar as noções estereotipadas das representações de gênero. Logo, a partir da categoria analítica de gênero, fica explícito que a construção da masculinidade hegemônica, ao mesmo tempo, promove uma organização particular de ordem política e reforça relações desiguais entre homens e mulheres, a fim de promover a legitimação da autoridade masculina (TICKNER, 1992, p. 6).

Assim, enquanto as mulheres são associadas a estereótipos de gênero que as desvalorizam na incorporação de papeis considerados predominantemente masculinos; no lado oposto, os homens são constantemente relacionados com definições que enaltecem sua atuação em todas as esferas. Um dos maiores problemas da masculinidade, como fica explícito nas análises de Enloe e Tickner, é que a mesma consiste em um modo de exclusão hierárquica do feminino. Tendo isso em vista, a identidade de gênero masculina é crucial para a forma como a política internacional é praticada e como é entendida, além disso, ressalta-se que a categoria de "masculinidade" não é transcultural nem transhistoricamente estável e, certamente, não pode ser identificada com os homens em geral (TICKNER, 1992, p. 6).

Nas análises clássicas da disciplina, principalmente na corrente realista, o pessimismo e o egoísmo caracterizavam a leitura sobre o comportamento dos homens, além disso, as representações populares da natureza humana, geralmente, incluíam a noção de uma "agressão natural" (PETTMAN, 1996, p. 65), muito tributária de Hobbes. A construção dessa associação homem/violência necessita de um processo de socialização que está presente na vida dos homens desde a

infância, no momento da formação da sua identidade, quando qualquer expressão de emoção por sua parte, é reprimida. De acordo com Connell (2000):

> Existe uma crença generalizada de que é natural que os homens sejam violentos. Os machos são inerentemente mais agressivos que as mulheres, continua o argumento. "Garotos serão garotos" e não podem ser treinados de outra forma; estupro e combate – por mais lamentáveis que sejam – fazem parte da ordem imutável da natureza. Muitas vezes há um apelo a biologia, com a testosterona em particular. O chamado 'hormônio masculino', como uma explicação geral para a agressão masculina.[49] (CONNELL, 2000, p. 215)

Essa relação naturalizada de homem/violência reflete diretamente no processo de socialização presente nos treinamentos militares, o qual demanda um tipo muito específico de masculinidade. Assim, os jovens soldados precisam provar que eles não são garotas nem homossexuais para serem "homens de verdade" e, consequentemente, bons soldados (Ibid, p. 66). Segundo Enloe (1987), se a agressividade masculina fosse mesmo natural, não haveria necessidade de todo trabalho ideológico, e de poder, que se aplica no treinamento militar (*apud* PETTMAN, 1996, p. 65).

Segundo Zalewski e Parpart (2008, p. 152), o mito heróico do soldado guerreiro é considerado parte essencial que compõe a identidade nacional e a masculinidade hegemônica, tendo conquistado credibilidade através da estrutura narrativa de muitas histórias de guerra e imagens culturais. A reprodução desse mito permite a valorização de um comportamento masculinizado, técnico e agressivo ao mesmo tempo em que desqualifica todo e qualquer aspecto emocional, o qual é associado com o "feminino". Em sua análise dos discursos dos intelectuais da defesa nuclear, Cohn (1989) identifica a masculinidade com um conjunto específico de atributos, que se mostram eficazes para o tipo de raciocínio necessário para pensar em operar armas de destruição em massa.

Assim, considera-se que o manejo das significações de "masculinidade" e "feminilidade" também está presente nas políticas nucleares internacionais, por isso, para a teoria feminista as armas nucleares consistem em objetos políticos, haja vista que são de extrema relevância simbólica (COHN, RUDDICK e HILL, 2005). A pesquisa de Cohn (1989), em meio aos "*experts*" das armas nucleares, investiga abstrações e eufemismos presentes nos discursos da área, constando que a

[49] Tradução própria.

linguagem empregada contribui para minimizar e disfarçar os danos letais causados por esses armamentos. Nesse contexto, segundo Cohn, Ruddick e Hill (2005):

> Atores políticos incorporam metáforas sexuais em suas representações de armas nucleares como um meio de mobilizar associações de gêneros e símbolos para gerar consentimento, excitação, suporte e identificação com as armas e seu próprio regime político; [...] as dimensões simbólicas gendradas das armas nucleares não são banais, elas são uma parte integral da realização de objetivos domésticos e políticos. (COHN, RUDDICK e HILL, 2005)

A partir disso, percebe-se que as definições de masculinidade e feminilidade são relacionais e dependem uma da outra para sua significação; as masculinidades só existem em contraste com as feminilidades (TICKNER, 2001, p. 16). Segundo Cohn (1989), independente da associação substantiva em qualquer instância, a masculinidade sempre é valorizada; e seu valor está associado com o desprestígio e exclusão do feminino (*apud* ZALEWSKI e PARPART, 2008: 25). Desse modo, as construções binárias que separam homens e mulheres, feminino e masculino, consistem em uma poderosa ferramenta para manter o predomínio da superioridade hegemônica masculina, assegurando a existência dos vínculos de subordinação e naturalizando as opressões estruturais.

1.3 A aplicação do gênero como categoria de análise nas organizações militares e missões de paz da ONU: reprodução de essencialismos identitários

Levando em consideração que a cultura organizacional dos exércitos é altamente gendrada (CONELL, 2000), defende-se que olhar para as instituições militares a partir da perspectiva de gênero permite analisar, detalhadamente, como as noções de masculinidade são criadas e operadas em conformidade com a desvalorização dos atributos associados ao “feminino”. Do mesmo modo, possibilita uma compreensão mais ampla acerca do funcionamento da esfera militar, assim como do comportamento de seus agentes, haja vista que “a manutenção da masculinidade hegemônica por parte dessas instituições está diretamente ligada com o processo de construção do Estado-nação e outras atividades das relações internacionais” (TILLY, 1990 *apud* KRONSELL, 2011, p. 282). Diante disso, destaca-se que o gênero é uma maneira poderosa para estruturar a sociedade: todo nosso sistema de comunicação e significação é gendrado (DUNCANSON, 2007, p. 5).

Nas análises feministas sobre as organizações militares observam-se – além do processo de construção dos diversos tipos de masculinidades – os efeitos do seu

modus operandi na prática, especialmente nas situações de intervenções e conflitos internacionais. Tendo em vista que essas instituições são predominantemente compostas por homens, grande parte das teóricas feministas contemporâneas de RI – que tem a segurança internacional como foco de pesquisa – investiga a predominância das normas da masculinidade que reverberam nas ações executadas por essas organizações, as quais atingem toda a sociedade.

Justifica-se a análise de gênero nas organizações militares a partir da perspectiva elaborada por Janowitz (1967), o qual afirma que "as Forças Armadas talvez sejam a mais masculina de todas as instituições sociais" (*apud* MOREIRA, 2011, p. 17). Ademais, ressalta-se ainda que essas instituições são, majoritariamente, constituídas por homens e, além disso, são responsáveis por criar e recriar normas e práticas associadas com a masculinidade e heterossexualidade (KRONSELL, 2011, p. 281). A partir de tais constatações, argumenta-se que qualquer pesquisa sobre a esfera militar que considere o "gênero" como uma variável neutra será insuficiente para abarcar a amplitude do tema. Dito isso, entende-se que essa categoria analítica é fundamental para entender o processo de socialização dos soldados e, consequentemente, como as noções de masculinidade e feminilidade são criadas, influenciando na configuração do sistema internacional.

Nesse contexto, as organizações militares são consideradas – de acordo com algumas teóricas feministas – como instituições da "masculinidade hegemônica", levando em consideração que as normas da masculinidade caracterizam, predominantemente, suas práticas institucionais. O conceito de "masculinidade hegemônica" foi desenvolvido por Connell (1995) que o define como um conjunto de normas e práticas associadas com os homens presentes em poderosas instituições sociais[50]. Diante disso, salienta-se que o apoio do poder institucional é necessário para tornar as normas culturais, de fato, hegemônicas. Segundo Connell (1995):

> A hegemonia só é estabelecida se houver alguma correspondência entre o ideal cultural e o poder institucional. [...] Portanto, os altos níveis do comércio, das instituições militares e do governo fornecem uma demonstração corporativa bastante convincente de masculinidade, a qual se mantém sólida mesmo com a ação de feministas e de homens dissidentes. (CONELL, 1995, p. 77)

[50] Ressalta-se que é necessário um cuidado redobrado em toda e qualquer análise sobre as várias noções de masculinidade, principalmente nas pesquisas que associam o militarismo com a guerra, pois corre-se o risco de reproduzir o essencialismo identitário ao mesmo tempo em que busca-se desnaturalizá-lo.

Diante disso, constata-se que as organizações militares influenciam na socialização dos indivíduos, permeando diferentes espaços institucionalizados, os quais não estão necessariamente ligados à área da segurança nacional e internacional. Assim, faz-se imprescindível notar que o gênero não é somente uma característica particular dos indivíduos, mas um sistema simbólico muito mais amplo que consiste em um discurso organizador central na nossa cultura que, por sua vez, é composto por um conjunto de modos de pensar, imagens, categorias e crenças (COHN e RUDDICK, 2002). Tal sistema molda a experiência, o entendimento e a representação do que é ser "homem e mulher de verdade", fornecendo um conjunto familiar de metáforas, dicotomias e valores que estruturam modos de pensar sobre outros aspectos do mundo, incluindo a guerra e a segurança (Ibid).

Apesar de não ser um fato universal, é notável que, ao longo do tempo e em diferentes espaços, as organizações militares delimitam as bases dos rituais tradicionais para a construção das masculinidades – tal cenário é típico do mundo ocidental. Assim sendo, verifica-se que "o treinamento militar é um período crítico na vida de um homem, pois é o momento em que o mesmo rompe com sua identidade civil e reconstrói um novo indivíduo como soldado." (MCMANNERS, 1993 *apud* DUNCANSON, 2009, p.64)

Como exposto no clássico de Janowitz (1967), para tornar-se um profissional das armas, o soldado deve deixar de ser um indivíduo para transformar-se em um ser, cuja identidade é delimitada pela instituição; ademais todo o aprendizado do soldado envolverá a criação dessa nova identidade (MATHIAS, 2009, p. 19)[51]. Além disso, de acordo com Carreiras (2007, p. 172), "tradicionalmente, o serviço militar funcionou como um rito de passagem para a idade adulta, mas também como ritual de diferenciação entre masculino e feminino, cuja oposição alimenta muitas tensões no centro do imaginário militar".

Cria-se, a partir disso, a associação essencialista entre masculinidade e agressão, sobrevalorizando a força física dos soldados como forma de garantir a conformidade com o ideal de masculinidade hegemônica. Desse modo, a identidade militar tem como elemento central a masculinidade, tendo em vista que a guerra sempre foi associada à agressão e essa é a função do militar (MATHIAS, 2009, 19).

[51] Além disso, Janowitz (1967) aponta o quanto as Forças Armadas são uma instituição fechada e conservadora; a conservação, nesse sentido, é típica da profissão militar, pois cabe a ela garantir a permanência do Estado (MATHIAS, 2009, p. 19). Cabe relembrar que, segundo as teóricas feministas contemporâneas de RI, o Estado também é uma construção masculinizada.

Contudo, cabe ressaltar que – independente da associação entre instituições de defesa e estereótipos de gênero “masculinizados” – não há somente uma noção de “masculinidade militar” e, portanto, os aspectos da noção idealizada do arquétipo do “guerreiro herói” não estão disponíveis para todos os soldados. Ou seja, a heterogeneidade presente na noção de “masculinidade militar” faz com que haja diferenciação e exclusão entre os próprios militares que, por conta de alguma característica específica, podem não se enquadrar no modelo ideal de masculinidade. Segundo Carreiras (1997):

> [...] se, através de formas específicas de socialização, modelos disciplinares e padrões de autoridade, a instituição participa na construção do arquétipo masculino, este, por sua vez, realimenta o seu funcionamento de tal forma que os conteúdos associados às definições de masculino e militar se plasmam frequentemente numa notável sobreposição. (CARREIRAS, 1997 *apud* CARREIRAS, 2007, p. 172).

Os recortes de classe, raça, gênero – entre outros – atingem todas as esferas sociais; isso quer dizer que, por mais que os homens[52] sejam privilegiados nesses espaços, eles também estão expostos aos efeitos das divisões artificiais que são responsáveis por manter a predominância do modelo de masculinidade hegemônica. A heterossexualidade, por exemplo, é um aspecto crucial da masculinidade hegemônica e, por isso, é considerada a “única masculinidade apropriada para um soldado” (DUNCANSON, 2007, p. 64). Da mesma forma, os homens não brancos negociam sua masculinidade em relação à experiência de ser o “outro”, independentemente da sua proximidade com a noção idealizada do guerreiro herói (Ibid, p. 53). Ainda de acordo com Carreiras (2007):

> [...] a guerra e as organizações militares, em particular, têm funcionado como um campo social produtor de referência sobre os papeis sexuais e de uma concepção normativa de masculinidade, a qual por um lado amplifica os modelos socialmente dominantes e, por outro, contribui ativamente para a sua produção e reprodução. (CARREIRAS, 2007, p. 171)

É possível observar, a partir disso, que apesar das instituições militares serem pautadas na noção de masculinidade hegemônica, elas não podem ser consideradas monolíticas, tendo em vista que há diversas normas da masculinidade

---

[52] Faz-se fundamental expor a observação feita por Connell (2000, p. 215), a qual argumenta que “quando nós falamos estaticamente de ‘homens’ com taxas de violência mais altas do que as mulheres, não devemos acabar na constatação de que, portanto, todos os homens são violentos. Quase todos os soldados são homens, mas a maioria dos homens não são soldados.”

que variam conforme a cultura organizacional das forças em que estão inseridas (KRONSELL, 2011, p. 282). Ressalta-se, também, que o tipo hegemônico da masculinidade é criado e reproduzido, principalmente, pelos Estados ocidentais que normatizam práticas exclusivistas. Contudo, independentemente de suas origens, salienta-se que essas construções perpassam todo o globo, difundindo a associação naturalizada entre guerra, soldado e combate. Diante disso, está presente no imaginário coletivo de muitas culturas, a ideia de que a auto-provação de um determinado indivíduo no campo de batalha é sinônimo da auto-provação do mesmo como "homem de verdade". Segundo Enloe (1983):

> A noção de combate tem um papel central na construção das definições de masculinidade e nas justificativas para a superioridade "masculina" na ordem social. Na realidade, é claro, ser um soldado do Estado significa ser subserviente, obediente e quase que totalmente dependente. Mas essa realidade mundana está escondida atrás de um mito potente: ser um soldado significa a possibilidade de experienciar o combate, e somente no combate encontra-se o teste final da masculinidade do homem. (ENLOE, 1983 *apud* DUNCANSON, 2007, p. 13)

Assim, a partir da análise de gênero, fica explícito que a prática da guerra vai além das mortes e destruições que envolvem o combate armado em si, na verdade, tal ação requer necessariamente a construção de um "sistema de guerra" (COHN e RUDDICK, 2003, p.4). A preservação desse sistema não depende somente da construção das masculinidades, mas, também, implica um processo de construção do "outro", o qual necessariamente precisará ser inferior ao padrão hegemônico e, consequentemente, feminilizado. Sendo assim, o funcionamento de tal sistema depende de uma "ideologia de gênero elaborada" (ENLOE, 1983) que serve para criar identidades estereotipadas. Nesse contexto, ser reconhecido como "homem de verdade" implica, também, que o soldado prove não ser uma mulher e, para que isso seja possível, todos os atributos associados ao que é entendido por "feminino" precisam ser depreciados, ao mesmo tempo em que as mulheres são objetificadas.

Nesse sentido, a predominância do homem e dos papeis naturalizados como masculinos nos ambientes militares ocidentais criam uma série de entraves para a atuação das mulheres nesse campo – como se as mesmas fossem incapazes de adentrar ao meio com a mesma eficácia do homem –, principalmente, no que diz

respeito ao seu protagonismo como combatente[53]. Nos debates sobre mulheres soldados, a resistência por parte de militares, da elite política, da mídia e do público em geral tem como base a ideia de que somente os homens preenchem os requisitos de força, persistência, coragem e capacidade para suportar a exposição a perigos extremos; ao mesmo tempo, as mulheres são consideradas inaptas para a vida militar rigorosa e, por isso, precisariam ser protegidas por conta de seus papeis familiares que envolvem o cuidado e criação das crianças (KUMMEL, 2000; STEANS, 2006 *apud* DUNCANSON, 2007, p. 18). De acordo com Mathias (2007):

> Hoje em dia, com as mudanças nas condições do mercado de trabalho, o recrutamento de mulheres para realizar funções logísticas e administrativas nas forças militares é um fato corrente. A resistência em recrutá-las existe quando o eventual posto supõe o combate – em geral considera-se difícil contabilizar uma carreira militar, a qual supõe a capacidade física para dispor da força e da energia de gente jovem, o que coincide com o ciclo da maternidade. Por isso, embora o recrutamento feminino seja permitido em vários casos, o seu desempenho em unidades de combate geralmente é proibido. (MATHIAS, 2007, p. 8)

Para perpetuar esse estereótipo um dos argumentos mais recorrentes utilizado é o de que as mulheres não possuiriam estrutura física e condições biológicas favoráveis para executar esse papel com a mesma eficácia dos homens. Essa convicção essencialista de que natureza e biologia são determinantes coincide com o argumento de Connell (1987, p. 66) que descreve a “doutrina da diferença natural” que cria “um limite além do qual o pensamento não pode ir” e que precisa reassumir uma notável relevância dentro de um ambiente sociocultural mais amplo marcado por uma ascendência das explicações biológicas no geral (HARRISON, 2006 *apud* CARREIRAS e KUMMEL, 2008, p. 30). Segundo Goldstein (2001), a biologia real é muito mais complicada e bem menos determinista do que essas ideias aparentam.

Nesse contexto, ressalta-se que não há evidências científicas concretas capazes de comprovar que as características físicas específicas do corpo da mulher sejam um fator limitante para que a mesma desenvolva as tarefas militares com primor. Mesmo assim, esse argumento tem sido usado incontáveis vezes para

[53] Essa visão é comum entre os chamados “militares tradicionalistas” que, segundo Carreiras (2007, p. 178), sublinham os elementos que diferenciam homens e mulheres no sentido de sublimação das características femininas – as supostas virtudes femininas são sublinhadas e enquadradas concepção idealizada de mulher. Ainda de acordo com a autora, haveria outros tipos de militares, com diferentes visões sobre a integração das mulheres às Forças Armadas: o sexista, o pragmatista, o machista, o integracionista e o cavaleiro.

justificar a suposta incapacidade das mulheres para assumir posições de combate, tendo em vista que esse papel seria naturalmente ocupado por homens e suas condições físicas favoráveis. Logo, evidencia-se que para reprodução de tal construção é necessário que haja uma segmentação das características individuais das mulheres, seus corpos e aspectos psicológicos que supostamente as tornam combatentes menos efetivas, incluindo fatores como força física, menstruação, gravidez, emotividade e habilidade para performar sob condições de estresse (CARREIRAS e KUMMEL, 2008, p. 32).

Constantemente, a maior participação das mulheres nessas organizações também pode ser considerada como uma ameaça para coesão e moral nas unidades militares, pois a mesma atingiria o "elo masculino" que seria responsável por manter a homogeneidade interna nas instituições (Ibid, p. 36). Nesse sentido, esse é outro argumento frequentemente empregado, tendo em vista que a inclusão de mulheres nas posições de combate colocaria em cheque a efetividade dos homens nas situações de combate. Em contraponto a essa visão, um estudo de Harrel e Miller (1997, p. xvii) expõem que a integração de gênero nas unidades militares tem "um efeito relativamente pequeno na disposição, coesão e moral". A reação de um soldado quanto à participação das mulheres nas fileiras, exposto por Enloe (1983), revela o desejo de que a masculinidade da guerra seja preservada em função da auto-disciplina e do ego dos homens:

> [A participação das mulheres em conflitos] seria uma enorme distração psicológica para o homem, o qual deseja pensar que está lutando por essa mulher em algum lugar do passado... Isso esmaga o ego masculino. Quando você vai direto ao ponto, você precisa proteger a masculinidade da guerra. (Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos citado por Enloe, 1983)

Mesmo que essa citação não seja tão atual, é possível perceber que ideias como essa ainda permanecem presentes no imaginário coletivo que permeia o âmbito militar ocidental. Um exemplo disso consiste no argumento constantemente empregado, por diversos atores, sobre o fenômeno de "feminização" – ou feminilização – das Forças Armadas, a qual derivaria do aumento de mulheres nas instituições militares, principalmente nos postos de combate. Esse processo pode ser usado como estratégia para "suavizar" ou melhorar a imagem das Forças

Armadas perante à sociedade e, isso decorre justamente dos estereótipos de gênero que caracterizam as mulheres como maternais, pacíficas e frágeis[54].

Assim, é possível perceber que a presença das mulheres vem aumentando nas instituições militares, em muitas partes do mundo, algo que pode ter ligação com a diminuição do emprego em outros lugares, ao invés de verdadeiras ambições militares ou qualquer outro tipo de manifestação patriótica e nacionalista (MANN, 2001, p. 22). Sendo assim, é fundamental chamar atenção para o fato de que mesmo com o aumento da participação das mulheres, a esfera militar continua sendo dominado primordialmente por homens e, sendo assim, a falta de identificação da mulher com o sujeito militar é regra nesses espaços, haja vista que as atividades militares ainda são naturalizadas como sendo tipicamente masculinas. A conservação desse modelo reflete no fato de que quando uma mulher militar desempenha um bom trabalho, seu mérito é individual, ao contrário dos homens que são avaliados pelo e no grupo (MATHIAS, 2009, p. 49). Em contrapartida, quando a situação é de erro, o mesmo é avaliado como inerente ao gênero feminino, como se a militar não tivesse passado pelo processo ressocialização que os seus companheiros homens passaram (CARREIRAS, 2006, p. 48).

Apesar das dificuldades presentes no processo de inserção das mulheres nas Forças Armadas, o aumento constante da sua participação nesses espaços abriu caminhos para que as mesmas adentrassem no terreno das missões de paz da ONU, juntamente com os soldados tradicionais[55]. Ressalta-se que essas operações frequentemente são tratadas como um “novo modelo militar”; todavia, como argumenta Sion (2009), apesar da nova roupagem, essas missões continuam reproduzindo a mesma mentalidade tradicional orientada para combate, a qual mantém os estereótipos ligados aos papeis de gênero. Isso fica explícito na produção de alguns estudiosos, os quais defendem que as características “específicas” das mulheres – como, por exemplo, gentileza natural, atitude conciliatória e habilidade para controlar a violência – contribuem para garantir a

---

[54] Essa tática foi usada no Brasil, com o fim do regime militar. Segundo Mathias (2009, p. 46), uma explicação razoável para a abertura dos quartéis às brasileiras está justamente na queda dos ganhos profissionais, seja em *status* ou soldo, combinada com o crescente prestígio das Forças Armadas quando empregadas em ações de garantia da lei e da ordem. Nesse momento, a incorporação das mulheres – e a “feminização” da instituição – funcionaria como uma barreira para os abusos cometidos por seus pares ao longo do autoritarismo e colaboraria para humanizar o ambiente.

[55] Salienta-se que mesmo com uma série de incentivos institucionais para aumentar a participação das mulheres nas operações de manutenção da paz e por mais que essas missões sejam, muitas vezes, “feminilizadas”, a participação de combatentes mulheres nesse meio ainda é ínfima.

eficácia das mesmas em sua atuação como *peacekeeper* – possivelmente, com mais aptidão do que os homens (REGARDON, 1993 *apud* SION, 2009). Tal associação favorece a manutenção da relação naturalizada dos binarismos "homem/guerra" e "mulheres/paz".

Ademais, devido ao fato de que essas missões começam com o término da "fase quente" do conflito violento e a partir do estabelecimento do acordo de paz, as práticas diárias do *peacekeeping* consistem em reuniões com os locais, socialização e discussão sobre a situação do momento; tais práticas foram, tradicionalmente, associadas com a feminilidade (NENTWICH, 2014, p. 39). Paradoxalmente, cabe observar o contraste existente entre os discursos habituais que evidenciam os aspectos considerados inerentemente femininos para o bom andamento das missões de paz e, em contrapartida, o número reduzido de mulheres atuando nesse campo.

Diante disso, considera-se contraditório também o fato de que, ao mesmo tempo em que as características supostamente femininas são salientadas e valorizadas, os homens militares – e, consequentemente, o modelo de masculinidade hegemônica readaptado – continuam dominando esse espaço. Algumas feministas, então, apontam que o modo como as OMP são descritas em discursos, políticos, jurídicos e midiáticos, baseia-se e reforça as dicotomias de gênero de modo problemático (DUNCANSON, 2007, p. 24). Sendo assim, como explícito na pesquisa de Sion (2009):

> [...] as mulheres podem não ser bem-vindas nas missões de *peacekeeping*, por conta da ambivalência dos soldados em relação aos aspectos 'femininos' das missões de paz. [...] Como as operações estão sendo, atualmente construídas e desenvolvidas, as soldadas são limitadas na sua habilidade de performar e contribuir para as missões de paz. Ademais, pelo fato das mulheres serem uma pequena minoria que se adapta aos valores militares masculinos, observa-se a falta de solidariedade entre mulheres, que as deixam isoladas e vulneráveis. (SION, 2009)[56]

Nota-se que a socialização e o treinamento militar tradicional, bem como o padrão da masculinidade hegemônica difundido na esfera militar, reverberam nesse novo modelo de intervenção organizado pela ONU e seus países-membro. Algumas teóricas feministas, então, apresentam mais uma contradição no fato de que as OMP, ao mesmo tempo em que são destinadas para proteger a nação e o território

[56] Tradução própria.

para manter a paz, são amparadas por soldados que são treinados com base no modelo tradicional e masculinizado de combate. Assim, como *peacekeeper*, um soldado supostamente deveria ser altruísta, neutro e capaz de resolver conflitos em qualquer conjectura cultural; contudo, sua base permanece sendo o treinamento militar e a cultura predominante consiste em aprender a ser durão, a desumanizar o inimigo e estar apto para usar uma força esmagadora (DUNCANSON, 2007, p. 22). Nesse contexto, segundo Higate e Henry (2004):

> Dada a sua socialização anterior, nos moldes militares hipermasculinizados, o que é exigido dos *peacekeepers* no campo pode ser carregado de tensão. Por exemplo, argumenta-se que as operações de manutenção da paz exigem imparcialidade, sensibilidade e empatia, atributos que podem ter sido desencorajados pelo treinamento militar tradicional; também é possível argumentar que tais atributos envolvem exatamente o oposto das atividades convencionais dos guerreiros, tais como agressão, instrumentalidade e 'brutalidade' orientada para objetivos. (Higate e Henry, 2004 *apud* DUNCANSON, 2007, p. 22)[57]

Diante disso, enquanto para alguns, as práticas dessas operações são inferiores, frustrantes e menos eficientes em comparação com os conflitos reais; para outros, o *peacekeeping* é uma tentativa de definir o comportamento do soldado da paz como o “verdadeiro” masculino (DUNCANSON, 2009, p. 68). Percebe-se, então, que o modelo de masculinidade hegemônica estará, inevitavelmente, presente no cenário das missões de paz, uma vez que as mesmas contam com uma equipe não monolítica de soldados estrangeiros, de diferentes nacionalidades, e que são, em sua maioria, homens que passaram pelo treinamento militar tradicional na sua formação.

Entretanto, é imprescindível notar que houve uma readaptação desse modelo hegemônico, substituindo a primazia do soldado guerreiro motivado pelo dever de garantir a segurança nacional, para um “soldado da paz” que é instigado pelo desejo de preservar os Direitos Humanos e os valores democráticos. Dessa forma, concorda-se com Connell e Messerschmidt (2005), no sentido de que a cultura masculina não é fixa, mas, sim, está sujeita a redefinições constantes de acordo com as mudanças nas relações de gênero e adaptações nas configurações sociais (*apud* NENTWICH, 2014, p. 39)

[57] Tradução própria.

Cria-se, a partir disso, no âmbito das operações de paz, uma “nova forma de masculinidade hegemônica” (DUNCANSON, 2009, p. 70). Nesse contexto, os comportamentos que, na arena militar tradicional, foram julgados como femininos – e, consequentemente, inferiores – nas missões de paz passam a ser valorizados e exaltados como atitudes racionais e civilizadas, em detrimento da ação violenta dos “bárbaros” que ocupam diferentes papeis dependendo do contexto. Desse modo, os “soldados da paz” sublinham a superioridade das negociações em comparação com a luta armada e isso demonstra que eles não têm medo do ambiente de pós-conflito (NENTWICH, 2014, p. 39). Quando os soldados valorizam as atividades do *peacekeeping* como masculinas, eles não estão somente afirmando que há outro modo de ser “um homem de verdade”; eles estão afirmando que este é “o” modo (DUNCANSON, 2009, p. 69).

Lançando um olhar atento sobre a questão do gênero nas organizações militares é possível notar como a construção das noções de “masculinidade” e “feminilidade” permeiam todo o campo, influenciando não só a vida dos atores que participam diretamente dessa esfera, mas também toda a configuração da segurança internacional. Desde sua origem, a socialização das organizações militares necessita de hierarquia, autoridade, obediência e, por vezes, até humilhação; isso ocorre ao mesmo tempo em que os heróis são celebrados em relação ao combate e violência (WHITWORTH, 2004 *apud* NENTWICH, 2014, p. 37). No que tange à inserção das mulheres no meio militar, cabe reafirmar que, historicamente, as guerras sempre contaram com a participação feminina – sob diferentes papeis, mas inclusive como combatentes. Apesar disso, as organizações militares continuam a reproduzir, por um lado, a associação da masculinidade com a guerra e a esfera pública e, por outro, a feminilidade com a paz e o domínio privado. Assume-se, então, que a aplicação da categoria analítica de gênero é indispensável para essa pesquisa, por conta da predominância sistêmica de uma ordem hierárquica de gênero que privilegia o masculino, o militar e a esfera pública.

Capítulo 2: A incorporação das militares brasileiras nas FA e os efeitos da aprovação da Agenda MPS no cenário nacional: uma análise descritiva.

Este capítulo tem por objetivo realizar uma descrição evolutiva, histórica e institucional acerca dos mecanismos e incentivos internacionais, bem como nacionais, direcionados para aumentar a participação de mulheres na área da segurança. Assim, em um primeiro momento, apresenta-se uma análise de documentos, informes e dados oficiais da ONU relativos à inserção da perspectiva de gênero no treinamento das missões de paz, desde a aprovação da Agenda MPS em 2000. Na sequência, são abordadas as nuances do processo de admissão e participação das mulheres nas FA brasileiras. Finalizando o capítulo, expõe-se a dinâmica interna de incorporação das militares brasileiras nas missões de paz em contraste com as políticas onusianas que compõem a Agenda MPS.

2.1 A inserção institucional e oficial da perspectiva de gênero no âmbito das missões de paz da ONU

A resolução 1.325 foi aprovada por unanimidade pelo CSNU em 31 de outubro de 2000 e, desde então, a mesma é considerada um marco na busca pela igualdade de gênero no âmbito das Operações de Manutenção da Paz. Tal medida é considerada um “instrumento fundamental”, tendo em vista que “estabelece uma política para mulheres paz e segurança” (*Office of the Special Adviser on Gender Issues and Advancement of Women* – OSAGI, 2007, p. 3) e é válida para todos os Estados-membros (LUCIAK, 2008). A partir dessa aprovação, como explicita Rebelo (2011, p. 74), resoluções, relatórios, declarações e diretrizes – que se referem às operações de paz a partir de uma perspectiva de gênero – foram introduzidas gradativamente no âmbito do sistema ONU. De acordo com Pratt e Richter-Devroe (2011):

> Seus 18 parágrafos operacionais abrangem três temas principais. Em primeiro lugar, a resolução reconhece a contribuição das mulheres para a construção da paz e a resolução de conflitos e apelas à sua participação crescente em todos os níveis de tomada de decisão em iniciativas nacionais, regionais de prevenção e resolução de conflitos. Em segundo lugar, destaca os aspectos de gênero da guerra e dos conflitos armados que exigem a proteção dos direitos das mulheres, incluindo a proteção de mulheres e meninas contra a violência baseada em gênero e outras violações do direito internacional. Finalmente, a resolução convoca os atores locais, os Estados-membros, mas também o próprio sistema das Nações Unidas, a

> adotar uma perspectiva de gênero nas operações, negociações e acordos de paz. (PRATT E RICHTER-DEVROE, 2011, p. 492)[58]

Apesar de ter sido aprovada em 2000, faz-se imprescindível ressaltar que a adoção da Agenda MPS foi resultado do esforço incessante advindo do ativismo de mulheres a favor da paz. Foram inúmeros debates e pressões por parte de feministas e grupos não-governamentais, advogando por uma maior conscientização em relação às desigualdade de gênero, que forneceram as bases para o surgimento de um consenso relativo sobre a necessidade de unidades de força internacional mistas para o êxito das missões de paz (REBELO, 2011, p. 74).

Mesmo desconsiderando a premissa essencialista de que as mulheres são inerentemente pacíficas, seu protagonismo nos movimentos anti-militaristas e no ativismo pela paz, é observável ao longo de décadas. Nesse contexto, salienta-se o trabalho realizado pela "Liga Internacional de Mulheres para Paz e Liberdade"[59] (WILPF), tendo em vista que tal organização foi responsável por liderar um grupo de ONGs internacionais que trabalhou obstinadamente por essa causa, recebendo o nome de "Grupo de Trabalho sobre Mulher e Conflitos Armados"[60]. Com o fim da Guerra Fria, o crescimento do ativismo de mulheres pavimentou o caminho para a ampliação da consciência e do reconhecimento da comunidade internacional sobre a necessidade de levar em consideração – durante os processos de paz – as experiências e os papeis ocupados pelas mulheres nos conflitos (EL-BUSHRA, 2007 a*pud* ALVES, 2016).

O caminho que culminou na aprovação unânime da Agenda MPS foi lento e gradual, cabendo salientar alguns documentos que foram substanciais nesse processo. Destaca-se, então, a Carta das Nações Unidas, as Estratégias de Nairóbi para o Avanço das Mulheres, a Declaração e Programa de Ação de Viena, a Declaração sobre Eliminação da Violência Contra as Mulheres de 1993, o Encontro Pequim +5, assim como a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação da Namíbia sobre a Transversalização da Perspectiva de Gênero em Operações Multidimensionais de Apoio à Paz[61].

---

[58] Tradução própria.
[59] Tradução própria.
[60] Tradução própria de *Working Group on Women and Armed Conflict*.
[61] Outros documentos importantes consistem na Declaração sobre a Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz (Primeira Conferência Mundial da ONU sobre as Mulheres, sediada no México, em 1975), o apelo do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas pela transversalização de gênero (1997), as decisões dos tribunais penais internacionais *ad*

Nesse contexto, ressalta-se que desde os últimos anos da Guerra Fria, a ONU organizou quatro conferências internacionais sobre mulheres: no México (1975), em Copenhague (1980), em Nairóbi (1985) e, finalmente, em Pequim (1995). Diante desse processo, considera-se que foi, especialmente, a partir IV Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos da Mulher, realizada em Pequim, que se observou uma maior conscientização, incentivando a argumentação a favor da promoção dos interesses de gênero nos processos de negociação, construção e manutenção da paz, e nas iniciativas de desarmamento, desmobilização, reintegração e reconciliação (BOBEA, 2009, p. 110).

Como resultado desse esforço conjunto, originou-se a "Declaração de Pequim"[62], em 1995, que inovou ao introduzir na discussão sobre os direitos da mulher o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade. Interessa evidenciar o último, uma vez que "a noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental" (ONU, 1995, p. 149). De acordo com o *Office of the Special Adviser to the Secretary General on Gender Issues and Advancement of Women* (OSAGI)[63] (2001):

> A perspectiva de gênero foi estabelecida como um mandato intergovernamental na Declaração de Pequim e na Plataforma de Ação, em 1995, e novamente nas Conclusões Acordadas ECOSOC em 1997. [...] A perspectiva de gênero não está sendo imposta aos governos. Os Estados-membros estiveram envolvidos nas discussões intergovernamentais sobre a incorporação da perspectiva de gênero desde meados da década de 1990 e, em consenso, adotaram a integração como uma importante estratégia global para promover a igualdade de gênero. (OSAGI, 2001, s/p)[64]

No que tange ao objetivo estratégico "Promover formas não violentas de solução de conflitos e reduzir a incidência de abusos contra os direitos humanos em situações de conflito", na sessão "medidas que devem ser adotadas pelos governos e as organizações internacionais e regionais" da Declaração de Pequim, consta:

---

hoc, e os relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre questões de paz e segurança. (FRITZ, 2010, p. 343).

[62] Também intitulado como "Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher".

[63] O OSAGI foi criado em 1997, é chefiado pelo Consultor Especial sobre Questões de Gênero e Promoção da Mulher. Diz respeito ao principal escritório de assuntos sociais, sendo responsável pela integração da perspectiva de gênero e pelos pontos focais para mulheres na Secretaria.

[64] Tradução própria.

> g) levar em conta a problemática de gênero na elaboração de programas de formação para todo o pessoal que trata de questões de direito internacional humanitário e de direitos humanos e recomendar que se dê esse tipo de formação àqueles que participam nas operações de assistência humanitária e de manutenção da paz nas Nações Unidas, com o objetivo, especialmente, de prevenir a violência contra mulher; (ONU, 1995, p. 201)

De acordo com a ONU Mulheres, a perspectiva de gênero é uma estratégia aceita globalmente para promover a igualdade de gênero, buscando garantir a centralidade dessa abordagem em todas as atividades. Ademais, segundo o OSAGI (2001b), a adoção da perspectiva de gênero "pode exigir mudanças nas organizações – estruturas, procedimentos e culturas – para criar ambientes organizacionais que são conducentes à igualdade de gênero". Na Declaração de Pequim, apesar dos conceitos "transversalidade" e "perspectiva de gênero" terem sido citados diversas vezes no documento, pouco foi desenvolvido e abordado sobre seu significado, resultando em uma amplitude demasiada do termo até os dias atuais. De acordo com Rebelo (2011):

> Cabe ressaltar que não existe consenso acerca de uma única definição para esta terminologia [Integração de Perspectivas de Gênero]. Desde o momento em que foi elaborado até o presente, o vocábulo é objeto de debates acirrados. Como resultado, é possível identificar várias denominações para a mesma expressão, tais como: transversalidade ou transversalização de gênero; transversalização do enfoque ou perspectiva de gênero e perspectiva ou enfoque integral de gênero. (REBELO, 2011, p. 39)

Desde então, a ONU defende que a "Integração das Perspectivas de Gênero" deve ser introduzida em conjunto com as estratégias de "Equilíbrio de Gênero"[65]. Desse modo, a organização delimita essas duas ações como complementares tanto para atingir um maior número de mulheres ativas nas operações de paz, como também para garantir a qualidade dessa inserção. Sendo assim, considera-se que a iniciativa de introduzir tal perspectiva foi o meio para possibilitar uma mudança de paradigmas ao transversalizar a dimensão de gênero a todas as funções que regem as organizações e estratégias envolvidas (BOBEA, 2009, p. 110). Segundo Carolyn Hannan (2001),

> A perspectiva de gênero é realizada pela identificação de ligações entre gênero e diferentes áreas de desenvolvimento, de forma que

[65] De acordo com a ONU Mulheres, o conceito "equilíbrio de gênero" refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens, meninas e meninos. Igualdade não significa que mulheres e homens serão os mesmos, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades dos mesmos não dependam do seu sexo (UN, 2018).

> essas ligações sejam a base para o planejamento e implementação das atividades futuras. Isso requer, primeiramente, a análise da situação de homens e mulheres – seus papeis, responsabilidades, prioridades e necessidades; o acesso e controle de recursos e cargos de decisão. Em segundo lugar, deve-se avaliar como cada qual, homens e mulheres, podem contribuir no planejamento das ações (ou se opor a elas), bem como o impacto potencial das ações planejadas sobre as mulheres e os homens. (HANNAN, 2001, p. 1)[66]

É inegável o avanço conquistado pela Plataforma de Pequim no que diz respeito ao reconhecimento das questões de gênero para os assuntos de segurança da ONU, na medida em que declara: "a paz local, nacional, regional e global é alcançável e está necessariamente relacionada com o avanço das mulheres, que constituem uma força fundamental para a liderança, a solução de conflitos e a promoção de uma paz duradoura em todos os níveis" (IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995). Apesar disso, observa-se que tal documento não teve potencial de mudança suficiente para implementar ações efetivas e capazes de gerar alterações políticas consistentes no interior das instituições provedoras de segurança. Dessa forma, atenta-se para o fato de que a vontade política e a destinação de recursos por parte dos Estados – comprometidos a atingir a igualdade de gênero nessas ações – são elementos imprescindíveis para que as estratégias sejam traduzidas em mudanças estruturais consistentes e efetivas.

No mesmo ano, realizou-se em Windhoek, na Namíbia, o seminário "Integração de Perspectivas de Gênero nas Operações de Paz Multidimensionais" com objetivo de "reavaliar as atividades levadas a cabo nas operações de paz complexas, bem como propor medidas práticas para sanar os problemas identificados" (REBELO, 2011, p. 86). As discussões resultantes desse evento formaram a base para a elaboração do "Plano de Ação de Namíbia" de 2000 (UN, 2000) que abordou formas práticas para incorporação da perspectiva de gênero nas operações multidimensionais de apoio a paz. Em resumo, a partir dessa declaração, a ONU recomenda aos países que aumentem o número de mulheres na capacitação das tropas, juntamente com a introdução das questões de gênero nos conteúdos de suas políticas governamentais. Ademais, as informações sobre códigos de conduta, hábitos da comunidade local e questões sobre abuso e exploração sexual passam a ser considerados obrigatórios nos treinamentos de gênero.

---

[66] Tradução própria.

Nesse sentido, considera-se que a Declaração de Pequim, de 1995, e a Declaração de Namíbia, de 2000, juntamente com o intenso ativismo das organizações internacionais de mulheres, foram esforços essenciais para a aprovação unânime da Resolução 1.325 que incorporou definitivamente a perspectiva de gênero às missões de paz, conforme decisão do Conselho de Segurança. Diante disso, faz-se imprescindível destacar a colocação de Cynthia Cockburn (2007, p. 139), quando a mesma afirma que a lista completa de mulheres envolvidas no esforço pela aprovação da Agenda MPS "chegaria a centenas, talvez milhares, e incluiria uma rede de mulheres que vai da Praça das Nações Unidas, em Nova Iorque, até os campos de batalha de muitos países atingidos pela guerra" (*apud* FRITZ, 2010, p. 343).

Ressalta-se, a partir disso, que os objetivos dessa medida consistem na proteção dos direitos de mulheres e meninas durante conflito armado, o combate à impunidade em crimes de gênero, a promoção da igualdade de gênero em operações de paz, o aumento da participação das mulheres nas atividades de pacificação em todas as fases do conflito (FRITZ, 2010, p. 341). Nesse sentido, a agenda MPS é considerada por muitos como um marco histórico, tendo em vista que, pela primeira vez, o CSNU cria um mandato específico, focalizando os impactos dos conflitos armados na vida de mulheres e meninas. Nesse documento, de forma inédita, o CSNU expressa a vontade de tornar as OMP mais inclusivas em matéria de gênero. Sendo assim, consta na Resolução 1.325 de 2000:

> Reafirmando o importante papel das mulheres na prevenção e solução de conflitos, bem como na construção da paz, e enfatizando a importância de sua participação igualitária e pleno envolvimento em todos os esforços para manutenção e promoção da paz e da segurança, vemos a necessidade de implementar a presença das mulheres como decisoras com relação à prevenção e solução de conflitos. (ONU-CS, 2000)[67].

Em relação à adoção da perspectiva de gênero no treinamento das tropas, a Resolução 1.325 reconhece a urgência da adoção da perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, de acordo com as bases lançadas na Declaração Windhoek e no Plano de Ação Namíbia. Além disso, reconhece a importância de uma capacitação especializada para toda equipe em atividade no que tange a proteção, necessidades especiais e garantia dos direitos de mulheres e meninas em

[67] Tradução própria.

situação de conflito. Nota-se que as recomendações para o treinamento, com base na perspectiva de gênero, são direcionadas especialmente para a equipe em relação às mulheres e meninas locais. Em contrapartida, a respeito da inclusão de mulheres *peacekeepers*, consta apenas na Declaração de Windhoek de 2000 que "as nações contribuintes que estão treinando equipes militares, policiais e civis, especificamente, para participação nas operações de manutenção da paz, devem envolver um maior percentual de mulheres no treinamento" (UN, 2000).[68]

Apesar dessa ausência, é possível afirmar que a Agenda MPS foi fundamental para o reconhecimento das mulheres como importantes agentes para a construção da paz, assim como para garantia da segurança. Diante disso, considera-se que a aprovação da Resolução 1.325, em 2000, pelo CSNU, foi indispensável, uma vez que a abordagem central aplicada às resoluções anteriores destacou, principalmente, o papel das mulheres como vítimas de guerra e, portanto, necessitadas de proteção.

Muitas teóricas e ativistas feministas identificaram a Resolução 1.325 como sendo altamente significativa para o ativismo pacifista e anti-militarista de mulheres (HILL, 2002; HILL et. al., 2003; COHN 2004, 2008; COHN et. al., 2004; WHITWORTH, 2004; COCKBURN, 2007). Argumenta-se a partir disso que essa resolução foi o meio para criar uma conexão entre mudança social (gênero) e transformação política (conflito) no palco principal da política internacional, abrindo caminhos para novos programas e medidas nos níveis internacional, governamental e não-governamental (PRATT e RICHTER-DEVROE, 2011, p. 490). No que tange à perspectiva de gênero aplicada na capacitação das tropas, tal medida possibilitou o desenvolvimento de um pacote de recursos de gênero e materiais de treinamento, incluindo também dados mais abrangentes sobre questões de gênero e mulheres em relatórios temáticos e de missões específicas (NETWORK ON WOMEN, GENDER AND EQUALITY, 2019).

Além da Resolução 1.325 de 2000, outras medidas foram adotadas com o passar do tempo, a partir das reavaliações constantes sobre a efetividade dessa iniciativa[69]. Segundo Fritz (2010, p. 341), além da declaração do presidente do

---

[68] Tradução própria.

[69] Tendo em vista que outro foco da Agenda MPS consiste na proteção de mulheres e meninas em função da violência sexual que assola os ambientes de conflito armado, outras resoluções direcionadas ao tema foram adotadas. As Resoluções 1820 (2009), 1888 (2009), 1960 (2010) e 2106 (2013) são tomadas como exemplo.

CSNU em outubro de 2000, o relatório do Secretário-Geral sobre Mulheres, Paz e Segurança, de outubro de 2004, revelou que, apesar dos esforços, ainda havia problemas significativos (OSAGI, p.1). Desse modo, faz-se necessário explorar algumas das principais medidas sucessoras à Agenda MPS, tais como a Resolução 1.820 de 2008, a 1.889 de 2009, a 2.106 de 2013, a 2.122 de 2013 e a 2.242 de 2015[70].

A Resolução 1.820 de 2008 solicita que seja desenvolvido e implementado programas de treinamento apropriados – desenvolvidos pela ONU no contexto das missões exigidas pelo CSNU – para todo o pessoal humanitário e de manutenção da paz, tendo como objetivo ajudá-los a melhor prevenir, reconhecer e responder à violência sexual e outras formas de violência contra civis. Nesse contexto, passados oito anos da aprovação da Agenda MPS em 2000, o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, lançou um novo relatório sobre a Agenda MPS, ressaltando alguns dados relativos à participação das mulheres nos processos de manutenção da paz (UN, 2008).

De acordo com o documento, "em julho de 2008, as mulheres constituíam 2,2% do pessoal militar nas operações de manutenção da paz da ONU, comparativamente a 1% em julho de 2004; e 7,6% do pessoal da polícia civil em comparação com 5% em 2004". Outros temas abordados nesse documento consistem na inclusão de conselheiros de gênero para garantia de melhorias técnicas com objetivo de aumentar a participação das mulheres nos mandatos das operações, a nomeação de pontos focais de gênero e a adoção de diretrizes para assegurar o estabelecimento efetivo da perspectiva de gênero.

Apesar da argumentação do Secretário-Geral de que os Estados-membros estariam dando mais atenção para o treinamento das equipes militares, policiais e civis referente à proteção de mulheres e ao envolvimento de mulheres *peacekeepers* nas missões; notou-se que, em 2008, apenas doze países[71] contavam com Planos Nacionais de Ação[72] para assegurar a implementação da Agenda MPS. Como observado por Jan Marie Fritz (2010), "a maioria dos países que adotaram planos de ação está no hemisfério norte, e não tem história recente de guerra civil". Jan Marie

[70] Consultar quadro com as Resoluções no final desta sessão.
[71] Os Estados-membros que já contavam com Planos de Ação, em 2008, consistem em: Dinamarca, Noruega, Suécia, Reino Unido, Áustria, Espanha, Suíça, Finlândia, Islândia, Uganda, Costa do Marfim e Holanda.
[72] Os planos estão disponíveis no site *Women Watch* (Nações Unidas).

Fritz e Fatma Belgin Gumru (2009) analisam os primeiros onze PNAs (2005-2008) com base em vinte critérios[73], indicando que:

> Todos os planos mencionam mulheres e meninas; muitos planos foram elaborados depois de terem sido revistos os planos que já estavam em andamento; alguns planos vão além das áreas referidas na resolução 1325, como o da Finlândia, que inclui alterações climáticas; e que o plano da Costa do Marfim obteve ajuda de um país europeu (Noruega). [...] o plano da Costa do Marfim preocupa-se apenas com eventos internos, ao passo que outros planos estabelecem padrões para as atividades do país fora das suas fronteiras. Alguns desses planos têm duração limitada; e o plano da Dinamarca está agora em vias de ser revisto e renovado. (FRITZ, 2010, p. 346).

Atualmente, setenta e sete países contam com PNAs, com base nas recomendações da ONU, para a implementação eficaz da Resolução 1.325 (WILPF, s/p). A importância da elaboração do PNA reside na delimitação de prioridades, por parte do governo, bem como na coordenação e monitoramento da introdução da Agenda MPS na esfera doméstica. No caso do Brasil, o governo lançou seu primeiro PNA, recentemente, em 2017. De acordo com a nota lançada pela Fundação Alexandre de Gusmão, o texto foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MRE e integrado por representantes do MD, das três Forças Armas e do Ministério da Justiça e Cidadania. Além disso, tais órgãos contaram com o apoio da extinta Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Comissão Nacional de Refugiados, do Instituto Igarapé e da ONU Mulheres (FUNAG, 2018).

Diante da lenta incorporação de mulheres nas missões de paz, a Resolução 1.889 de 2009 foi direcionada aos Estados-membros e às organizações internacionais e regionais, solicitando que tais atores adotassem novas medidas para ampliar a participação das mulheres durante todas as fases do processo de paz. Além disso, tal medida convidava o Secretário-Geral a desenvolver uma estratégia, inclusive por meio do treinamento apropriado, para aumentar o número

[73] São eles: (1) data de promulgação; (2) comprimento; (3) período de preparação; (4) período do plano; (5) cronograma de execução: calendário; (6) agentes que estavam envolvidos com a preparação do plano; (7) agentes que conduziram o processo de elaboração do PNA; (8) conteúdo em comparação com o que está especificado na RCSNU 1325; (9) nível de atividades; (10) áreas prioritárias; (11) agentes da execução; (12) definição dos papéis dos diferentes departamentos; (13) comunicação/colaboração entre os agentes; (14) avaliação do desempenho; (15) comunicação e *feedback*; (16) dotação financeira; (17) definição de idade; (18) nível de envolvimento da sociedade civil; (19) definição geográfica; e (20) publicidade/relações públicas (GUMRU e FRITZ, 2009).

de mulheres nomeadas para exercer bons ofícios[74] em seu nome, particularmente como representantes e enviadas especiais.

Faz-se fundamental ressaltar também as Resoluções 2.106 e 2.122, ambas de 2013. A primeira salienta a importância dos conselheiros de gênero para assegurar o bom andamento do treinamento com base na perspectiva de gênero para todo pessoal das OMP; reconhece a relevância da formação sobre violência sexual e de gênero, levando em consideração as necessidades distintas das crianças; solicita que o Secretário-Geral e entidades da ONU assistam às autoridades nacionais, com a participação efetiva das mulheres no tratamento das questões de violência sexual – explicitamente nos processos de desarmamento, desmobilização e reintegração, na reforma do setor de segurança, nas iniciativas de reforma do setor de justiça. Já a Resolução 2.122 manifesta a preocupação com os *déficits* persistentes na implementação da Agenda MPS. Nesse sentido, demonstra a intenção de incluir disposições para facilitar a participação e proteção das mulheres nos mais diversos processos que compõem as OMP, incentivando fortemente que os países que contribuem com tropas forneçam um treinamento de gênero adequado para seu pessoal.

Destaca-se ainda a Resolução 2.242 (2015), tendo em vista que a mesma direciona as recomendações para o treinamento em relação aos efeitos da maior participação das mulheres nas OMP. Ao encorajar os países que apoiam processos de paz a facilitar a inclusão significativa de mulheres nas negociações, a partir da medida, o CSNU convida os Estados-membros doadores a fornecer assistência financeira e técnica às mulheres envolvidas nos processos de paz – incluindo treinamento em mediação, advocacia e áreas técnicas de negociação, bem como apoio e capacitação para a inclusão efetiva de mulheres.

As medidas citadas até então dizem respeito a alguns dos principais dispositivos adotados após 2000. Nesse sentido, salienta-se que, embora a Resolução 1.325 tenha propiciado a conexão entre transformações sociais e políticas – gênero e conflito –, é possível dizer que as maneiras pelas quais essa ligação acontece ainda é demasiadamente conceitual (PRATT e RICHTER-DEVROE, 2011, p. 490). Consequentemente, argumenta-se que analisar “se” e “como” isso está sendo aplicado na prática é fundamental para essa pesquisa.

---

[74] Diz respeito à ação discreta ou informal de um Estado, desenvolvida espontaneamente ou a pedido, no sentido de reaproximar dois outros em desavença ou conflito (ÂMBITO JURÍDICO, 2008).

Dessa perspectiva, diversos autores[75] investigam a implementação da Resolução 1.325 a partir de uma visão crítica, analisando tanto fundamentos conceituais, bem como impactos práticos relacionados às políticas criadas (Ibid). De acordo com Aderlini (2007):

> O Conselho [de Segurança] não estabeleceu um padrão muito alto. De 2000 a 2006, a RCSNU 1325 foi mencionada em apenas 25,52% das resoluções dirigidas a países específicos (69 de 239). Desde a aprovação da resolução, as entidades internacionais (ONU, União Europeia, e outros) têm feito muito pouco para promover a participação das mulheres em processos de mediação. [...] As mulheres continuam ausentes como mediadoras, e até mesmo como representantes das Nações Unidas, na maioria dos países atingidos pela guerra... A resolução 1325 está fazendo progresso... no entanto, as mulheres, principalmente aquelas que vivem em zonas de conflitos, ativistas ou não, raramente podem ver, tocar ou sentir este progresso. (ADERLINI, 2007, p. 54 *apud* FRITZ, 2010, p. 349)

Diante disso, entende-se que as limitações que envolvem a efetividade das práticas decorrentes da Agenda MPS, como um todo, ainda são significativas e, por isso, precisam ser analisadas de modo crítico. Nota-se que mesmo com a fragmentação parcial das representações binárias e essencialistas que enquadravam as mulheres ora como vítimas ora como construtoras da paz, as mulheres continuam representadas pelo sistema ONU unicamente em termos de gênero (PRATT e RICHTER-DEVROE, 2011, p. 494). Tal fato exclui uma série de outras interseccionalidades – como classe, raça, etnicidade – que deveriam ser levadas em consideração para elaboração de políticas cada vez mais inclusivas – afinal, ainda há mulheres que relatam não se sentirem representadas pelas discussões e políticas da Agenda MPS. Além disso, a falta de reconhecimento das estruturas do capitalismo, imperialismo e colonialismo, pelos defensores da Resolução 1.325, pode limitar a agência das mulheres no que diz respeito ao fim do conflito (Ibid, p. 495). Logo, faz-se imprescindível o questionamento sobre como o termo “gênero” está sendo usado e, a partir disso, quais são suas implicações políticas.

[75] Tais como Orford (2002), Otto (2009, 2010), Chinkin and Charlesworth (2006), Shepherd (2008) e Cohn (2008).

Tabela 1 - Principais Resoluções da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança"			
Nº da Resolução	**Temática**	**Ano**	**Órgão decisório**
Resolução 1.325	Primeira vez que o CSNU reconhece o impacto desproporcional e único dos conflitos armados sobre as mulheres. Reconhece a desvalorização acerca da contribuição das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, bem como na manutenção e na construção da paz. Salienta a importância da participação igualitária e plena das mulheres como agentes ativos na paz e na segurança.	2000	CSNU
Resolução 1.820	Reconhece a violência sexual como arma e tática de guerra. Aponta que o estupro e outras formas de violência sexual podem constituir um crime de guerra, crime contra a humanidade ou um ato constitutivo em relação ao genocídio. Solicita o treinamento das tropas para prevenir e responder à violência sexual. Demanda o aumento de mulheres desdobradas em missões de paz.	2008	CSNU
Resolução 1.889	Tem como foco as missões de *peacebuilding* pós-conflito e a participação das mulheres em todos os estágios do processo de paz. Solicita o desenvolvimento de indicadores para avaliar a implementação da Res. 1.325.	2009	CSNU
Resolução 2.106	Focaliza na operacionalização das obrigações existentes ao invés da criação de novas estruturas/iniciativas. Inclui linguagem sobre a participação de mulheres no combate à violência sexual. Apoia recursos em vias de justiça.	2013	CSNU
Resolução	Explicitamente afirma uma abordagem	2013	CSNU

2.122	integrada para paz sustentável. Expõe métodos destinados à solucionar o *déficit* na participação de mulheres. Reconhece a necessidade de abordar as causas dos conflitos armados e os riscos de segurança enfrentados pelas mulheres. Co-relaciona o desarmamento e a igualdade de gênero.		
Resolução 2.242	Encoraja a avaliação de estratégias e recursos no que diz respeito à implementação da Agenda MPS. Salienta a importância da colaboração com a sociedade civil. Solicita o aumento do financiamento para formação, análise e programas sensíveis ao gênero. Reconhece a importância de integração da perspectiva de gênero em todas as situações do país.	2015	CSNU

Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados pela WILPF.

2.2 A participação das mulheres nas Forças Armadas do Brasil: histórico e dinâmicas internas de incorporação

Como mencionado anteriormente, as mulheres participam dos cenários da segurança internacional e nacional, desde os primórdios dos conflitos armados. Historicamente, entre os povos celtas e germânicos a presença das mulheres no cotidiano militar era respeitada como uma tradição. Contudo, na época do Antigo Regime (séc. XVI-XVIII) – tendo em vista a relevância atribuída às crenças romanas, gregas e cristãs – as mulheres que acompanhavam os exércitos passam a ser consideradas como seres inferiores, perdendo gradualmente seu *status* de respeito no meio em questão (SCHWETHER, 2016, p. 61).

No Brasil, a primeira mulher a integrar uma unidade militar foi Maria Quitéria de Jesus Medeiros, ainda no século XIX, mais especificamente em 1822. Mesmo tendo passado por uma série de desafios – como, por exemplo, a tentativa de impedimento por parte de seu pai e o contexto sociocultural da época. Maria Quitéria disfarçou-se de homem para se alistar no regimento de artilharia como “soldado Medeiros”. Após ter sido aceita pelo grupo como mulher, a soldada juntou-se às

tropas que combatiam os portugueses no movimento de independência do Brasil, conquistando o respeito de seus colegas e sendo reconhecida pela facilidade no manuseio das armas e por sua disciplina exemplar. Seu protagonismo serviu de inspiração para outras mulheres, acarretando na criação de um grupo liderado por ela. Em 1823, Maria Quitéria foi reconhecida como heroína das guerras pela Independência e homenageada pelo então Imperador, recebendo o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro (BRASIL, 2012, s/p).

As brasileiras também marcaram presença com sua atuação voluntária na Guerra do Paraguai, deflagrada em 1865, a qual durou cinco anos. Nesse evento, em especial, destaca-se o papel de Anna Nery, enfermeira baiana que se juntou aos filhos e irmãos no conflito, sendo reconhecida, de forma heroica, como uma das mulheres mais célebres da História do Brasil. Apesar de seu protagonismo, faz-se imprescindível reconhecer, também, o papel de todas as brasileiras que acompanharam as tropas na época. De acordo com Pascal (2006), essas mulheres seguiam as tropas colaborando em todas as atividades que necessitavam: cozinhavam, lavavam, cuidavam dos feridos, fabricavam balas e participavam dos conflitos, quando da ausência de seus companheiros (*apud* SCHWETHER, 2016, p. 97).

Mesmo depois dessas atuações históricas, as mulheres reaparecem no cotidiano militar somente em 1943, momento em que são oficialmente integradas nas FA. Tal ingresso ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil declarou guerra às potências do eixo e enviou a Força Expedicionária Brasileira ao *front* italiano. Nesse caso, setenta e três enfermeiras e seis especialistas em transporte aéreo se voluntariaram para atuar em hospitais do exército norte-americano (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 13). Com o retorno da tropa, no término da guerra, as mulheres foram condecoradas – assim como os homens –, ganhando a patente de oficial e sendo licenciadas do serviço ativo militar (SCHWETHER, 2016, p. 98). A partir disso, algumas delas permaneceram como enfermeiras do Hospital do Exército e, com o passar do tempo, foram convocadas novamente como Segunda-Tenentes (Ibid).

No decurso da década de 1970, vários países iniciaram o processo de admissão regulamentada de mulheres nas Forças Armas, as quais passam a receber a mesma formação aplicada aos homens nos setores em que sua participação foi permitida. De acordo com Mathias (2005):

> Segundo os estudos empreendidos sobre o assunto, são três os principais fatores que levam à integração das mulheres às forças armadas. O primeiro é a democracia que cada vez mais exige maior igualdade na oferta de oportunidades para os cidadãos. Depois, está a mudança na forma de fazer a guerra, nisto compreendendo as mudanças tecnológicas (sofisticação nos armamentos) e administrativas (gestão da guerra). O terceiro fator poderia ser chamado de psicossocial, pois é consequência da percepção dos agentes sobre a função dos militares, o que englobaria a questão econômica (proventos e benefícios) e também o prestígio da profissão, resultante tanto do grau de legitimidade castrense (crise de identidade e grau de confiança da sociedade) como da pouca atração que a profissão teria para o sexo masculino. (MATHIAS, 2005, p. 4)

Em comparação com grande parte dos países ocidentais, o ressurgimento da presença feminina na cena militar latino-americana ocorre tardiamente, em 1980. No Brasil, em 1979, o então senador Orestes Quércia (MDB) propôs o primeiro projeto de lei (PL) para o ingresso voluntário das mulheres nas escolas militares de nível superior. Contudo, o parecer final foi negativo à iniciativa, baseando-se na “estrutura corporal feminina” e na “função social das mulheres”, ambas incompatíveis com as exigências das Forças Armadas (SCHWETHER, 2016, p. 99).

De modo geral, no início da década de 1980, com a intensificação da mobilização de diversos setores da sociedade, que reclamavam a redemocratização e a melhoria das condições de vida, de trabalho e sociais, interrompeu-se um silêncio de anos, quando as vozes femininas passaram a ser ouvidas ao ponto de influenciar nos modelos de cidadania do país. Diante disso, faz-se necessário resgatar algumas características gerais do momento de redemocratização brasileira, pois tal processo é considerado um marco na incorporação regulamentada das mulheres às Forças Armadas.

Naquele contexto, os países do Cone Sul compartilhavam uma história semelhante, tendo em vista que, na década de 1980, todos estavam passando pelas transições de regimes burocrático-autoritários para governos democráticos. Ao fazer um estudo relacional acerca do tratamento do tema da defesa nas sociedades sul-americanas, Diamint (1999) analisa comparativamente as transições de regimes burocrático-autoritários, dos países do Cone Sul, de acordo com o controle militar exercido sobre tais processos (*apud* MATHIAS, 2009, p. 29). Nesse estudo, a

transição do governo brasileiro é classificada como aquela com maior grau de controle militar[76]. Segundo Mathias (2009), no Brasil:

> [...] o controle da corporação fardada sobre o processo de constituição da democracia foi bastante grande, o que a fez manter boa parte de suas prerrogativas não apenas ao longo da transição, mas no período posterior. Tal controle é parte significativa da explicação sobre a falta de atenção com relação à questão da defesa neste país. (MATHIAS, 2009, p. 30)

O processo de transição durou, em média, 14 anos, entre a posse do presidente Geisel em 1974 e a promulgação da Constituição em 1988. Nesse período, devido ao fim da Guerra Fria e com o aprofundamento do capitalismo, as Forças Armadas de países como o Brasil passam pelo que foi denominado como "crise de identidade", já que elas perdiam de uma só vez, as três hipóteses de guerra – global, subversiva e regional – que banalizavam seu preparo e emprego (VIDIGAL, 1996 *apud* MATHIAS, 2009, p. 30). De acordo com Schwether (2016):

> O desgaste do regime militar brasileiro (1964-1985) e o processo de abertura ocorreram de forma "lenta, gradual e segura", abafados pela censura e o medo que acometiam a sociedade civil. O baixo personalismo, característica da ditadura brasileira, fez com que não ocorresse uma grave cisão das forças armadas, possibilitando que as mesmas fossem as responsáveis pelo projeto de abertura política (SCHWETHER, 2016, p. 80).

As vantagens em relação à admissão feminina continuaram a ser expostas no cenário nacional, principalmente com base na argumentação sobre a escassez de pessoal no meio militar. Somado a isso, o movimento internacional e nacional de mulheres, clamando pela igualdade de gênero, conquistava cada vez mais espaço em todos os níveis. Gradualmente, as propostas nacionais de adesão conquistaram mais adeptos, uma vez que o plano inicial consistia em alocar as mulheres em serviços auxiliares, compatíveis com os papeis naturalizados como essencialmente femininos. Segundo Mathias (2009, p. 42), "a entrada feminina na caserna acontece por meio de funções identificadas como apropriadas para as mulheres pela sociedade, ou seja, são os quadros da saúde, administração ou a Arma de Intendência que se abrem para a mulher".

Diante disso, em 1980, a Marinha do Brasil (MB) foi a primeira força a admitir mulheres em seus quadros através de um processo seletivo que decorreu por meio

---

[76] Em ordem decrescente, apresenta-se a classificação em relação ao grau de controle militar sobre as transições de regimes autoritários nos países do Cone Sul: 1) Brasil, 2) Chile, 3) Paraguai, 4) Uruguai e, por último, 5) Argentina.

de concurso público. O *déficit* de profissionais especializados no Hospital Naval Marcílio Dias foi um dos propulsores para esse ingresso (SCHWETHER, 2016, p. 99). Assim, no princípio, elas integravam o Corpo Auxiliar Feminino de Reserva da Marinha (CAFRM)[77]; portanto, sua atuação era restrita à funções técnicas e administrativas em terra (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 13). As mulheres passam, então, a exercer atividades que até aquele momento eram designadas aos homens, liberando os mesmos para atividades-fim. Segundo Schwether (2016):

> [...] a legislação que permitiu a incorporação das mulheres definiu claramente os limites para tanto, as mulheres deveriam realizar as atividades apenas em terra, de acordo com as necessidades da Marinha e as habilitações e qualificações pessoais de cada uma. Amparados em marcos legais definiram normas de conduta ético-militar e para a correta apresentação pessoal, com clara pretensão de minimizar a feminilidade das novas integrantes da força (SCHWETHER, 2016, p. 99).

Ressalta-se que para essa incorporação ocorrer, as mulheres precisaram passar por um treinamento mais rigoroso em comparação àquele aplicado aos seus colegas homens. Algumas das regras foram criadas especificamente para suprimir comportamentos e características ligadas ao feminino – como, por exemplo, padrões para corte de cabelo e restrição quanto ao uso de acessórios. Ademais, seguindo a lista de restrições, definiu-se que a patente máxima que as mulheres poderiam alcançar seria a de Capitão de Fragata[78].

Já na democracia, a partir da promulgação da Lei Nº 9.519/1997, deu-se a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha que, além de extinguir a CAFRM, ampliou consideravelmente a inclusão das mulheres nas ações da Força Naval. Tal medida também reconheceu que a igualdade entre homens e mulheres deve ser respeitada, salvaguardando-se as especificidades da força em questão. Sendo assim, após a extinção da CAFRM, o acesso das oficiais foi estendido aos Corpos de Saúde e de Engenheiros Navais e, em decorrência dessas mudanças, as mulheres passaram a ingressar por meio da estrutura oficial de Corpos e Quadros da Marinha (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 13).

Destaca-se como um dos marcos mais relevantes no processo de inclusão das mulheres na Marinha, o ano de 2012, quando a ex-presidenta Dilma Rousseff assinou a promoção da primeira – e única – mulher a ocupar um cargo de Oficial

---

[77] O CAFRM foi instituído através da Lei Nº 6.807, de 07/07/1980.

[78] Na hierarquia militar, a posição de Capitão de Fragata é a designação do segundo posto de oficial superior nas forças navais, sendo equivalente ao posto de tenente-coronel no Exército e Força Aérea.

General das Forças Armadas brasileiras, a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes. Além disso, a promulgação da Lei 12.705/2012 contribuiu para que as Forças Armadas, em especial o Exército, abrissem as portas para as mulheres (Ibid, p. 14). Do mesmo modo, tal medida contribuiu demasiadamente para a admissão da primeira turma de aspirantes mulheres na Escola Naval em 2014.

Atualmente, a MB admite a entrada de mulheres por meio do Serviço Militar Voluntário, tanto para graduação de cabo – que também ocorre por meio de concurso público –, como para a de Marinheiro. Em 2017, a partir da Lei Nº 13.541, estabeleceu-se que as mulheres poderão ser admitidas nas atividades operativas e integrar o oficialato do corpo da Armada e de Fuzileiros Navais, até então restrito apenas para homens (BRASIL, 2017a). De acordo com o portal informativo do Senado, a intenção da MB é ser a primeira força a eliminar qualquer restrição à admissão e promoção de mulheres em seus quadros, tendo diante disso, elaborado o Projeto de Lei de iniciativa da Câmara (PLC) 147/2017 (Ibid).

No que diz respeito à Força Aérea Brasileira (FAB)[79], o ingresso das mulheres iniciou-se dois anos depois da incorporação na Marinha, em 1982, respaldado pela Lei Nº 6.924/1981. Assim, originou-se a primeira turma do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), abrangendo os Quadros Femininos de Oficiais (QFO) e de Graduados (QFG). Na época, a previsão era de que esses Quadros atingissem, em suas respectivas carreiras, o posto máximo de Tenente-Coronel e a graduação de Suboficial. Em 1990, mulheres graduadas em medicina, odontologia e farmácia passam a ser admitidas nos quadros de carreira, abrindo-se, a partir disso, a possibilidade da mulher médica militar alcançar o posto de Brigadeiro[80].

A Academia da Força Aérea (AFA) passou a aceitar as mulheres no Quadro de Intendentes em 1995 e, um ano depois, seu ingresso também foi permitido pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). Conforme suas qualificações, as mulheres preencheriam as vagas nos quadros de oficiais, uma vez que a formação do oficial de carreira na AFA seria aberta para as mulheres somente em 1995, na especialidade da Intendência (BAQUIM, 2007).

A Força Aérea se destaca no que tange à inclusão das brasileiras na corporação, pois permite o acesso tradicional à carreira militar para as mulheres.

---

[79] De acordo com a Lei Nº 6.924 de 29 de julho de 1981.

[80] No Brasil, o posto de brigadeiro é usado na Aeronáutica e serve para designar a patente mais alta da força respectiva. Atualmente, na hierarquia militar brasileira há três postos de brigadeiro: Tentente-brigadeiro do ar, Major-brigadeiro e Brigadeiro.

Contudo, salienta-se que das três especialidades oferecidas pela aeronáutica, elas podem optar por duas, Aviação ou Intendência. Enquanto isso, o acesso à Infantaria ainda é restrito exclusivamente aos homens. De acordo com Giannini, Folly e Lima (2017):

> Em 1996, a AFA permitiu a entrada de mulheres em sua escola de formação de oficiais, no Quadro de Oficias Intendentes. Em 2003, a FAB voltou a inovar ao permitir a entrada de mulheres na atividade-fim da instituição, quando recebeu as pioneiras para o Curso de Formação de Oficias Aviadores. No futuro próximo, as primeiras mulheres da FAB atingirão a maior patente da instituição, a de tentente-brigadeiro-do-ar. (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 14).

Diante disso, tem-se a atuação das mulheres pilotos de caça – pertencentes à elite combatente – da FAB, levando em consideração que para alcançar esse *status* faz-se necessário passar por testes e seleções muito rigorosos. Segundo Baquim (2007), uma vez inseridas, as mulheres se sobressaem pelo seu desempenho e ótimos resultados. A FAB consiste na única força que pode, em tese, oferecer às mulheres a promoção à patente máxima de oficial general. Nesse sentido, essa foi uma grande conquista para as profissionais militares (SCHWETHER, 2016, p. 101).

A última força a permitir a entrada de mulheres para seu Quadro Complementar de Oficiais (QCO) foi o Exército Brasileiro (EB) a partir de 1992. A entrada das profissionais, à época, deu-se através da Escola de Administração do Exército (EsAEX)[81], sendo suas áreas de atuação diversas, incluindo administração, saúde e informática (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 14). Desde então, as militares foram conquistando espaço, gradativamente, ingressando nas diversas forças e especialidades, como oficiais e suboficiais, à exceção daquelas relacionadas ao combate direto ou no nível mais básico, como soldados e cabos[82] (Ibid). No nível de cabos e soldados, por conta da admissão restrita de mulheres nas Forças pela via de Serviço Militar, a ausência de mulheres é marcante (ALMEIDA, 2015, p.19).

De acordo com Almeida (2015), “a mulher mais antiga do Exército é hoje uma Tentente-Coronel do QCO, ela poderá chegar ao posto de Coronel[83]”. Tal quadro permite que profissionais, de ambos os sexos, adentrem na carreira militar, desde que sejam graduados em cursos superiores específicos, de interesse da Força e

[81] Atual Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX).
[82] O nível de cabo pode ser acessado somente pelas mulheres da Marinha.
[83] Autorização dada pela Lei Nº 12.786/2013 que alterou a Lei Nº 7.831/1989 que criou o QCO (ALMEIDA, 2015).

após a aprovação em concurso público de âmbito nacional (ALMEIDA, 2015, p. 21). De acordo com Giannini, Folly e Lima, (2017):

> Atualmente, o Exército já atua com a primeira turma mista da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e se prepara para receber, em janeiro de 2018, as primeiras mulheres em sua principal escola de formação de oficiais, a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). Será permitida a participação das cadetes em quadros e serviços de apoio, como Intendência e Material Bélico. Em 2016, concurso para ingresso na EsPCEx, que antecede o ingresso na AMAN, teve concorrência de 192 candidatas por vaga, deixando claro o interesse das mulheres em ingressar nessa escola, até então fechada para elas. (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 15)

A entrada das mulheres na AMAN corresponde à permissão da presença feminina na linha de ensino bélico; ainda assim, as profissionais continuam sem possibilidade de acesso aos cursos de Material Bélico e de Intendência, pelo menos inicialmente. Algumas dessas mulheres poderão atingir o posto máximo da carreira, General de Exército, após mais de quarenta anos de serviço, vindo a concorrer, inclusive ao Comando do EB como um todo (Ibid). Também, os processos de abertura decorrentes da Lei Nº 12.705/2012 possibilitarão a maior participação de mulheres em zonas de conflitos, com respaldo da Resolução 1.325 (SCHWETHER, 2016, p. 104).

Sublinha-se a importância desse avanço, pois, antes disso as mulheres do EB já estavam habilitadas a realizar dois de seus cursos combatentes mais tradicionais e desafiadores – o Curso Básico Paraquedista desde 2006 e o Curso de Operações na Selva a partir de 2010 –, nos quais apresentaram ótimos resultados (SCHWETHER, 2016, p. 104). Nota-se também que as mulheres, historicamente, ocuparam posições caracterizadas como exclusivamente masculinas – como combatentes, por exemplo – e, diferente do que expõem as argumentações com base em estereótipos de gênero, essas profissionais se destacam pelo seu empenho e capacitação nessas atividades. Portanto, tendo em vista a demonstração da capacidade plena das mulheres nesses cargos, entende-se que não há motivações coerentes e capazes de explicar a ausência do sexo feminino nas armas de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia e Comunicações.

A partir do conteúdo exposto até o momento, apresentam-se abaixo algumas informações relativas à participação das mulheres nas Forças Armadas a fim de facilitar o entendimento acerca das nuances que envolvem esse processo paulatino

de ingresso. Inicia-se pela apresentação dos dados referente à admissão das mulheres nas Forças Armadas do Brasil:

Tabela 2 – Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Ano de Admissão	1980	1992	1982
Quadro/Corpo	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Reserva da Marinha	Quadro Complementar de Oficiais	Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
Marco Legal	Lei n. 6.807, de 1980	Lei n. 7.831, de 1989	Lei n. 6.924, de 1981

Fonte: ALMEIDA (2015, p. 13)

Na próxima tabela, apresentam-se os dados sobre a entrada das mulheres nas principais escolas de formação de oficiais das três Forças:

Tabela 3 – Admissão de Mulheres nas Academias Militares das Forças

Força	Marinha	Exército	Força Aérea
Escola de Formação	Escola Naval (EN)	Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	Academia da Força Aérea (AFA)
Ano de Admissão	2015	2018	1996
Corpos, Armas, Serviços, Quadros e Especialidades	Intendência	Intendência e Material Bélico	Intendência e Aviação

Fonte: ALMEIDA (2015, p. 13)

Faz-se necessário apresentar também dados numéricos no que tange ao efetivo de mulheres nas forças, essa exposição permitirá uma visualização mais ampla sobre o tema, facilitando as análises que serão feitas no transcorrer da presente pesquisa. A próxima tabela resgata os dados sobre a evolução dos efetivos de mulheres nas forças entre 2004 e 2014:

Tabela 4 – Evolução dos Efetivos de Mulheres nas Forças 2004-2014

Ano	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
2004	9.562	246.548	256.110	3,7
2005	10.757	246.340	257.097	4,2
2006	11.536	251.800	263.336	4,4
2007	12.713	306.218	318.931	4,0
2008	13.634	306.809	320.443	4,3
2009	15.395	326.050	341.445	4,5
2010	16.758	316.710	333.468	5,0
2011	18.673	323.961	342.634	5,4
2012	20.685	329.958	350.634	5,9
2013	22.169	331.347	353.516	6,3
2014	23.787	335.348	359.135	6,6

Fonte: Almeida (2015, p. 15). Dados extraídos da Secretaria de Coordenação e Organização Institucional do Ministério da Defesa.

De acordo com os dados oficiais mais recentes, a presença das mulheres nas Forças Armadas passou de 25,9 mil para 28 mil (BRASIL, 2017b). Desse total, a Força Aérea conta com 10,8 mil mulheres – maior participação entre as forças –, em seguida, aparecendo o Exército com 9,1 mil profissionais do sexo feminino e, por fim, a Marinha com um total de 8,1 mil mulheres (Ibid). Segundo exposto por Giannini, Folly e Lima (2017), “em 2016, as mulheres somaram 8% do efetivo total das Forças Armadas do Brasil, com um quantitativo de 25.507 militares do sexo feminino”. A Força Aérea conta com a maior porcentagem de mulheres (39%), seguida do Exército (32%) e, por fim, da Marinha (30%) (Ibid, p. 15).

A distribuição das militares varia conforme os círculos e postos em que estão inseridas nas Forças. Por exemplo, na MB a maior parte das mulheres é oficial (65%), enquanto no EB e na FAB a maioria das mulheres é Subtentente/Suboficial ou Sargento, 55% e 61%, respectivamente (Ibid). Nota-se que as mulheres terão a possibilidade de ascender a cargos mais elevados da hierarquia militar com o passar do tempo, pois, apesar de muito reduzida, é possível dizer que a presença das profissionais no número de mulheres nos círculos de Oficiais-Generais e dos Oficiais-Superiores é crescente (ALMEIDA, 2015, p. 19). Ainda assim, contata-se que, embora a presença das profissionais seja expressiva no nível dos Oficiais Subalternos, boa parte do efetivo é composta por militares temporárias, culminando no enfraquecimento da tendência de ascensão a postos mais elevados, uma vez

que essas profissionais estão limitadas a determinados postos e um período de tempo específico de permanência nas Forças (Ibid).

Ademais, observa-se que as condições biológicas exclusivas dos corpos das mulheres – como a gravidez, por exemplo –, frequentemente, são usadas como mecanismos de exclusão pela própria instituição. A partir da Portaria DEPENS nº 102/DE2, de 1º de agosto de 2002, delimitou-se que as mulheres deveriam passar pelo exame de gravidez durante o período compreendido entre a inscrição no concurso de admissão e a conclusão do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV). Nesse contexto, a gestação foi considerada como condição incapacitante. Contudo, algumas medidas tomadas a partir de 2015 demonstram avanços a respeito do tema. Dentre outras deliberações, destaca-se a eliminação da restrição à participação de mulheres grávida na seleção e a implantação da licença à gestante, com os mesmos direitos concedidos para civis (SCHWETHER, 2016, p. 106). Ainda assim, persistem alguns limitantes em relação à questão, como, por exemplo, a inexistência de creches, a falta no preparado para lidar com as dificuldades que as mulheres enfrentam durante a gestação e o pós-parto, bem como a incompreensão de alguns comandantes acerca das particularidades desse período na vida da mulher (Ibid, p. 107).

No que tange às restrições no geral, atualmente, às mulheres militares ainda é negada a entrada na Infantaria das três forças, além da Armada na Marinha – cuja abertura está prevista para 2023 – e de Artilharia, Cavalaria, Comunicações e Engenharia no Exército (IGARAPÉ, 2017). Argumenta-se que a permanência das restrições na instituição militar brasileira, cria sérios entraves para o ingresso justo e igualitário do sexo feminino nas forças. Diante disso, observa-se que a persistência desse engessamento em relação ao acesso total das mulheres, obstaculiza a alteração dos quadros militares e, consequentemente, limita a possibilidade de reformas estruturais no seio institucional.

Tal fato contrasta com a situação global e regional, onde mais de vinte países – sendo a maioria da Europa – permitem o acesso total às mulheres que podem optar por qualquer arma e especialidade (Ibid). Enquanto isso, na América Latinha, somente cinco países já removeram as barreiras que minam a participação plena das mulheres nas forças; Argentina, Bolívia, Colômbia, Nicarágua e Venezuela (Ibid). A pesquisa feita por Giannini, Folly e Lima “Situações Extraordinárias: a entrada das mulheres na linha de frente das forças armadas” é fundamental para

expor o quanto os processos de adesão ainda são demasiadamente influenciados pela disseminação de estereótipos de gênero. De acordo com Giannini, em entrevista para o Instituto Igarapé (2017):

> Observamos que o debate sobre a presença das mulheres na linha de frente se pauta muito pela força física. Por isso, a presença delas em funções de apoio ao combate, como a intendência no Exército e na Marinha, e material bélico no Exército, é mais aceita. Mas ainda permanecem dúvidas quanto à inserção de mulheres em funções de combate direto, como a infantaria nas três forças. [...] Percebemos também a persistência de uma visão ainda estereotipada do papel da mulher da conciliação entre família e carreira. Os desafios de integração acabam sendo mais de ordem subjetiva do que prática. É um tema que precisa ser tratado com transparência (IGARAPÉ, 2017, s/p).

Ao adentrarem em espaços exclusivamente masculinizados, as militares apresentaram desempenho exemplar na execução de tarefas designadas como essencialmente masculinas. Tal fato contribuiu para a dissolução de estereótipos de gênero, empregados para engessar papeis tradicionais e, também, para manter o *status quo* que garante a permanência das relações de poder baseada, entre outras intersecções, na hierarquia de gênero. Mesmo com todos os avanços, ainda será necessário percorrer um longo caminho para que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos capazes de ocupar cargos que, hoje, estão restritos aos homens – principalmente os postos mais elevados de comando. Outro desafio será a adesão qualitativa dessas mulheres na esfera militar e, não, meramente quantitativa para melhorar a imagem da instituição frente ao cenário doméstico e internacional. Logo, conclui-se que as barreiras que envolvem o processo de incorporação das mulheres nas forças nacionais atingem diretamente a participação de profissionais do sexo feminino enviadas para as missões de paz.

2.3 Em contraste com a prática: as políticas onusianas e a dinâmica interna de incorporação das brasileiras nas missões de paz

O avanço no que tange à incorporação de mulheres nas missões de paz, após a adoção da Resolução 1.325 pelo CSNU, é inegável. De acordo com dados da ONU (UN, 2017), entre 1957 e 1989, somente vinte mulheres uniformizadas serviram como *peacekeepers*. Tal cenário começa a mudar gradualmente, a partir da década de 1990, mediante à intensificação das demandas advindas dos movimentos de mulheres para pleitear maior representação nesse espaço. Soma-se a isso a introdução de mecanismos internacionais de incentivo para participação das

mulheres como agentes da paz. Estavam em campo, em dezembro de 2014, 2732 mulheres militares, totalizando 3% das tropas (ONU, 2014)[84]. Já em 2017, de acordo com as estatísticas oficiais, a ONU contava com 3.145 mulheres militares em atividade, nas vinte e três missões de paz ativas no período (ONU, 2017). Percebe-se, então, que mesmo com os incentivos institucionais advindos dos mais diversos níveis, a presença das mulheres militares em operações de paz, de modo geral, ainda é mínima.

Mathias (2009) aponta para três possíveis fatores que culminaram na mudança de comportamento da ONU em relação à participação das mulheres nos processos de paz. O primeiro fator, de acordo com a autora, foi o aumento das intervenções da ONU no mundo, já que no período decorrente entre a missão originária até o fim da Guerra Fria (1989), deu-se início a dezoito operações. Continuamente, de 1991 a 2017, a organização implementou mais cinquenta e três operações de paz (UN, 2017c). Como segundo fator tem-se a mudança do caráter das intervenções; as missões deixaram de funcionar somente para a mediação de conflitos, ampliando seu leque de atuação e, consequentemente, expandindo a abrangência dos processos de manutenção da paz. O terceiro fator consistiria na evolução do papel da mulher na sociedade como um todo, principalmente a partir do final da década de 1960 (MATHIAS, 2009, p. 39).

De acordo com o MD, a participação do Brasil em missões de paz acontece antes da criação da própria ONU, quando em 1926 – mesmo não fazendo parte da Liga das Nações – o país teve papel fundamental na mediação do “Conflito Letícia”, entre Colômbia e Peru, na década de 1930. Seguindo a trajetória de missões de paz da ONU, o Brasil participou com diplomatas e observadores militares na Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB); enviou suas primeiras tropas a um país estrangeiro em 1956 com a participação na Força de emergência das Nações Unidas (UNEF); assumiu as tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como no Haiti (MINUSTAH/2004) e no Líbano (UNIFIL/2011), cuja participação garantiu destaque à política externa do país (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

[84] A única missão que recebeu um contingente 100% feminino foi a da Libéria (UNOMIL), para a qual foram enviadas, em janeiro de 2007, aproximadamente cento e cinquenta recrutas indianas para treinar a Polícia Nacional (MATHIAS, 2009, p. 40).

Diante da participação ativa e protagonista do país nas operações de paz da ONU, faz-se necessário refletir quanto à incipiente abordagem do tema na esfera doméstica. Tal fato reverbera diretamente na ínfima discussão sobre as relações de gênero e paz no âmbito nacional. Durante a presente pesquisa, constatou-se também que além da escassez de material nacional acerca do assunto, ainda há uma séria dificuldade na obtenção de dados desagregados por sexo. Trazendo um exemplo específico da revista *Veja*, Mathias (2009, p. 41) lembra uma reportagem de 2007 sobre as FA brasileiras, de doze páginas, na qual, em nenhum momento, é citada a palavra paz ou algo que indique a presença feminina nesse assunto. Ainda de acordo com a autora:

> Por outro lado, o pequeno número de brasileiras em missões de paz apenas reflete como a sociedade toma o tema. Como já dissemos, tanto a presença feminina nas Forças Armadas quanto a participação militar nas missões de paz são 'não-assuntos' no país. A própria função constitucional atribuída às Forças Armadas contribui para isso: responsável pela lei e pela ordem e convivendo com uma burocracia corrupta ou inepta, não é de se espantar que até mesmo parte da *intelligentzia* nacional queira que os militares, independentemente do sexo, atuem em atividades que não lhes são próprias (Ibid, p. 46).

Nesse sentido, contata-se que para avaliar a presença das mulheres nas missões de paz, necessariamente, é preciso analisar sua participação nas FA nacionais e o modo como esse tema é tratado pelo governo e pela sociedade, tendo em vista sua correlação. Como abordado na sessão anterior, observa-se que o processo de redemocratização no Brasil foi caracterizado por um alto grau de controle por parte da corporação militar. Tal fato contribuiu para a preservação de prerrogativas militares durante a transição, assim como no período posterior, refletindo a falta de atenção e interesse sobre as questões da defesa no país (Ibid, p. 30)[85]. Assim, mesmo com a criação do MD, em 1999, avançando no que tange à subordinação militar ao poder civil, o debate com a sociedade civil permaneceu insuficiente (Ibid). Segundo Mathias (2009):

> Em resumo, é verdade que hoje o tema da defesa é foco de interesse. Tanto assim que se criou uma Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED) que, em seu Primeiro Encontro, realizado em 2007, contou com mais de cem trabalhos inscritos. O Ministério da

[85] A visão de Mathias (2009) acerca do período de redemocratização segue uma linha de pensamento semelhante à literatura sobre a transitologia, da Ciência Política, a qual "tem tentado articular, de tal maneira, uma sistematização teórica a partir das experiências de mudança de regime político acontecidas, desde 1974, no sul da Europa e na América Latina". (VITULLO, 2001)

> Defesa, no entanto não acompanhou a extensão do debate, extinguindo secretarias e cargos civis. Apesar de elaboradas dois Documentos de Política de Defesa Nacional, o tema ainda não ganhou *status* de política pública, isto é, um plano de ação que se fundamente na discussão pela sociedade do que é prioritário. (MATHIAS, 2009, p. 31)

Nesse contexto, o processo em curso de incorporação das mulheres brasileiras às FA e, consequentemente, às missões de paz, acompanha o ritmo gradual das mudanças institucionais da organização militar de um país que ainda não promoveu uma reforma militar. Helena Carreiras (2013) aponta que "os argumentos utilizados para criticar ou justificar a exclusão das mulheres de determinadas áreas e tarefas militares e, portanto, para fundamentar políticas institucionais nesta matéria, mantêm-se surpreendentemente inalterados desde o início de 1970" (CARREIRAS, 2013, p. 477). Atenta-se para o fato de que a presença das mulheres nesses espaços que são, por excelência, masculinizados, pode acabar gerando um sentimento de ameaça à identidade militar, entre aqueles que sustentam o *ethos*[86], a partir da introdução de novos códigos e valores na instituição. Diante disso,

> Fundando-se na estrita oposição entre direitos e eficácia militar, esses argumentos têm focado quatro áreas fundamentais: as diferenças físicas entre homens e mulheres; o impacto sociopsicológico da presença feminina nas unidades militares e, em particular, na coesão dos grupos de combate; o custo-benefício dessa participação; e o seu impacto em termos de valores sociais e culturais. Embora o peso relativo, e a forma como tais argumentos têm vindo a ser utilizados, tenha variado ao longo do tempo e em função dos contextos, eles continuam a ser invocados *ad nauseum*, muitas vezes para além de toda a evidência empírica (Ibid, p. 477).

Os entraves para participação plena das mulheres na instituição militar nacional refletem tanto na quantidade como na qualidade de incorporação das militares brasileiras enviadas para as missões de paz. Dessa forma, a ausência de mulheres em posições de combate nas Forças Armadas, principalmente no Exército – força que mais envia efetivos para as operações de paz – é uma das principais barreiras para o aumento de sua participação nos processos de paz (GIANNINI, 2014, p. 15). Salienta-se que foi apenas em 2006 que o primeiro contingente em armas de combate diplomou-se pela AFA, totalizando cinco mulheres que, hoje, são

[86] *Ethos* é uma palavra de origem grega, que significa "caráter moral". É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação.

aviadoras e, portanto, podem chegar ao comando da Força em alguns anos (MATHIAS, 2009, p. 42).

Diante disso, chama atenção o fato de que em países vizinhos, como Uruguai e Argentina, respectivamente, em 2000 e 2001, a participação de mulheres como combatentes nas três forças já havia sido permitida. Assim, cabe recordar que no Brasil, foi apenas em 2017 que, pela primeira vez, foi concedido o acesso às mulheres para adentrarem na turma de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Tal fato pode decorrer, futuramente, no aumento da participação das militares brasileiras em missões de paz. Todavia, é imprescindível salientar que o acesso das mulheres nas posições de combate ainda é restrito, limitando sua atuação, até mesmo, depois de exemplos contundentes que comprovam sua eficácia em cargos considerados essencialmente masculinos. Nesse sentido, houve o caso da participação das militares no projeto-piloto implantado pelo Exército na Amazônia, em 1998. Naquela oportunidade, as mulheres atuaram como atiradoras, por meio do Serviço Militar Feminino Voluntário, dando a impressão de que, a partir disso, haveria uma futura integração das mulheres às armas de combate. Todavia, esse projeto foi desativado em 2002, sem que resultasse na incorporação (MATHIAS, 2009, 42).

Essas barreiras presentes no processo de integração das mulheres no âmbito militar, como um todo, encontram respaldo em argumentações baseadas em estereótipos de gênero que mudam conforme o contexto em que estão inseridas. Com base nisso, o trabalho de Angela Alchin (2015) enumera algumas das principais justificativas empregadas no intuito de incluir mais mulheres nos processos de paz. O primeiro argumento destacado por Alchin (2015, p. 25) diz respeito à ideia de que a presença das mulheres nas operações de paz seria responsável por criar um “efeito civilizatório” em seus colegas homens. Problematizando tal afirmativa, a autora defende que esse argumento civilizatório estaria na mesma linha de pensamento, a qual defende que as mulheres são mais passivas do que os homens. Diante disso, nota-se que as mesmas estariam sendo permitidas no ambiente militar com base na mesma premissa que, em um primeiro momento, as exclui (DE GROOT, 2001 *apud* ALCHIN, 2015, p. 26).

Outro argumento frequentemente utilizado é de que as mulheres estariam mais preparadas para lidar com a população local. Sendo assim, as militares do sexo feminino são consideradas mais compassivas e, portanto, mais inclinadas a

interagir amigavelmente com os membros da comunidade local, especialmente com as mulheres (CAREY, 2001 *apud* ALCHIN, 2015, p. 26). Sem menosprezar o trabalho inestimável feito pelas *peacekeepers* nas missões de paz, chama-se atenção para o fato de que, em muitos casos, é visível que as militares não entram em contato com a população local ou enfrentam uma série de limitações para tanto. Tais impedimentos estão presentes em mandatos que proíbem o contato com os locais, ou definem que as mulheres fiquem restritas à base – enquanto os homens fazem a patrulha – ou, até mesmo, que as mesmas estejam reservadas a desafios mais simples como o das barreiras linguísticas, por exemplo (BERTOLAZZI, 2010; CORDELL, 2011 *apud* ALCHIN, 2015, p. 27).

Aponta-se também que as mulheres atenderiam melhor os casos de violência sexual no local em que estão inseridas. Contudo, o que acontece na realidade é que, frequentemente, as militares – assim como seus colegas homens – não passam pelo treinamento adequado para responder a esses casos (Heinecken, 2013 *apud* ALCHIN, 2015, p. 27). Seria preciso levar em consideração que o treinamento baseado na perspectiva de gênero recomendada pela ONU, em grande parte dos países que contribuem com tropas nas operações, ainda é incipiente. Além disso, argumenta-se que o sucesso das *peacekeepers*, trabalhando ao lado de seus colegas, serve como inspiração para as mulheres locais. Nesse sentido, sem diminuir o trabalho fundamental que as mulheres *peacekeepers* exercem em campo, cabe ressaltar o argumento exposto por Alchin (2015):

> [...] a cultura da sociedade local pode ser impactada pela efetividade das mulheres *peacekeepers*. Tal cultura pode inibir o contato com as mulheres *peacekeepers* ao ver que essas mulheres ocupam cargos militares, o que pode ser considerado inconsistente com os papeis locais de gênero e crenças, podendo também ser tratado como desrespeitoso. Por outro lado, as mulheres uniformizadas, em outros Estados, podem ser consideradas 'nada de novo' na sociedade. (ALCHIN, 2015, p. 27)[87]

A partir disso, observa-se que tais argumentos, por mais que sejam favoráveis à participação das mulheres militares nas operações de paz, ainda são baseados em estereótipos de gênero, os quais continuam a ser reproduzidos sob novas roupagens. Sendo assim, pressupõe-se que no interior das instituições militares o *modus operandi* é mantido e, consequentemente, o mesmo continua moldando o comportamento das tropas. É evidente que a adoção da perspectiva de gênero

[87] Tradução própria.

tenha sido acolhida, progressivamente, no marco de redirecionamento da segurança humana; em contraste, porém, tais avanços não se traduziram em ações ou mudanças políticas realmente consistentes no interior das instituições provedoras da segurança (BOBEA, 2009, p. 110). Diante disso, a fala de Renata Giannini, em entrevista para *Gênero e Número*, é elucidadora quando foi questionada sobre o que mais escutou durante sua pesquisa no interior das FA brasileiras:

> Parte-se da ideia de que mulher não deve estar na guerra. Mas já que tem que estar, por mil razões, a quantidade de frases que denota uma postura misógina é enorme. Ouvi algumas assim: "Mas imagina você ser comandado por uma mulher? Não dá." e ainda: "Porque sei que se ela for pega por um inimigo, o que vai acontecer com o restante das tropas?. Eles vão todos estar preocupados em protegê-la, e não em cumprir com a missão". Eu entendo que tudo isso é porque eles estão vendo a mulher não como uma colega, não como uma profissional, mas como mãe, aquela imagem construída, que não se encaixa na guerra. (GIANNINI, 2017)

Giannini, Folly e Lima (2015) destacam, entre as principais observações extraídas da sua pesquisa "*Situações Extraordinárias: a entrada das mulheres na linha de frente das Forças Armadas*", que ainda há uma clara distinção de percepção sobre o exercício, por mulheres, de atividades de linha de frente – especificamente a função-fim da força – e posições de apoio ao combate – como intendência e material bélico. Ao mesmo tempo, segundo as autoras, atualmente há cerca de vinte países no mundo – a maioria na Europa – que retiraram todas as restrições para mulheres atuarem como combatentes. De acordo com as autoras, os desafios subjetivos parecem ser maiores do que os práticos e têm implicações concretas para uma efetiva participação de mulheres na Forças Armadas. Além disso, elas elencam a ideia de que "guerra não é lugar de mulher" como o principal argumento dentre tantos, tendo em vista que tal afirmação reproduz essencialismos, mantendo a noção dos papeis tradicionais de gênero.

A discriminação e a marginalização do gênero na conformação dos contingentes que integram as operações de paz não deixam de ter consequências pouco funcionais aos objetivos das missões, prejudicando o equilíbrio de gênero necessário dentro das FA (BOBEA, 2009, 110). Tal fato coloca um obstáculo ao desenvolvimento de um novo tipo de liderança, envolvimento e aproximação mais democráticos frente aos problemas mundiais de paz e segurança (Ibid). Nesse sentido, nota-se que a melhoria no que tange à participação das mulheres militares

nas operações de paz está intrinsecamente ligada ao seu *status* nas instituições militares nacionais.

Mesmo com vários incentivos institucionais que incentivam a maior participação das mulheres nas operações de paz, o questionamento acerca da persistência da representação mínima das militares nesses espaços é imprescindível. Desse modo, faz-se necessário abordar e refletir sobre os principais desafios que essas profissionais enfrentam para adentrar nesse meio que, por mais que tenha sido construído com base em parâmetros igualitários recomendados pela ONU, frequentemente, mostra-se tão masculinizado quanto às Forças Armadas nacionais.

Assim, como primeiro desafio, aborda-se a questão do *tokenismo*. De acordo com Kanter (1977), tal conceito descreve um grupo composto, em sua maioria, por um "tipo" específico de pessoa – que está em grande número – sobre outro. Neste caso, essa maioria diz respeito aos sujeitos "dominantes" que controlam o grupo e, consequentemente, sua cultura (KANTER, 1977 *apud* ALCHIN, 2015, p. 28). Além disso, Kanter (1977) denomina como *tokens* aqueles que compõem a minoria do grupo, porque, geralmente, estes são tratados como representantes de suas categorias, como símbolos ao invés de indivíduos (Ibid). Tal processo não só faz parte da realidade das missões de paz, como também da dinâmica das Forças Armadas, ambos ambientes em que o padrão pessoal é o homem, o "típico militar". No que diz respeito à igualdade de gênero, os *tokens* podem ser incorporados ao grupo para fazer um ambiente parecer mais justo ou, até mesmo, para servirem como "atrativos", permitindo que a instituição seja vista como uma provedora de oportunidades igualitárias (ALCHIN, 2015, p. 28).

Nesse sentido, concorda-se com a argumentação de Segal (1999) quando a mesma defende que quanto maiores as diferenças individuais, menores serão as diferenças de gênero, pois as tarefas serão atribuídas às habilidades e não as diferenças "naturais" entre homens e mulheres (*apud* MATHIAS, 2015, p. 41). Diante do observado, considera-se interessante ressaltar a observação da pesquisa elaborada por Giannini, Folly e Lima (2015) no interior das Forças Armadas brasileiras:

> Outro aspecto bastante notado pelos entrevistados diz respeito ao comportamento dos instrutores diante da presença de mulheres. Os oficiais homens reconheceram que esses tendem a ser menos

> ríspidos com as mulheres. Foi notado que os instrutores das primeiras turmas com aviadoras possuíam uma postura bastante paternalista e cética com relação à capacidade das mulheres. A dificuldade em tratá-las com a rigidez necessária teria, portanto, contribuído para a percepção de que elas eram excessivamente beneficiadas, o que acabou por dificultar o processo de integração das mesmas (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 42).

O segundo desafio apresentado diz respeito ao próprio ambiente securitário como um todo, tendo em vista que as organizações militares podem ser consideradas como os espaços institucionais mais masculinizados da atualidade. Esses espaços, além de serem compostos por uma maioria quantitativa de homens, também são dominados pela noção de masculinidade hegemônica que é adotada pela própria instituição como parâmetro ideal de comportamento. Diante disso, a masculinidade pode ser apresentada sob diversas facetas. De modo geral, as FA persistem sendo o espaço em que ocorre a intensa socialização da masculinidade e onde os traços masculinos são encorajados e celebrados (ALCHIN, 2015, p. 28).

Tal dinâmica dificulta a introdução das mulheres nas organizações militares nacionais, assim como nas operações de paz, pois historicamente os comportamentos que não estejam alinhados com essa noção de masculinidade hegemônica tendem a ser reprimidos e rotulados como inferiores, ainda mais quando se trata de atitudes ligadas a noção estereotipada de feminilidade. Os homens são ambivalentes aos aspectos femininos da manutenção da paz, por isso, aumentar o número de mulheres pode ser visto como uma ameaça ao prestígio das operações e, nesse caso, a noção de “se uma mulher pode fazê-lo” entra em jogo (SION, 2008 *apud* ALCHIN, 2015, p. 30).

Nesse sentido, as teóricas feministas vêm argumentando que o principal desafio não é abordar o papel contestado das mulheres *peacekeepers* e, sim, desafiar a cultura militar masculinizada que tem dominado as organizações desde sua introdução (CARREIRAS e KUMMEL, 2008). Precisa-se, então, repensar a dinâmica interna das Forças Armadas, tendo em vista que tal processo influencia diretamente nas relações de gênero – e poder – que caracterizam as missões de paz. Pensando nisso, Fetherston (1995) observa que “não há mudança dentro de um *peacekeeper* que transforma, automaticamente, um soldado treinado para guerra em um indivíduo preparado para trabalhar de forma não violenta e com sensibilidade cultural em um ambiente militarizado” (*apud* ALCHIN, 2015, p 29). De acordo com Alchin (2015):

> O que acontece quando as mulheres entram na esfera militar é a diluição de sua feminilidade para se conformarem e, até mesmo, aspirarem a essa masculinidade hegemônica. [...] as operações de paz continuam produzindo a mesma mentalidade tradicional orientada para o combate, limitando a habilidade das mulheres de realizar e contribuir nas missões. Portanto, o desafio de superar a cultura do guerreiro-herói permanece sendo um dos principais obstáculos para as mulheres no meio militar. (ALCHIN, 2015, p. 30)[88]

A partir disso, no âmbito doméstico, identifica-se que um dos grandes mitos que dificulta a entrada de mulheres na FA tem relação direta com a naturalização da masculinidade hegemônica nesse ambiente. De modo geral, as mulheres são consideradas mais fracas fisicamente e, portanto, incapazes de exercer funções de combate, fato que poderia acabar prejudicando a operacionalidade da missão (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 11). Na realidade, ocorre que existem requisitos físicos – que variam no tempo e espaço –, os quais devem ser cumpridos para o exercício de certas funções de combate (Ibid). Tais exigências não são baseadas no gênero e, sim, nos critérios necessários para preencher tais posições (Ibid). Logo, o engessamento dos papeis de gênero que correlacionam masculinidade e força criam entraves no que se refere ao reconhecimento das mulheres como profissionais militares.

Nessa mesma linha de argumentação, tanto nas organizações militares como no âmbito das missões de paz, as diferenças biológicas e físicas das mulheres em relação aos homens são comumente mobilizadas. No caso das operações de paz, argumenta-se que as mulheres não têm força física e resistência para se manter no ambiente de condições delicadas que, muitas vezes, é cenário para as missões (ALCHIN, 2015, p. 31). Essas afirmações perdem o sentido quando os casos em que as mulheres se igualaram a força dos homens e, até, apresentaram melhores resultados em relação à resistência, são reconhecidos (DAVIS e MCKEE, 2004 *apud* ALCHIN, 2015, p. 31). Além disso, há inúmeros registros históricos de mulheres que participaram de combates, mais recentemente, mulheres de diversos países do Atlântico Norte exerceram funções de combate e foram bem sucedidas (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 6).

Outra questão desafiadora a ser enfrentada no processo de adesão das mulheres nas missões de paz diz respeito ao argumento, frequentemente empregado no meio militar, de que a presença feminina nas unidades de combate

[88] Tradução própria.

impactaria negativamente a coesão[89], moral e disciplina dos grupos. Contrariando essa ideia, Carreiras e Kummel (2008) apontam que a coesão é baseada em provações compartilhadas e, não, no gênero; que as inadequações no que diz respeito à força física das mulheres podem ser superadas com trabalho em equipe, onde a integração pode reduzir o preconceito e incentivar a coesão. Cabe constar que as diferenças de gênero não são as únicas a desempenhar um papel na coesão da unidade, as divisões também podem surgir das intersecções de classe, raça e interesses pessoais (HARRELL e MILLER, 1997 *apud* ALCHIN, 2015, p. 31).

No Brasil, como pode ser observado no resultado da pesquisa de Giannini, Folly e Lima (2017), esse mito também é reproduzido. Somado a ele, está presente a ideia de que os homens se ocupariam mais com a proteção das mulheres do que com a missão, tal afirmação também é baseada em construções sociais que apresentam as mulheres, antes de qualquer coisa, como mães, filhas, irmãs que carecem de proteção. Desse modo, o papel “mulher militar” fica em segundo plano, esperando pelo reconhecimento. Em contrapartida, já existem estudos demonstrando que a integração melhora a moral e o profissionalismo (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 5).

A sexualidade consiste em outro ponto de obstáculo para a participação plena das mulheres nas operações de paz. Nesse sentido, geralmente, a sexualidade da mulher é interpretada em termos patriarcais, afetando seu senso de autoridade nesse meio (ALCHIN, 2015, p. 32). Essa dinâmica dificulta a aceitação, por parte dos homens, dos comandos emitidos pelas mulheres. Diante disso, nota-se que esse comportamento também caracteriza as relações de poder das Forças Armadas brasileiras (GIANNINI, FOLLY e LIMA, 2017, p. 6). Comprovando que as mulheres podem exercer cargos de liderança tão bem quanto os homens nesse âmbito, sublinha-se a experiência da almirante Michelle Howard, dos Estados Unidos, que assumiu o Comando Aliado de Forças Conjuntas da OTAN em Nápoles, após ter comandado navios e missões pela Marinha norte-americana (Ibid).

Esses são os principais desafios que limitam a participação plena das mulheres militares tanto nas Operações de Manutenção da Paz, como nas Forças Armadas brasileiras. Sendo assim, é possível perceber que os dois ambientes estão

---

[89] Coesão social refere-se ao elo emocional de uma unidade, portanto, a proximidade de uma unidade em relação à amizade. Por outro lado, coesão de tarefa diz respeito ao compromisso e esforço compartilhado dentro do grupo para atingir um objetivo (HARRELL e MILLER, 1997).

diretamente relacionados e que a efetividade das mudanças no plano internacional depende, em grande medida, de transformações estruturais no plano doméstico. Desse modo, por mais que haja uma capacitação específica para as OMP – que, em certo nível, adota a perspectiva de gênero – faz-se necessário levar em consideração o contexto do treinamento recebido previamente na organização militar nacional. A partir disso, concorda-se com a ideia de que a ascensão de um regime de gênero tem um impacto significante na identidade dos soldados, contribuindo para mudança gradual desse padrão de masculinidade hegemônica (ALCHIN, 2015, p. 29).

3. As militares brasileiras em ação: particularidades da carreira militar, da capacitação com base na perspectiva de gênero e da atuação na MINUSTAH

Este capítulo analisa as entrevistas realizadas com cinco militares do Exército Brasileiro que atuaram no Haiti entre 2004 e 2017. Em um primeiro momento, investigaram-se as particularidades da carreira e profissionalização do segmento feminino nas Forças Armadas, abordando questões específicas sobre a inserção das mulheres no meio militar. Na sequência, apresentaram-se as narrativas das militares acerca do treinamento recebido para MINUSTAH ou, mais especificamente, da perspectiva de gênero que foi introduzida nessa capacitação. Conclui-se com a análise dos relatos das militares sobre as suas experiências em solo haitiano.

3.1 Carreira e profissionalização: analisando diferentes perspectivas acerca da atuação das militares no Exército brasileiro

Como exposto no capítulo anterior, o Exército Brasileiro foi a última força a permitir mulheres em seus quadros. O acesso das militares se deu, primeiramente, no Quadro Complementar de Oficiais (QCO) para preencher funções meio, no ano de 1992. O QCO permitiu o ingresso de pessoas com nível superior completo em áreas gerais da administração, por intermédio da Escola de Formação Complementar do Exército[90] (EsFCEx) que é responsável por graduar os novos integrantes do quadro como oficiais de carreira. Das cinco militares entrevistadas[91] para elaboração da presente pesquisa, quatro delas compõem o QCO, tendo como formação o curso de Letras. Atenta-se que três delas atuaram como chefes da sessão de intérpretes, com exceção da Major Assis que adentrou na missão como adjunta do componente civil militar, mais especificamente como ponto focal de gênero. Já a quinta entrevistada faz parte do Serviço de Saúde como Major Médica, sua atuação no Haiti foi chefiar o hospital do Estado Maior. Assim, diferentemente das demais entrevistadas, seu ingresso se deu através da Escola de Saúde do Exército[92] (EsSEx). Segundo o Exército Brasileiro (2019, s/p), atualmente as

---

[90] A Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), localizada na cidade de Salvador (BA), é o estabelecimento de ensino militar do Exército responsável pela seleção e preparação de recursos humanos para atuar nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Magistério, Informática, Economia, Psicologia, Estatística, Pedagogia, Veterinária, Enfermagem e Comunicação Social (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2019).

[91] Tendo em vista a garantia de anonimato dessas militares, expõe-se que os nomes escolhidos para as entrevistadas, neste trabalho, são fictícios.

[92] A Escola de Saúde do Exército (EsSEx), localizada na cidade do Rio de Janeiro, é o estabelecimento de ensino militar do Exército responsável pela formação dos oficiais médicos,

mulheres podem ingressar, como militares de carreira ou temporárias, no Quadro de Engenheiros Militares (QEM), no QCO e no Serviço de Saúde, em igualdade de condições com os homens e concorrendo às mesmas promoções.

A escolha pelas profissionais do EB se deu pelo fato de que, em comparação com as demais divisões, o Exército possui a configuração mais engessada das FA, caracterizando-se pela acentuação dos papeis tradicionais de gênero em suas dinâmicas. Nesse sentido, argumenta-se que o acesso ainda parcial das mulheres no quadro de Armas[93] consiste em um, dos diversos fatores, que podem exemplificar as barreiras impostas para as mulheres nessa área, em função de estereótipos de gênero que resguardam determinados postos somente para o sexo masculino, contribuindo, assim, para manter as relações de poder dentro da instituição.

Cabe relembrar que, de forma inédita, foi somente em 2017[94] que as mulheres obtiveram permissão para entrar na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) quando, de acordo com o edital de admissão daquele ano, quarenta vagas, do total de quatrocentas de quarenta, foram abertas oficialmente para o sexo feminino (MINISTERIO DA DEFESA, 2017, p.1). A partir dessa possibilidade, as militares terão a chance de assumir o cargo de Comandante[95], podendo isso acontecer somente a partir de 2063, após uma longa trajetória na carreira. Sendo assim, após essas mudanças, às mulheres brasileiras foi concedido o direito de ingresso voluntário no EB como militar de carreira ou temporária. Todavia, elas não podem seguir no Quadro de Material Bélico ou no Serviço de Intendência, demonstrando que ainda há resistência para incorporar plenamente o sexo feminino na organização.

Em sua tese, Emilia Takahashi (2002, p. 122), atenta para o fato de que, historicamente, em grande parte dos países que passaram a aceitar mulheres nas FA, existem leis e políticas que restringem a participação das militares no papel

---

farmacêuticos e dentistas do Quadro do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (EXÉRCITO BRASILEIO, 2019).

[93] De acordo com o Exército Brasileiro, as Armas englobam o militar combatente por excelência, radicionalmente a atividade-fim da profissão. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, aglutinam-se dentro desses quadros com uma finalidade geral própria. Por fim, há os Serviços que, como o termo indica, têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico. As Armas dividem-se em dois grupos: as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações).

[94] Por conta desse ingresso tardio, a MINUSTAH não contou com a presença das militares do quadro de armas, tendo em vista que as mesmas ainda estão em processo de formação.

[95] No topo da organização do Exército está o Comandante Supremo que consiste no Presidente da República em exercício. Abaixo dele está o Comandante do Exército que, dentro da instituição, ocupa o posto de chefia.

essencial da profissão – o combate – e, por isso, a elas fica reservada somente a atuação em setores relacionados à saúde e ao administrativo. Desse modo, a pesquisa se concentrou na atuação das profissionais nas atividades meios, levando em consideração que as mesmas contam com um tempo relevante de inserção na carreira militar, e se disponibilizaram a participar das entrevistas. O roteiro das entrevistas foi elaborado de modo que as profissionais pudessem trazer à tona a sua percepção acerca das questões de gênero dentro da instituição.

Assim, sendo o Exército uma organização masculinizada por excelência, considerou-se imprescindível investigar qualitativamente a incorporação das mulheres nesse meio e, consequentemente, as nuances da configuração das dinâmicas de gênero nesse espaço. Ainda que o número de mulheres militares venha aumentando com o passar do tempo, em muitos aspectos, tal inserção não recebe a atenção devida em termos qualitativos. Diante disso, é possível perceber que a carência desse cuidado na incorporação das mulheres, no âmbito militar, não é tanto sobre garantir melhorias em termos de infra-estrutura para melhor recebê-las, mas, sim, em relação à insuficiência de debates – e, em consequência disso, de entendimento coletivo – sobre as questões de gênero. Nas entrevistas, observou-se inclusive que a falta de infra-estrutura, muitas vezes, é utilizada como argumento contrário à participação das mulheres em diferentes situações de trabalho.

A Major Bruna Assis[96], de 50 anos, entrou para o Exército no ano de 2000, através do QCO. Em sua entrevista, quando questionada sobre quais foram os principais desafios durante o processo de integração, dentro do Exército, a profissional relatou que a disciplina e a hierarquia do meio militar estiveram presentes desde a sua criação, tendo em vista que seu pai também era militar. Em suas palavras:

> Eu fui designada para AMAN [...] para dar aula para cadetes. E é um universo predominantemente masculino, desde o início que a gente entra. E a existência de mulher no Exército, oficial, já existe desde 1992, a primeira turma que ingressou. Então, a adaptação, para mim, não foi tão difícil porque o estilo de hierarquia e disciplina eu já trazia de casa, não por meu pai ser militar, mas por uma condição de formação, como ele me criou. Então, tive essa adaptação. Mas a convivência com homens e mulheres, hierarquia e subordinação, aí que foi a gente ter que se adaptar né, mas aos poucos fomos adaptando (Entrevista 1).

[96] Nome fictício.

Diante disso, nota-se que em seu relato, a criação advinda do pai militar foi um facilitador em seu processo de familiarização com as dinâmicas da instituição. Todavia, é possível perceber que essa adaptação envolve que a mulher adentre um espaço predominantemente ocupado por homens, o qual funciona a partir de uma configuração com base nos preceitos da masculinidade hegemônica, fazendo com que a mulher precise não só adentrar no espaço, como também, frequentemente, incorporar esse padrão de comportamento masculinizado para ser reconhecida como profissional. Questionada sobre qual era sua percepção sobre a experiência de suas colegas de trabalho, a Major responde:

> O que eu observava muito, ainda mais na Academia é que [...] era uma coisa recente, o acesso da mulher [...] como aluna e o acesso da mulher como instrutora na Academia. Eu observei que, em alguns momentos, alguns oficiais mais antigos, de uma geração que ainda não tinha essa convivência com a mulher, ainda tinha dificuldade de trabalhar com mulheres. O que eu quero dizer. Ou às vezes eles não sabiam como lidar, ou tratavam muito bem. Assim, como se fosse cavalheiro/dama, em vez de ser hierarquia, oficial superior/oficial subordinado. Ou, então, tratavam muito, assim, rispidamente. Então, o que eu percebia é que ainda não conseguiu adaptar a situação de ver a mulher como militar, ainda observava a mulher como uma... mulher... no papel social da mulher no meio social . E a gente, dentro das Forças Armadas, somos todas mulheres, mas também somos todas militares. Então, o que tem que vir primeiro, geralmente, é o militar e, não, a mulher. E às vezes têm oficiais que eles não sabem como lidar. Não estou falando de uma forma pejorativa, até porque é uma questão de adaptação né, não saber como lidar. Mas assim, tudo vai se ajustando, alguns problemas, aí cada um vai se posicionando de alguma forma e vai entendendo (Entrevista 1).

A partir desse relato, é possível observar que existe, nas Forças Armadas, uma tendência à masculinização no comportamento das mulheres militares, demonstrando que as mesmas, frequentemente, ainda são vistas sob as lentes estereotipadas que classificam a mulher, antes de tudo, como a mãe, pacífica e carente de proteção. Concorda-se com a argumentação de Takahashi (2002, p. 123), “a ideia de gênero como um fator biológico que justifica a desigualdade da divisão social dos papeis sexuais ainda é amplamente difundida nos meios militares e apesar de alguns avanços, ainda limita a atuação das mulheres nestes espaços”.

Diante disso, o enquadramento das mulheres nessa construção social fixa contribui para desqualificar o seu perfil profissional. Tal dinâmica afeta diretamente o comportamento das militares que, constantemente, precisam se auto-afirmar e defender seu profissionalismo, provando que são capazes de exercer as mesmas funções que os homens, principalmente se receberem um treinamento adequado

para tanto. Essa configuração dificulta a inserção das mulheres nesse âmbito, pois gera uma sobrecarga de responsabilização que faz com que as militares – além de terem que cumprir com suas obrigações profissionais – passem por um longo processo de provação, para se enquadrar nos moldes masculinizados que funcionam como regra na instituição.

Ao analisar a percepção que as autoridades brasileiras têm sobre as mulheres, D'Araujo (2000) expõe que existe uma ideia predominante de fragilidade e debilidade feminina que permeia o imaginário dos militares. Segundo a autora, isso faz com que tanto as características femininas como as masculinas sejam percebidas como exclusivas, resultando em uma classificação injusta com consequências desiguais no desempenho das funções (Ibid). Na Entrevista 3, a Coronel Viviane Maia[97], de 53 anos, que adentrou para carreira militar em 1992 – na primeira turma de mulheres do Exército –, quando questionada sobre os desafios presentes no seu processo de adesão, relatou:

> Uma das dificuldades foi a parte de voz né, que você tem que ter uma voz firme para comandar. Às vezes se você está na frente de um grupamento você tem que comandar esse grupamento, e a voz da mulher é muito fina né. Então a gente tinha meio que treinar isso para não ficar uma coisa sem graça. A voz do homem, aquela voz grossona e a voz da mulher fininha. Porque você está comandando homens, então, para não parecer uma coisa muito feminina demais, você tem que fazer uma voz mais forte né, treinar isso (Entrevista 3).

Na primeira frase a entrevistada engrossa sua voz para dizer as palavras "firme" e "comandar", mesmo não estando em seu ambiente de trabalho, junto de seus colegas. A partir disso, ouviu-se a tendência condicionante dessa alteração de voz. Ademais, antes da Coronel dizer "sem graça" houve uma breve pausa, como se ela estivesse escolhendo com cautela as palavras seguintes, dando a impressão de que essa situação, de certo modo, envolvia algum sentimento de constrangimento. Ficou evidente a necessidade de a mulher ter de incorporar características do comportamento masculino aceitável e sobrevalorizado. As militares encaram um grande desafio ao delegar funções nessa profissão, não só pela inferiorização da sua voz – que, muitas vezes, é classificada como "feminina demais" para ser obedecida[98] – como também, visivelmente, por conta de seu sexo. Em sua pesquisa com base em entrevistas feitas com cadetes da primeira turma mista a entrar no

[97] Nome fictício.
[98] Atenta-se para o fato de que essa percepção não diz respeito somente aos homens, mas também as próprias mulheres que estão expostas a essa configuração da masculinidade hegemônica.

Exército, Takahashi (2002) apresenta relatos que evidenciam que as militares passaram por um processo de “embrutecimento” inicial para provar que elas tinham direito de estar ali e, também, que a união entre as mulheres foi necessária para suportar a pressão contrária à sua presença na Academia. No trecho seguinte, a Coronel continua:

> Mas, no geral, a adaptação é muito boa. Foi a primeira turma mista e nós não fizemos nada diferente dos homens. Todas as atividades que eram dadas para os homens, eram dadas para gente também. Os rapazes até ajudavam muito a gente, porque tinham umas meninas mais baixinhas. Até para subir em caminhão, às vezes ficava complicado para elas, aí eles ajudavam. E ajudavam muito a gente durante todo o treinamento, então, foi uma experiência muito boa. Não teve um problema assim, é... mais grave, né. Os problemas normais (Entrevista 3).

Na percepção da entrevistada, no seu processo de incorporação houve apenas “problemas normais” e nada de mais grave. Contudo, entende-se que esses problemas que são aceitos como normais constituem em raízes estruturais profundas que contribuem para manter a prevalência do *status quo* das organizações militares e, consequentemente, as relações de poder que são baseadas no gênero. Takahashi (2002) aponta que as militares da primeira turma mista passaram por um grande desafio de aceitação, quando muitos cadetes e oficiais, visivelmente, posicionavam-se contra a sua presença no meio. No início, havia a percepção entre os cadetes – homens – dessa turma, de que o comando queria proteger as mulheres; como eles não tinham consciência da constituição física diferenciada, entendiam que a distinção dos exercícios físicos constituía em um tratamento desigual (TAKAHASHI, 2002, p. 143).

Esse sentimento coletivo entre os rapazes culminou em uma onda de resistência e discriminação em relação à presença das militares pioneiras, como fica exposto na pesquisa de Takahashi. É compreensível, então, que a entrevistada – que fez parte da primeira turma – encare esses problemas com normalidade, se levarmos em consideração o fato de que ela, assim como suas colegas, precisaram provar suas capacidades, ao mesmo tempo em que lidavam com a rejeição de cadetes e oficiais, os quais acreditavam que a presença feminina prejudicaria a formação dos cadetes. Desse modo, ainda segundo Takahashi (2002):

> A saída encontrada pela maioria das primeiras cadetes para serem reconhecidas como cadetes e não como mulheres ou “protegidas” foi um esforço sem medida para conseguir acompanhar os homens em

> todas as atividades, inclusive nos exercícios físicos, o que rendeu-lhes sacrifícios. (TAKAHASHI, 2002, p. 149)

Nesse contexto, um ponto fundamental a ser levantado é o conceito de "militar cavalheiro"[99] que Helena Carreiras (2009) apresentou dentro do quadro "Tipologia de reações masculinas à presença feminina nas Forças Armadas". De acordo com Carreiras (2009), o militar cavalheiro se enquadra na percepção que trata as diferenças de gênero a partir da diferença. Segundo tal classificação, esse tipo-ideal teria uma concepção sublimada da mulher – vista como anjo protetor –, favorecendo, portanto, a sua presença nas Forças Armadas, ainda que apenas em funções de apoio (Ibid., p. 180). Na Entrevista 2, feita com a Major Agnes Lima[100] de 47 anos que ingressou no Exército em 2001, pelo QCO, este perfil é mencionado:

> Eles, às vezes, tentam te proteger. Se, às vezes, é uma missão mais difícil, eles preferem que vá um homem né, então, isso é pontual. Às vezes não tem nem como você tirar, eles fazem isso sem querer, na maneira de te proteger. Mas, assim, no Exército eu sempre fui respeitada, mas eu acho que também tem aquele negócio, você tem que lutar para mostrar teu lugar. É sempre assim, é mais difícil para gente (Entrevista 2).

O perfil do militar cavalheiro apareceu no relato de três profissionais das cinco entrevistadas, demonstrando os efeitos do mito protetor/protegido nas relações militares. A maior dificuldade das militares, mencionada pela Major Lima, reside muito mais nas questões de gênero que permeiam o meio militar do que no cumprimento das suas obrigações como profissional. Como evidenciou a pesquisa de Takahashi (2002) o sentimento de protecionismo disseminou, entre os homens da primeira turma mista, ainda mais a ideia de que as mulheres estariam sendo, de alguma forma, favorecidas. É importante salientar que na medida em que novas turmas mistas foram sendo incorporadas e as mulheres passaram a se destacar militar e profissionalmente, o mal estar inicial que a presença das mulheres causou [na primeira turma] foi sendo diluído (TAKAHASHI, 2002, p. 151). Ainda assim, mesmo com alguns avanços no que tange à maior aceitação referente à presença de mulheres na carreira militar, fica explícito que algumas dificuldades permanecem presentes na incorporação. Na sequência de seu relato, a Major continua:

> [...] Na AMAN, voltando um pouco, teve uma vez que eu não pude ir num exercício, porque aí eles falaram assim: "Ah, não, mas aí vai ser

[99] Atenta-se que esse é um exemplo de tipo-ideal.
[100] Nome fictício.

> só uma mulher lá, nós vamos ter que montar um banheiro só pra ela". Então, assim, como assim? Mas vocês nem me perguntaram se eu me incomodo de ir ali atrás do matinho. Quer dizer, eles decidem o que é melhor para gente, eles não ouvem a nossa opinião para saber "Ah, até aonde você iria? Até aonde você faria?" (Entrevista 2).

Na Entrevista 4, com a Major médica Paula Martins[101], de 47 anos, que entrou para o Exército em 1999, a desculpa do banheiro como um dos fatores que impediria as mulheres de participarem em determinadas atividades também apareceu. Tal argumento soa ainda mais estranho para ela que, como médica, estava acostumada a dividir a sala de plantão, no meio civil, com seus colegas homens. Em suas palavras:

> Então, assim, como eu tenho a formação, que é médica, eu nunca tive essa distinção homem/mulher, porque no plantão, no meio civil, a gente tira plantão homem/mulher. Às vezes dorme no mesmo ambiente [...]. Então, normalmente, a gente já tem essa convivência homem/mulher, não tem dificuldade. E, no Exército, a mesma coisa, porque como a gente já é médico, a gente não tem muita segregação. Às vezes a dificuldade maior é com o pessoal de Armas em relação à gente, porque a aceitação nunca é igual, porque eles têm alguma diferença. Acham que a gente não tem a mesma capacidade. Só que se a gente treinar, a gente tem a capacidade física, né. E a gente tem a nossa profissão. Então, ao nosso ver, a gente está pronto para fazer as coisas, entendeu? Aí, às vezes, o pessoal de Armas fica assim, "ai não vou botar mulher no campo, tem que ter um banheiro diferenciado", uma coisa assim, entendeu? (Entrevista 4)

Observa-se que o costume da "proteção", o qual faz parte das relações militares, tem origem no tradicional entendimento da mulher como um ser sensível, frágil e desprotegido. Essa imagem contrasta com a percepção do homem como o bravo guerreiro, o provedor da segurança e, consequentemente, o responsável pela tomada de decisões. Tal fato faz com que, muitas vezes, a opinião da mulher não seja levada em consideração, corroborando para que, em determinadas situações, os homens decidam por elas, sem o seu consentimento, como exposto no trecho acima. Esse comportamento acaba limitando a atuação das militares, pois – intencionalmente ou não – ele é responsável por subjugar as capacidades da mulher como profissional e, ainda mais, como líder.

Nessa discussão, outro ponto que merece atenção diz respeito à conciliação da vida familiar das profissionais com a carreira militar, afinal, entre esses dois meios "há um conflito evidente entre as exigências familiares e aquelas com disponibilidade total que caracterizam a profissão militar" (TAKAHASHI, 2002, p. 123). Como

---

[101] Nome fictício.

abordado previamente, o estereótipo de gênero que vincula e naturaliza a relação da mulher com a maternidade é um dos principais fatores que limitam a percepção geral sobre as capacidades femininas em ocupar cargos considerados inerentemente masculinos, principalmente os cargos de liderança. De acordo com Carreiras (1997, p. 72):

> Ora, se em rigor se impõe afirmar que esta dificuldade na articulação da vida familiar com a vida profissional não constitui um aspecto exclusivo da profissão militar e muito menos um problema que apenas afete as mulheres, é um fato amplamente reconhecido em diversos trabalhos que têm vindo a ser produzidos nesta área que tal fenômeno penaliza de forma muito particular neste contexto as mulheres militares, influenciando decisivamente as suas estratégias e opções de carreira.

Por vezes, a "voracidade"[102] da instituição família pode ser comparada com a das Forças Armadas (SEGAL, 1988 *apud* CARREIRAS, 1997, p. 71), tendo em vista que ambas são altamente dependentes do desempenho de seus membros, por isso requerem um alto nível de exigência, principalmente no que tange à lealdade, tempo e energia (CARREIRAS, 1997, p. 71). O papel social atribuído às mulheres, desde sua criação, somado a essas exigências de distanciamento e disposição de tempo integral, frequentemente, limitam a participação e ascensão das mulheres nessa profissão. Como exposto pela entrevistada número 1, Major Assis:

> Então, se eu como mulher fui preparada desde quando era pequenininha, com minha mãe, com meus irmãos, com meus familiares, com meus colegas de escola, depois com meus amigos de trabalho a desempenhar um papel na sociedade como mulher, então, eu tenho que entender que quando eu estou vestida de militar, estou fardada né. Eu tenho que me desvincular, ou saber administrar esse papel que a sociedade espera de mim. Qual seria? A mulher provedora, aquela que fica em casa, aquela que está para gerar filhos, aquela que é a que cuida do lar... aquela cuidadora do lar (Entrevista 1).

A militar que é casada e tem um filho, ciente dos efeitos causados pelos estereótipos de gênero no meio, aponta para a dificuldade de suas colegas na desvinculação de seu papel como mãe e/ou esposa em relação à sua atuação profissional. Carreiras (1997, p. 72) apresenta estudos, demonstrando que a maternidade é uma das principais razões para o não realistamento de mulheres, principalmente para aquelas que estão sujeitas a maior irregularidade de horários.

---

[102] Segundo Mary Segal tanto as Forças Armadas como a família podem ser consideradas instituições "vorazes", numa aplicação do conceito *greedy institution* desenvolvido por Lewis Coser (SEGAL, 1988 *apud* CARREIRAS, 1997, p. 71).

Concorda-se com a autora de que “as exigências institucionais da vida militar sobre o pessoal de carreira são muito mais pesadas para as mulheres que para os homens” (Ibid), pois culturalmente às mulheres já fica atribuída a responsabilidade de ser a principal agente de cuidado no lar. Falando sobre o treinamento recebido após sua entrada no QCO, a Coronel Maia expõe:

> As mesmas [atividades] que eram dadas para os homens eram dadas para as mulheres, o que aconteceu é que alguns homens tinham mais facilidade, porque eles já vinham da Academia Militar, [...]. Eles já tinham um treinamento, uma experiência que a gente não tinha. Então isso aí fazia o diferencial. Alguns também já tinham sido oficiais temporários. Então quando eles entraram, eles já sabiam de todo o mecanismo, então, para as mulheres foi mais difícil. Mais difícil, por exemplo, para as mulheres que já eram casadas e tinham filhos pequenos, porque elas deixaram crianças em casa né. No meu caso não, eu era recém casada, mas não tinha filhos. Então, para cada mulher ali havia um diferencial de perfil, então, elas tinham que lidar com os desafios de uma forma diferente. O que era mais fácil para mim, de repente, era mais difícil para outras, até pela forma física (Entrevista 3).

Como cita a entrevistada, existem diversos perfis de mulheres militares e, por isso, cada experiência dentro da carreira é única. Contudo, observa-se no trecho citado acima que o papel maternal – juntamente com o casamento – é apresentado como o fator mais dificultoso do período de treinamento. Percebe-se que a dupla jornada de trabalho, a qual a maioria das mulheres enfrenta no cotidiano, afeta diretamente sua participação na instituição militar. Assim, em grande medida, o estereótipo de gênero que classifica a mulher, antes de tudo, como a mãe, geradora e cuidadora do lar, não só restringe a ampliação de oportunidades no âmbito profissional, como também acarreta em desistências ao longo da carreira. De acordo com Carreiras (1997, p. 72):

> Sendo certo que globalmente a família impõe exigências a todos os membros – embora com intensidades diferentes ao longo do seu próprio ciclo de crescimento – ela é, no entanto, particularmente “voraz” para as mulheres, já que, em geral, delas se espera que aí invistam mais tempo e energia emocional do que a solicitada aos homens. Embora a alteração do padrão de relações conjugais e uma maior equidade na repartição das obrigações familiares entre sexos tenha vindo a interferir positivamente na transformação dessa “voracidade seletiva” – provocando no entanto uma maior pressão sobre os homens –, os estudos disponíveis sobre o trabalho feminino continuam a testemunhar a existência de formas de segregação das mulheres aos vários níveis da estrutura do mercado de trabalho, que se exprimem entre outros aspectos, pela sua exclusão de certo tipo de ocupações ou posições que exigem uma dedicação inconciliável com as obrigações familiares e o cuidado dos filhos.

O relatório mais recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que “as demandas enormemente desiguais que mulheres enfrentam em relação ao cuidado e responsabilidades de casa continuam a se manifestar como desigualdades no mercado de trabalho” (OIT, 2018). No relatório em questão, no que tange a desigualdade por nível de desenvolvimento, o Brasil é classificado no grupo de países emergentes – de renda média – que apresenta a maior diferença entre homens e mulheres (30,5%). Apesar de as mulheres serem maioria no país e mesmo tendo níveis educacionais em média superiores aos dos homens, sua participação no mercado de trabalho é menor. Ademais, a desigualdade reflete também no nível de desemprego que, em 2018, apresentou uma taxa de 13,2% para mulheres e 9,8% para homens (NEXO, 2018). Diante disso, conclui-se que as relações familiares imbuídas de estereótipos de gênero aumentam a carga de responsabilização da mulher, sendo possível perceber que essa dinâmica desigual de comprometimento familiar ainda consiste em um dos maiores desafios para a permanência e ascensão das mulheres no meio profissional. Tal fato é ainda mais saliente no âmbito das Forças Armadas, ambiente em que a construção dos papeis de gênero é mais evidente, e as exigências de comprometimento são tão altas quanto às demandas da instituição família.

Diante do exposto até o momento, nota-se que a falta de reconhecimento da mulher, primeiramente, como uma agente profissional, é frequente em diversas carreiras de trabalho. Tal constatação pode ser considerada um dos múltiplos reflexos decorrentes dos níveis desproporcionais da desigualdade de gênero que assola não só o mercado de trabalho, mas também as demais áreas da sociedade como um todo. Os efeitos desse cenário, muitas vezes, acarretam em situações de desrespeito para com as mulheres com base em questões de gênero, como é exposto no relato da Major Castanha[103], entrevistada número 5, quando questionada sobre os desafios enfrentados no processo de ingresso:

> Teve um caso, que eu não sei te dizer com precisão, mas uma colega ela foi maltratada ou desafiada por um homem, e todo mundo entendeu que pelo fato dela ser mulher. Então, os superiores falaram com ele e ele pediu desculpas para essa colega, mas eu não sei te contar com detalhes o que aconteceu. Só sei que houve o pedido de desculpas (Entrevista 5).

[103] Nome fictício.

Mesmo a Major atestando que, particularmente, ela não tenha sofrido nenhum problema de aceitação por ser mulher na carreira, quando questionada sobre a experiência de suas colegas, ela relata esse caso de desrespeito que, segundo o que ela sabe, foi resolvido com um pedido de desculpas por parte do militar. Tal fato levanta a questão da impunidade nas Forças Armadas em relação aos abusos morais e sexuais que ocorrem nesse meio. As denúncias geralmente são veladas, levando em consideração tanto a falta de interesse da sociedade civil em debater sobre isso quanto à estrutura da Justiça Militar que, cultural e historicamente, garante as bases para manutenção do silêncio desses crimes. Em entrevista para o site de notícias Brasil de Fato, a pesquisadora Suzeley Mathias defende que a falta de reconhecimento dos crimes cometidos na época da ditadura militar no Brasil é um dos principais pilares que sustentam essa configuração:

> Tem muita coisa ruim no Brasil que acontece porque a gente não cobrou a memória que deveríamos ter cobrado das FA após o fim da ditadura. Nenhum militar foi preso. Um cara como o Bolsonaro, que faz apologia à tortura e ao estupro, também não vai para a cadeia. Enquanto a gente não fizer um processo de ajuste com o passado, como foi feito em outros países, as caixas das FA não vai se abrir (MATHIAS, 2016).

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Getúlio Vargas, 40% das mulheres das guardas municipais, perícia criminal, Corpo de bombeiros e das Polícias Civil, Militar e Federal já sofreram assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho. Mesmo assim, apenas 11, 8% das mulheres denunciam os crimes, mostrando que o medo, a falta de transparência e de respostas – assim como tantos outros fatores – desencorajam as denúncias. Nesse sentido, compreende-se que as representações de gênero fixas e engessadas – que, visivelmente, continuam sendo reproduzidas no seio das organizações militares – sustentam o *modus operandi* e as relações de poder que caracterizam a instituição.

3.2 A perspectiva de gênero nos treinamentos promovidos pelo CCOPAB: a aplicabilidade dos estímulos internacionais

Como exposto no capítulo anterior, ainda não há um consenso sobre o conceito de “perspectiva de gênero”. Contudo, é sabido que essa estratégia vem sendo desenvolvida desde a Declaração de Pequim de 1995, com intuito de incentivar mudanças nas organizações que sejam capazes de promover a igualdade de gênero. Nesse sentido, apesar da vacuidade do termo, a perspectiva de gênero

serve como base para a criação de recomendações, por parte da ONU, para pressionar os países-membros a tomarem decisões institucionais para alcançar a igualdade entre os sexos nas missões de paz. Assim, a adoção de estratégias para implementação da Resolução 1325 – e, consequentemente, da perspectiva de gênero –, fica sob critério dos países-membros que são incentivados a desenvolverem seus próprios PNAs, os quais funcionam como ferramentas para definição de prioridades e coordenação da Agenda MPS no âmbito nacional.

De acordo com Giannini e Costa (2017, p. 81), “o treinamento antes da missão (*pre-deployment training*) é o primeiro e, muitas vezes, o único contato que os militares brasileiros têm com a agenda MPS”. A elaboração dessa sessão destina-se a investigar algumas especificidades desse pré-treinamento, no âmbito nacional, tomando como base, principalmente, o relato das militares entrevistadas. Nesse cenário, destaca-se a extrema relevância da criação do CCOPAB, em 2010, o qual aperfeiçoou o treinamento dos contingentes, tornando-o mais sistematizado e padronizado no tocante à doutrina de atuação das tropas brasileiras em função da Agenda MPS (Ibid). Ademais, cabe acentuar que a cooperação entre o referido centro e as instituições civis contribuiu para trazer dados e gerenciar pesquisas sobre os diversos aspectos da agenda, bem como para divulgar o conteúdo das resoluções da ONU sobre MPS no âmbito militar (Ibid).

Cabe notar que uma crítica recorrente à ONU, em relação às estratégias de incentivo para implementação da Agenda MPS, é de que há um foco excessivo no fator quantitativo, o qual é usado como meio para alcançar a meta primordial da igualdade de gênero, ou seja, o alcance da paridade de gênero (proporção 50/50). Sendo assim, observa-se que, frequentemente, as organizações militares optam por aumentar o número de mulheres enviadas para as missões de paz, tendo em vista as pressões de ONU e da comunidade internacional. Apesar da extrema importância dessa expansão, garantir a qualidade da inserção de mulheres, nas operações de paz, é imprescindível para assegurar mudanças estruturais capazes de equilibrar as relações de poder. De acordo com Giannini (2014, p. 10):

> A inclusão de uma perspectiva de gênero em atividades no terreno vai além de aumentar o número de mulheres entre o pessoal uniformizado. Significa uma presença qualitativa da mulher militar, tanto em atividades de patrulha e checkpoints como em posições de mando (igualdade de gênero); atividades de empoderamento através, por exemplo, de projetos de impacto rápido (*QIPs - Quick Impact Projects*) que beneficiam mulheres; e principalmente atividades de proteção como escoltas e patrulhas em áreas

> de risco – planejadas e implementadas a partir de informações obtidas pelo contato contínuo com organizações locais (transversalização de gênero). Neste contexto, a implementação bem-sucedida de uma perspectiva de gênero por parte da ONU tem relação direta com a capacidade e vontade dos Estadosde adequar suas forças armadas, treinamento e diretrizes à política da organização.

No intuito de investigar como se deu a introdução da perspectiva de gênero no treinamento das tropas brasileiras enviadas para MINUSTAH, as militares entrevistadas foram questionadas acerca dos métodos e atividades empregados durante o período de capacitação que, em média, durou em torno de um mês para cada uma delas. As militares em questão participaram da missão em períodos de tempo diferentes, demonstrando que a inserção da perspectiva de gênero no treinamento evoluiu com o passar dos anos, mesmo que de forma lenta e gradual.

Ressalta-se que a MINUSTAH foi criada e mantida a partir de dez Resoluções do CSNU. O Brasil foi o principal contribuinte de tropas, estando presente com o maior contingente no país – totalizando vinte e seis contingentes enviados (COSTA, 2018, p. 6). Durante os treze anos (2004-2017) em que a missão haitiana esteve ativa, foram enviados, pelo Brasil, trinta e sete mil “soldados da paz”, dentre os quais cerca de duzentas mulheres militares das Forças Armadas (Ibid). Segundo o artigo escrito pela Major Ivana Mara (2018):

> Participaram da Missão [haitiana] militares mulheres oficiais e praças dos mais diversos postos e graduação, [...]. Essas mulheres ombrearam com militares do segmento masculino, e foram, como bem enfatizou um militar do último contingente, “presença imprescindível para o sucesso do Contingente Brasileiro de Força de Paz no Haiti (CONTBRAS) em 13 anos da missão”. Nos contingentes iniciais, não foi possível a presença de mulheres militares devido ao perfil da missão, que demandava uma formação mais ligada à área de operações, segurança e inteligência. (COSTA, 2018, p. 6)

Levando em consideração a importância da missão haitiana para o Brasil, buscou-se trazer à tona o olhar das profissionais militares acerca da aplicação, pelas Forças Armadas brasileiras, dessa estratégia – muitas vezes controversa – conhecida como “perspectiva de gênero”. Primeiramente, atenta-se para o fato de que as brasileiras foram enviadas para a missão, somente a partir de 2007. De acordo com a análise das entrevistas, evidenciou-se que nos primeiros anos de operação, o treinamento de gênero era demasiado incipiente. Duas das entrevistadas abordaram essa questão. De acordo com o relato da Major Assis:

> Então, as primeiras que foram, não tiveram uma preparação específica. O que eu percebo é isso, que exatamente só teve assim... “vamos colocar mulheres”, mas não preparou qualitativamente, não teve um curso específico de gênero, [...]. As mulheres iam, aos poucos, fomentando. Essa visão, essa preocupação agora com a qualidade, com a preparação, vem vindo ao longo dos últimos anos. [...] uma preparação [...] que tem se preocupado em fazer um trabalho de conscientizar. O papel da mulher, os riscos que ela enfrentará, que são situações diferentes, mas que tem esse conhecimento porque a questão de gênero está muito ligada ao comportamento social né (Entrevista 1).

A entrevistada esteve no Haiti durante quatro meses e passou por um mês de treinamento para a missão haitiana. Ela relata que durante sua capacitação, nos primeiros anos de missão, não havia um conteúdo específico que abordasse as questões de gênero, mesmo que a Agenda MPS estivesse funcionando desde 2000. Tal fato corrobora com a resposta da Major Castanha, entrevistada número 5, a qual expõe diretamente que, em seu treinamento, não houve instruções específicas em relação às questões de gênero. Castanha foi enviada ao Haiti no final de 2010, permanecendo em campo por pouco mais de seis meses, seu treinamento durou três semanas.

A segunda entrevistada, Major Lima, militar intérprete, também comentou sobre o envio das militares pioneiras ao Haiti. Lima participou da missão de paz haitiana em duas oportunidades diferentes, sendo a primeira vez decorrida no período de junho de 2009 até fevereiro de 2010 e, a segunda, em novembro de 2014 até abril de 2015. A militar conta que participou de um mês de treinamento somente na primeira atuação, enquanto, na segunda vez, por ela ter sido convidada pelos comandantes – tendo em vista que já trabalhava no CCOPAB –, acabou compondo a equipe do pessoal responsável por avaliar o novo contingente. No momento em que a militar discorria sobre alguns comportamentos protecionistas dos homens em relação às colegas, Lima comenta que o motivo pelo qual as mulheres só foram enviadas em 2007 seria porque os militares “achavam que não era o ambiente ainda para ter uma mulher”, pois a qualquer momento poderia haver uma emboscada. Acerca do tema, ela acrescentou:

> [...] naquele ponto da missão [entre 2004 e 2007] já tinham intérpretes sim, eram algumas vagas que já poderiam ser ocupadas pelas mulheres e eu me lembro bem que um dos motivos foi justamente a situação do Haiti propriamente dita. [...] Desde 2004 eu era voluntária, desde que começou a missão. Então assim, não era porque não tinha uma vaga, era porque realmente eles estavam com um certo receio de mandar. Há quem dissesse [...]: “Ah, por que vamos mandar mulheres? Por que não temos homens para mandar?”. Então, aquele pessoal que ainda tem um pensamento retrógrado que ainda é mais tradicional, não gosta muito de mulher no

> Exército. [...] Então tecnicamente falando, tinha vaga. Tinham funções que poderiam ser preenchidas por mulheres, desde 2004, já tinha a função do intérprete e aí demorou um pouquinho a ser mandado. Escolha do Exército. Não é uma escolha da ONU, por exemplo, porque a ONU, por ela, já teria mandado mulheres para lá, entendeu? A ONU, nessa questão de gênero, ela força, digamos assim, uma barra: "Brasil, tem que mandar mulher, tem que mandar mulher, tem que mandar mulher". E a resposta do Brasil, às vezes, é "não temos mulheres combatentes, não temos mulheres combatentes" [...]. Só que você tem mulheres competentes que podem fazer alguns trabalhos, como alguns trabalhos administrativos, como é o caso de observador militar, que se quer você anda armado, você faz um curso, se iguala a todos os outros, se coloca no mesmo patamar, entendeu? Então, assim, ter [mulheres militares], tinha, só que por uma questão, às vezes, de preservação né, eles preferiram levar só homens até 2007 (Entrevista 2).

O relato de Lima contradiz o que foi exposto no artigo da Major Ivana Mara, a qual argumenta que, em um primeiro momento, as militares brasileiras não foram enviadas tendo em vista o perfil da missão. Em seu depoimento, Lima desvela a desculpa usada pelo Exército brasileiro – em resposta às pressões da ONU – de que as mulheres teriam sido enviadas tardiamente ao Haiti em função da inexistência de mulheres combatentes até aquele momento. Tal argumentação também é empregada para justificar a baixa participação das brasileiras nas operações de paz, tendo em vista que, supostamente, essas militares não se enquadrariam no perfil da missão, ou seja, não teriam capacitação para preencher as vagas disponíveis. Contudo, observa-se no relato que os comentários de alguns militares mais tradicionais – referentes ao envio das primeiras militares ao Haiti – estavam sendo claramente pautados na discriminação de gênero. Por mais que esse argumento da ausência de mulheres combatentes tenha sido repetido ao longo das entrevistas, nessa ocasião se faz necessário ativar a "curiosidade feminista" (ENLOE, 1989) para perceber as nuances da inócua participação feminina nessa grande missão.

Diante disso, argumenta-se que a perspectiva de gênero, aplicada aos treinamentos, tem um papel decisivo na inclusão e permanência das mulheres no âmbito das operações de paz, tendo em vista que a mesma funciona como uma ferramenta para facilitar o debate acerca de questões fundamentais de gênero dentro da instituição militar. Ademais, entende-se que esse direcionamento durante o período de capacitação é fundamental para o esclarecimento do papel das militares em campo, a partir da dissolução das representações fixas de gênero socialmente aceitas e impostas. Sendo assim, a perspectiva de gênero – quando aplicada de modo igualitário e minucioso – é considerada fundamental tanto para aumentar o interesse das mulheres pelo voluntariado – tendo em vista que as

deixaria mais conscientes sobre as nuances da participação nas OMP – quanto para diminuir o nível de desistência das mesmas que, frequentemente, deixam de assumir o papel de "agentes da paz" por ainda não conseguirem se desvincular dos estereótipos de gênero socialmente aceitos.

Diante disso, entende-se que a abordagem dessa temática deveria, em tese, envolver não só a discussão acerca do tratamento apropriado dos soldados para com a população do país que irá recebê-los, como também a ressignificação dos papeis de gênero associados a homens e mulheres dentro da própria instituição militar. Analisando o pacote básico do *Core Pre Deployment Training Material* (CPTM)[104], aplicado pelo CCOPAB por recomendação da ONU, é possível perceber que os temas-chaves abordados nesse material, dizem respeito à conduta das tropas em relação às mulheres locais. De acordo com Assis:

> Tem um pacote de treinamento básico que é o CPTM. E nesse material todos que são desdobrados, tanto em contingente como missão individual devem ter acesso. E um desses, dos assuntos dele né, é a questão de Mulheres, Paz e Segurança e a perspectiva de SEA (*Sexual Explotation and Abuse*) e também a proteção de crianças que acaba também pegando de meninos, de modo geral, mulheres. Então, têm esses temas no CPTM. Então, a capacitação básica é essa, tanto para o contingente como para a missão individual (Entrevista 1).

Desse modo, percebe-se que as principais temáticas abordadas nesse material consistem em exploração sexual e abuso, conflitos relacionados à violência sexual e agenda mulheres, paz e segurança – que, por sua vez, trata da promoção dos direitos das mulheres e da proteção das vítimas. Ou seja, nota-se que o foco do pacote de treinamento de gênero em questão consiste no papel da mulher como vítima. Ademais, é possível perceber que o direcionamento desse material aborda, de modo preponderante, o conceito "gênero" como sinônimo de mulher. A somatória desses fatores resulta no silenciamento do debate relativo ao protagonismo das mulheres que ocupam diferentes papeis, incluindo a atuação das militares como agentes da paz. Nesse sentido, quando questionada sobre a aplicação da perspectiva de gênero em seu treinamento[105], a Coronel Maia que esteve presente no Haiti durante sete meses, entre o ano de 2012 e 2013, afirmou:

---

[104] O CCOPAB disponibilizou, para realização desta pesquisa, três lições que compõem o CPTM: *Lesson 2.5* (*Conflict Related Sexual VIolence)*; *Lesson 2.6* (*Women, Peace and Security*); *Lesson 3.4 (Sexual Exploitation and Abuse*). Disponibilizar-se-á, em anexo, os slides que apresentam os principais tópicos trabalhados em cada uma dessas lições.

[105] Cabe constar que a Coronel Maia passou pelo treinamento mais extenso entre as entrevistadas, segundo ela, o mesmo durou cinco meses.

> E todas as questões são abordadas [no treinamento], inclusive a questão de gênero, mas não a questão de gênero muito voltada para nós, que estamos indo. Mais a questão de gênero para os haitianos. Em como lidar com a mulher haitiana, que é uma coisa diferente (Entrevista 3).

A debilidade que permeia o debate acerca das questões de gênero, no âmbito interno das Forças Armadas, implica na preservação de um *status quo* pautado na masculinidade hegemônica que caracteriza a organização militar. Dessa forma, em resposta às pressões da ONU e da comunidade internacional, as FA cedem, aumentando o número de mulheres nos batalhões e, consequentemente, nas operações de paz. Contudo, a qualidade dessa inserção é desenvolvida lenta e gradualmente, ao mesmo tempo em que permanece como uma questão periférica na capacitação das tropas enviadas ao exterior.

Cabe mencionar que, no Brasil, mesmo depois de dezenove anos da aprovação da Resolução 1.325, ainda há confusão no entendimento acerca do conceito “perspectiva de gênero”. Ademais, observa-se a presença de certos entraves resultantes da onda autoritária que, atualmente, caracteriza o cenário político brasileiro, dificultando ainda mais a elaboração de um debate contundente sobre as questões de gênero no âmbito interno das FA – e no país como um todo. Diante disso, faz-se necessário resgatar a popularização do falacioso e pejorativo conceito de “ideologia de gênero” que esteve em evidência no cenário polarizado das eleições presidenciais de 2018. Como exposto na fala da Major Assis (2018):

> [...] [a perspectiva de gênero] é uma coisa recente que está sendo discutida recentemente e ainda está [...] em planejamento. Não se sabe ainda muito bem como vai abordar esse assunto, porque você, como pesquisadora, deve observar que muitas pessoas ainda [...] não entendem muito bem o que é “perspectiva de gênero”. Aqui, quando eu vou dar instrução sobre essa questão de gênero, eu tento desvincular “perspectiva de gênero” de “ideologia de gênero”. Porque a ideologia de gênero, normalmente, o que se vincula na mídia, ou se discute na escola, ou se discute na igreja, ou se discute de uma forma geral, sociopoliticamente, é questão de opções sexuais, orientação sexual. E, na verdade, a perspectiva de gênero, que a gente discute no meio militar ou que se discute na ONU, é muito mais do que isso. Então, eu já observo, o primeiro degrau é entender o que é perspectiva de gênero dentro das Forças Armadas (Entrevista 1).

O relato da Major Assis demonstra que a reprodução acrítica do conceito pejorativo “ideologia de gênero”, no cenário político doméstico, gera uma confusão no entendimento acerca da perspectiva de gênero. Nesse sentido, cabe mencionar que, segundo seus propagadores, o termo “ideologia de gênero” induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem

natural" e das relações entre gêneros, ao mesmo tempo, negando a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT – a qual, por sua vez, é comprovada em estudos científicos a partir de dados oficiais (REIS e EGGERT, 2017, p. 20). Assim, de acordo com Reis e Eggert (Ibid), "criou-se um movimento para apagar o assunto gênero no currículo escolar. Apesar da discussão ter como origem o setor educacional, ela perpassa os limites da área, afetando diretamente diversas esferas no âmbito nacional, como no caso das Forças Armadas.

Na entrevista com a Major Assis, quando questionada sobre as nuances das atividades desenvolvidas para treinamento com base na perspectiva de gênero, recomendada pela ONU, a militar citou novamente a necessidade de cuidado para com as definições empregadas, no sentido de distanciar o termo "ideologia de gênero" da noção de perspectiva de gênero. Ademais, a profissional narrou algumas atividades pontuais, promovidas pelo CCOPAB em parceria com outras instituições, para tratar das questões de gênero paralelamente ao treinamento que tem como base a CPTM. Segundo Assis:

> O que nós trabalhamos paralelamente [ao CPTM] e em outros grupos também – o Igarapé junto com a gente, a ONU Mulheres também – são os workshops. [...] Mas volto a dizer, são pontuais né. E que as Forças Armadas, o Ministério da Defesa, não sei se você sabe, criaram em 2014 uma Comissão de Gênero para discutir sobre isso [...]. Tem essa comissão de gênero, tem o Plano Nacional de Ação né. [...] Assim, facilitações que eu observo né, mas o que eu sinto ainda é isso, que para o número de mulheres faltaria mais divulgação, mais palestra esclarecedora. Porque eu acho que a palestra ajuda muito, primeiro por essa questão dela entender o que é perspectiva de gênero que é diferente do que seria ideologia de gênero, para ONU né (Entrevista 1).

Fica evidente que para falar abertamente sobre gênero, no âmbito das organizações militares, ainda há uma série de obstáculos e tabus a serem superados. Nesse sentido, na busca pela ampliação do debate acerca do ingresso das mulheres nas Forças Armadas, criou-se a Comissão de Gênero do Ministério da Defesa (CGMD) em 2014[106] que, em teoria, consistiria em um "espaço de articulação para a elaboração de políticas voltadas à igualdade de gênero nas ações de cada órgão governamental" (BRASIL, 2014, s/p). Ademais, a previsão era de que a Comissão resultasse em um ambiente para inserção da perspectiva de gênero nas entidades, possibilitando a incorporação desse viés na formulação e na implementação de suas políticas e ações (Ibid). Diante disso, Natália Schwether e

[106] A Comissão de Gênero de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Defesa, foi instituída pela portaria Nº 893/MD, de 14 de abril de 2014 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Graciela Pagliari (2018) realizaram um estudo comparativo das Comissões de Gênero da Defesa implementadas no Brasil e na Argentina. Sobre o cenário brasileiro as autoras concluíram:

> [...] no caso brasileiro, a questão de gênero foi integrada às discussões da defesa apenas muito recentemente e, tendo em vista a letargia com que evoluem, apesar das tentativas propostas pelo Ministério da Defesa, nota-se que: (1) apesar de sucessivas gestões democráticas, ainda não houve o estabelecimento de um controle civil adequado sobre os militares, tendo a sociedade pouca atuação na formulação e implementação das políticas de defesa, demonstrando a ainda imatura relação civil-militar e a fragilidade do Ministério da Defesa; (2) a instituição militar tem pouco interesse na formulação de políticas que visem aprimorar a condição feminina no interior da organização. Esta prática sexista limita a carreira feminina e demonstra que há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres nas Forças Armadas brasileiras. (SCHWETHER e PAGLIARI, 2018, p. 11)

No que diz respeito à criação do Plano Nacional de Ação (PNA), lançado em 2017, é possível dizer que o mesmo foi instituído como um meio de renovação no que tange ao compromisso do Estado brasileiro em cumprir os dispositivos da Resolução 1.325 e das demais medidas que compõe a Agenda MPS (MRE, 2017, p. 10). Outro objetivo central na elaboração do PNA consiste no alinhamento em relação aos debates globais sobre o fortalecimento do arcabouço multilateral da ONU em matéria de paz e segurança internacional (Ibid, p. 21). A elaboração do PNA por parte do governo brasileiro pode ser considerada como uma oportunidade de crescimento e aprimoramento da inserção da Agenda MPS no cenário doméstico. Tal plano segue as diretrizes da ONU e divide as ações a serem adotadas nesse campo em quatro pilares: “Participação”, “Prevenção e Proteção”, “Consolidação da Paz e Cooperação Humanitária” e “Sensibilização, Engajamento e Aprofundamento” (COSTA, 2018, p.15).

Apesar da implementação do PNA ser um tanto quanto recente, concorda-se com a argumentação de Drumond e Rebelo (2018, p. 26) de que será necessário um esforço por parte dos atores brasileiros envolvidos com essa agenda para que as metas apresentadas no plano sejam, de fato, operacionalizadas efetivamente. Com sucesso, o PNA vai ser uma ferramenta de aprimoramento qualitativo na introdução das mulheres nas Forças Armadas e, consequentemente, nas missões de paz. Essa melhora qualitativa implicaria na adoção de um discurso de gênero mais relevante e contundente na organização militar. De qualquer forma, considera-se que somente o PNA não é suficiente para a implementação efetiva dos compromissos demandados pela ONU e, além disso, já é possível identificar alguns desafios referentes ao plano

que, caso não sejam observados, podem reduzir significativamente as oportunidades do Brasil de fortalecer suas ações na promoção da Agenda MPS (Ibid).

A Major médica Martins foi a única, entre as entrevistadas, que esteve no Haiti no período de desmobilização, em 2017 – ano de elaboração do PNA. Na ocasião, a militar relata que permaneceu em missão por cinco meses, participando parcialmente do treinamento – durante menos de um mês –, tendo em vista que sua atuação não foi planejada com antecedência, pois a mesma se deu em função da desistência imprevista de um Tenente Médico que ocuparia o posto. Assim, em contraste com as demais entrevistas, destaca-se o relato da militar sobre a aplicação da perspectiva de gênero no período de capacitação:

> [...] a gente tinha o pessoal do CCOPAB que dava umas palestras lá para gente. [...] Então, tiveram várias palestras tanto para o empoderamento da mulher como, assim... eles falavam sempre, a gente não é pior, nem melhor, a gente só é diferente. Então, às vezes, a pessoa não pode achar que a gente tem a mesma força física que o homem vai ter, mas a gente consegue fazer as coisas, a gente tem o nosso papel, a gente tem o nosso lugar. Então, durante a concentração, isso era muito bem batido [...]. E as questões né, de assédio, eles abordaram também. Como que era a situação, a cultura né, toda essa coisa de, às vezes, numa negociação ou numa situação, se a cultura da pessoa é diferente da nossa, às vezes eles não aceitam bem a mulher, então tinha que saber lidar com isso aí (Entrevista 4)

Diante disso, chama atenção o fato de que, este, é o primeiro relato que apresentou a aplicação da perspectiva de gênero relativa ao empoderamento da mulher militar, durante o período de treinamento. Martins responde afirmativamente quando questionada, de modo mais específico, se a perspectiva de gênero empregada no treinamento foi direcionada tanto para o tratamento com as mulheres haitianas quanto para as mulheres militares. É possível perceber que, em algum nível, a aplicação da perspectiva de gênero no treinamento dos batalhões evoluiu quando contrastamos o relato de Martins que serviu em 2017, último ano da missão, com o depoimento da Major Lima que serviu em 2009 – apenas dois anos após as primeiras militares terem sido enviadas ao Haiti. Quando questionada sobre como foram abordadas as questões de gênero no período de treinamento, Lima foi enfática ao responder:

> Não teve [abordagem da perspectiva de gênero]. Cada um trabalha na sua função “parara, pá, acabou”. A perspectiva de gênero ela é muito incipiente ainda aqui no Brasil em treinamento, entendeu? Agora, de uns anos para cá, é que com a ONU, o CCOPAB, isso está sendo mais enfatizado.

> Inclusive nos treinamentos, a gente sempre buscou trazer essa questão da mulher ali né, como você agiria, como você montaria sua equipe, pensando todos esses assuntos. Porque eu não sei se você já leu, mas, por exemplo, vários países da América do Sul, eles têm um Plano de Ação dessa perspectiva de gênero né, o Brasil estava construindo o dele [...] (Entrevista 4).

Em certa medida, a aplicação da perspectiva de gênero nos treinamentos evoluiu com o passar dos anos, embora ainda seja possível argumentar que tal abordagem ainda é insuficiente – e demasiadamente vaga – para tratar efetivamente da problemática de gênero no interior das Forças Armadas. Exemplo disso consistiu no relato da quinta entrevistada, Major Castanha, que relatou um caso de desrespeito durante um ciclo de treinamento, em 2010, demonstrando a evidente conexão entre as relações de poder e as diferenças de gênero. Castanha contou que ficou responsável por relatar, aos seus superiores, caso ocorresse qualquer problema envolvendo o tratamento para com suas colegas militares, durante o período de capacitação. De acordo com a Major:

> E realmente houve um problema de desrespeito, de um Capitão com relação a uma colega, que era Capitão também. Então eu fui e tomei a decisão de falar com ele que se isso continuasse que eu iria formalizar uma queixa em relação a ele, porque eu estava autorizada para isso. Então, a partir daí, não teve problema nenhum entre eles (Entrevista 5).

Segundo a fala da Major Castanha, não houve aplicação da perspectiva de gênero nesse treinamento. Ademais, é possível perceber que o problema de desrespeito foi “solucionado” a partir de uma conversa isolada, ou seja, observa-se que não foram tomadas as devidas providências quanto ao caso e, nem ao menos, houve um debate coletivo que propiciasse um entendimento mais amplo sobre os pormenores da situação. Diante disso, eventos como esse contribuem para manutenção da cultura da impunidade dentro das organizações militares, reverberando, ainda mais, os silêncios que ecoam no seio da instituição. Assim, a Major continua:

> [...] ele inclusive usou de um gesto obsceno para se referir a ela, enquanto mulher, foi um gesto com as mãos que seria assim como se fosse o sexo feminino. Então ela ficou muito aborrecida, com razão, e como eu era a mais antiga na época, ela veio se queixar comigo. Eu conversei com ele e falei que aquilo não podia continuar, não podia se repetir de jeito nenhum e que eu iria comunicar para os superiores, para o Coronel, porque tinha tido essa conversa com um dos superiores e ele tinha autorizado. E a partir daí, não houve mais nada (Entrevista 5).

Sendo assim, é possível observar a presença de uma série de discriminações – frequentemente silenciadas – decorrentes das desigualdades de gênero que se intensificam de acordo com as relações de poder as quais, por sua vez, estão diretamente ligadas ao gênero. Tal fato fica ainda mais evidente no âmago de uma organização que é masculinizada por excelência e, também, onde são produzidos e disseminados muitos dos papeis naturalizados responsáveis por definir o padrão de comportamento aceitável de “masculino” e “feminino”. De qualquer modo, faz-se necessário salientar alguns pontos positivos referentes às iniciativas brasileiras na promoção da igualdade de gênero. De acordo com Giannini (2015, p. 75):

> Priorizam-se tradutoras mulheres, promovem-se Projetos de Rápido Impacto que beneficiam e empoderam mulheres e busca-se aumentar o contato de militares brasileiras com a população local através de atividades da Cooperação Civil-Militar (CIMIC) selecionadas [...]. Além disso, é inegável que a exposição do país ao tema, através das discussões desencadeadas em Nova Iorque no âmbito do CSNU, bem como no terreno, a partir das diretrizes do *Force Commander* e da Unidade de Gênero, geraram um movimento a favor do desenvolvimento de uma perspectiva de gênero no interior das Forças Armadas brasileiras. [...] Apresenta, inclusive, avanços palpáveis, como o compromisso, a partir de 2017, pela incorporação de mulheres a especialidades até então fechadas para elas no Exército, como é o caso de intendência e material bélico. Menciona-se ainda, a criação de uma comissão de gênero no Ministério da Defesa, em 2014, com o objetivo de aprimorar a transversalização do tema no âmbito das forças armadas.

Diante disso, defende-se que prezar pela qualidade da inserção das militares, tanto no âmbito das Forças Armadas como nas operações de paz, consiste em um dos principais meios para garantir que o aumento da sua participação esteja alicerçado sob bases firmes que, de fato, promovam a igualdade de gênero na instituição. Ademais, acredita-se que o aprimoramento da perspectiva de gênero, aplicada aos treinamentos, pode torná-la uma ferramenta eficaz na redução das desigualdades entre homens e mulheres, bem como na ressignificação das questões de gênero por parte do componente militar.

3.3 A experiência das profissionais em campo: uma análise sobre a participação das brasileiras na MINUSTAH

Como já mencionado, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti foi criada a partir da Resolução do CSNU nº 1.542, de 30 de abril de 2004, no momento em que a crise no Haiti se intensificou. Na época, o Brasil estava participando ativamente no cenário de resolução de conflitos internacionais,

intencionando evidenciar seu *status* como membro não-permanente do CSNU. Desse modo, no que tange à sua atuação na operação de paz no Haiti, o governo brasileiro buscou inserir aspectos que fossem além da segurança, refletindo o desejo de assumir um compromisso de longo prazo com o país vizinho (HAMANN, 2015, p. 6). Ademais, salienta-se que o Brasil demandou que a missão não estivesse sob o Capítulo VII – contrariando o governo estadunidense – para que a mesma não fosse enquadrada como uma intervenção estrangeira (Ibid). Sendo assim, diante da intensa atuação brasileira nesse processo, o governo garantiu seu papel como liderança regional na operação, reforçando seu *status* no plano internacional e conquistando legitimidade tanto para sua ação bem como para a própria missão no Haiti.

Salienta-se que, após treze anos de missão, o CSNU aprovou o encerramento das atividades da MINUSTAH no dia 13 de outubro de 2016 e, a partir disso, as tropas foram desmobilizadas do terreno de forma gradual, finalizando definitivamente as ações no ano seguinte. Desse modo, tendo em vista o objeto de estudo da presente pesquisa, destacam-se as medidas e decisões responsáveis por assegurar o cumprimento da Agenda MPS nessa operação de paz.

o que diz respeito às estratégias para aplicação da Agenda MPS na MINUSTAH, lembra-se que em 2015 a missão contava com um assessor sênior de gênero e um escritório civil com a incumbência de promover a transversalização de gênero em todas as suas ações (GIANNINI, 2015, p. 69). No que se refere à participação de aproximadamente duzentas militares brasileiras na missão haitiana, Costa (2018, p. 6) aponta:

> Participaram da Missão, militares mulheres oficiais e praças dos mais diversos postos e graduação, desempenhando funções como: médicas, dentistas, assessoras jurídicas, intérpretes, tradutoras, enfermeiras, engenheiras elétricas, comunicadoras sociais, fisioterapeutas, nutricionistas, administradoras e adjuntas de ações CIMIC que, para além de suas funções profissionais, trouxeram ao terreno a possibilidade de uma aproximação mais afetiva, sensível e humanizada para com a população local, em especial com os nichos sociais mais frágeis de um país em conflito (crianças, mulheres e idosos).

Evidencia-se que, após o terremoto decorrido no Haiti, em 2010, houve um redirecionamento no planejamento e na implementação de ações de proteção e empoderamento, impulsionando a adoção de novos mecanismos no intuito de aprimorar os mecanismos com na base Agenda MPS. Nesse sentido, cabe constar

que tal mudança é resultado, principalmente, da integração do tema “proteção de mulheres” no mandato da missão. Atenta-se também para o fato de que, nesse período, os índices de violência contra mulher se agravaram, juntamente com os níveis de desigualdade de gênero e o status de vulnerabilidade das mulheres haitianas (GIANNINI, 2015, p. 69). Segundo Giannini e Costa (2017, p. 78):

> Durante a fase de consolidação (2008-2009), houve um aumento no número de projetos de rápido impacto[107] implementados pelo Brasil. Em alguns, os principais receptores de ajuda eram mulheres. Nesta época havia, inclusive, planos de retirada das tropas no Haiti e a missão preparava-se para a saída definitiva. Ainda que a interação do contingente militar com a Unidade de Gênero[108] fosse relativamente limitada, observou-se maior atenção a questões relacionadas a mulheres, como a realização de *induction trainings* específicos. No entanto, pelo que foi apurado a partir de entrevistas com militares dos primeiros contingentes, não havia no batalhão brasileiro uma preocupação específica com a situação das mulheres locais ou com a inserção de mulheres nos contingentes militares.

É possível perceber uma evolução gradual, ao longo dos anos, da inserção de mulheres e efetivação da Agenda MPS na missão haitiana. Segundo os dados apresentados por Costa (2015, p. 10), ao todo, a MINUSTAH contou com a participação de duzentas e três profissionais brasileiras – entre trinta e sete mil militares – de postos hierárquicos variados e das mais diversas áreas de atuação profissional. A primeira atuação do sexo feminino no Contingente Brasileiro (CONTBRAS) ocorreu em 2006, com a participação de quatro oficiais – uma capitã da MB e três tenentes do EB (Idib). Outro dado relevante é que o 23º CONTBRAS – iniciado em 20 de junho de 2016 – contou com o maior número de mulheres, no qual participaram uma militar da MB e 25 do EB (Ibid, p. 11). Sendo assim, a participação das mulheres militares brasileiras é evidenciada no seguinte gráfico:

---

[107] Os Projetos de Rápido Impacto (*QIPs*, da sigla em inglês) são projetos de pequena escala e baixo custo, financiados pelas missões de paz. São planejados e implementados dentro de um curto período de tempo, visando construir um sentimento de confiança em relação à missão, ao mandato ou ao processo de paz.

[108] Atendimento a vítimas de exploração sexual e violência doméstica.

Figura I – Mulheres militares brasileiras na MINUSTAH: 2007-2017 (%).

Fonte: INSTITUTO IGARAPÉ, 2017, p. 80.

O processo de aperfeiçoamento direcionado à implementação da Agenda MPS e à adoção da perspectiva de gênero nas atividades da MINUSTAH, possibilitou o aumento das oportunidades para as mulheres militares que, desde o começo da missão, já esperavam na lista de voluntários para vivenciar essa experiência. De qualquer forma, mesmo com o aumento da participação do segmento feminino, durante os treze anos de missão, o número de mulheres militares permaneceu extremamente reduzido, principalmente, quando comparado à quantidade de homens presentes na missão. Segundo Giannini e Costa (2017, p. 82):

> Observa-se que houve avanços consideráveis ao longo dos 13 anos de missão no que tange à inclusão de uma perspectiva de gênero pelo contingente brasileiro, em diversos aspectos. Houve um aumento no número de mulheres militares, passando de 0 em 2004 para 19 ao fim da missão, em 2017 (cerca de 2% do total). No que se refere a ações concretas, verificou-se a implementação de iniciativas lideradas pelo contingente brasileiro com o objetivo de apoiar mulheres, como palestras sobre amamentação, violência doméstica, ou mesmo QIPs que traziam mulheres como suas principais beneficiárias. No que tange ao preparo anterior ao desdobramento, observou-se que o mesmo foi aperfeiçoado, estendendo o convite a profissionais civis para ministrar e aperfeiçoar os módulos sobre gênero, a exemplo daqueles sobre abuso e exploração sexual; mulheres, paz e segurança; e violência sexual em conflito. Por fim, vale ressaltar que, de modo geral, e graças à participação de brasileiros na MINUSTAH, o país tornou-se mais permeável às normas de gênero em questões relacionadas à paz e segurança internacional. O lançamento do PNA, em março de 2017, é um exemplo disso.

Considerando o exposto, um dos objetivos da presente pesquisa – foco desta sessão – consistiu em analisar a experiência de algumas militares do EB que obtiveram a oportunidade de participar da operação haitiana. Buscou-se levar em

consideração, principalmente, o protagonismo dessa atuação, dando ênfase às suas perspectivas particulares em relação às nuances dessa vivência. Dessa forma, as entrevistadas foram questionadas quanto sua participação, mais especificamente, sobre o processo seletivo, os principais desafios enfrentados no campo, bem como das condições de trabalho, a integração com as tropas estrangeiras, dentre outras questões[109].

Assim, com base nos relatos adquiridos a partir das entrevistas, é possível perceber que as relações e vínculos familiares influenciaram diretamente na decisão das militares de participar da missão no Haiti. Como dito no começo do presente capítulo, a família consiste em uma instituição que exige um intenso comprometimento, sendo possível afirmar que a manutenção desse grupo envolve um cumprimento de demandas tão altas quanto àquelas que configuram as dinâmicas das organizações militares.

Teve-se em mente as construções sociais que estereotipam e fixam as mulheres no papel da mãe nutridora, amorosa e pacífica por natureza. Considerando essas representações, foi possível perceber que existe uma sobrecarga de responsabilidade para o sexo feminino, no que diz respeito aos cuidados do lar, principalmente em função dessa configuração essencializada de gênero. Tal fato pode ser observado na entrevista da Major Assis, quando a militar mencionou que a participação das mulheres nas missões de paz envolveria uma intensa quebra de paradigmas. Em suas palavras:

> Que quando você tá desdobrado na missão [...], você tem que delegar papeis e desvincular esse comportamento de gênero que a sociedade criou com você. E você, inconscientemente, construiu né, com a sociedade. [...] Toda aquela construção inconsciente que ela [a mulher militar] adquiriu ao longo de 30 anos, vamos dizer assim, e quando ela está em uma situação agora de militar, ela tem que saber trabalhar isso para não ter um choque. E, além disso, ela também precisa trabalhar isso com o homem né. Quer dizer, relações de homens com mulheres no meio militar (Entrevista 1).

Essa carga extra de responsabilidade, a qual recai sobre as mulheres em função dos cuidados para com a família, dificulta o desmantelamento dos papeis tradicionais e fixos de gênero, limitando o campo de oportunidades para o segmento feminino no âmbito militar. Ainda, destaca-se, na fala da Major, a importância de incluir os homens nesse trabalho de desconstrução dos estereótipos de gênero, pois, realmente, não basta que somente as mulheres quebrem esses paradigmas.

---

[109] Ver roteiro no anexo 1.

Essa mudança envolve um profundo reajuste estrutural, por isso necessita da participação de ambos os sexos. Sendo assim, sobre a sua experiência em particular, quando questionada sobre o apoio familiar recebido, Assis (2018) comentou:

> Quando eu falei para meu marido e meu filho... porque tem muito aquela coisa, assim né, do orgulho de ver a esposa sendo militar, de estar ali em uma missão de paz. No início eles sentiram muito, porque é aquilo que eu voltei a falar para você, quando eu estava lá, os papeis inverteram né. Eu que era em casa, a dona, me preocupava com a comida. Eles tiveram que administrar, então é meio que igual a um terremoto, saiu, assim, da zona de conforto (Entrevista 1).

Decidir participar de uma missão no exterior, durante meses, é mais complexo para as militares que encaram uma jornada dupla de trabalho, principalmente, quando essas mulheres têm filhos pequenos. Sendo assim, a partir do momento que essas profissionais decidem atuar em uma missão de paz, necessariamente, elas precisam contar com o apoio familiar, de modo que as funções do seu “segundo turno” – não remunerado – sejam realizadas por outros membros da família. Considera-se a experiência da Major Médica Martins um exemplo disso, quando a mesma afirmou:

> Então, na época, eu era Tenente Capitão, eu tinha outras funções, tinha filho menor, tinha um monte de coisas que, assim, eu nunca tinha deslumbrado de querer ir numa missão de paz. Bom, então, talvez aquela questão de ter caído, de repente, de paraquedas numa missão assim, “ah você tem que decidir agora”. Então eu tive apoio da família. A primeira coisa que eu falei foi, “não, vou conversar com meu marido e meu filho e vou ver como é que fica”. Porque um dia você tá e no outro dia você não tá, fica muito no supetão né. [...] Então, teve um apoio nesse sentido da família, que eu acho que foi fundamental para que eu fosse sem ficar louca né. Porque às vezes você tá num lugar, assim, confinada, sem contato com a família, aí você fica meio assustada e às vezes desiste né. Então, minha motivação consegui por causa do apoio familiar. Como eu nunca tinha passado em uma missão, era um desejo, mas às vezes não tinha tido a oportunidade. Não tinha, assim, metabolizado melhor isso e feito acontecer. Então, de repente, foi uma coisa que aconteceu que foi legal, que me chamaram, que eu tive que decidir e fui. Talvez se eu tivesse pensado muito eu não teria ido né, mas assim foi importante nesse momento o apoio da família eu acho (Entrevista 4).

Mesmo antes de Martins ser questionada se havia contado com o apoio familiar para atuar no Haiti, ela relata que a sua motivação para aceitar o convite da missão consistiu, justamente, nesse apoio. O fato é que nem todas as militares têm a oportunidade de contar com essa cooperação e, além disso, muitas delas não recebem um incentivo contundente, da própria instituição, que invista no seu

protagonismo profissional e autonomia decisiva. Isso ficou evidente quando se observa que, apesar do aumento no número de participantes nas operações de paz, a quantidade de militares inscritas, como voluntárias é, ainda, muito reduzida.[110] Na concepção de Major Assis, essa falta de entusiasmo pelo voluntariado, por parte das profissionais, tem relação, justamente, com as construções que moldam os padrões de comportamentos socialmente aceitáveis para homens e mulheres. De acordo com o depoimento de Assis (2018):

> O gabinete fez um levantamento de mulheres voluntárias [em maio de 2018] para participar de missões, só que de missões individuais, já que acabou a do Haiti. [...] De mais de duas mil mulheres, somente quarenta e nove se voluntariaram para uma possível missão individual de desdobramento. Se você for ver, "ué, mas por que só quarenta e nove?", "por que o número é tão pequeno?", já que tem uma abertura tanto do comando, como a abertura também da ONU de aumentar essa perspectiva de gênero. Na minha consciência, tá muito vinculado com essa questão da construção social que ela [mulher militar] teve né. De que "ah, sou militar, mas desde que não comprometa o meu papel social" que é de ser mãe, de querer ser mãe. Porque o relógio biológico da mulher tem aquele momento de querer ser mãe, de querer casar, de querer ter uma casa, de querer cuidar. [...] São coisas sociais que nós acordamos na sociedade, mas que para o meio militar, dependendo da missão, dependendo da sua atuação, nem sempre dá para coadunar né. Ou você tem que fazer um esforço muito grande para coadunar. Você tem que ter comprometimento do companheiro, você tem que ter um comprometimento da família de modo geral, filhos, pais, para poder te ajudar. [...] Então, há um aumento, mas o que eu observo – essa é uma leitura minha [...] – que não tem um trabalho de preparação psicológica de qualidade. Não é só quantidade. A gente tem que ter qualidade na preparação desse material humano. Tanto da mulher militar como do homem militar (Entrevista 1).

Tendo em vista o relato de Assis, adverte-se novamente para o argumento de que, para possibilitar uma integração menos desigual entre trabalho e vínculos de família, é preciso uma preparação psicológica de qualidade não só para as mulheres, mas também para os homens. Destaca-se novamente essa questão pelo fato de que, muitas vezes, "gênero" é entendido como sinônimo de mulher, de tal modo que exime os homens de discutir sobre um tema que os envolve profundamente. Diante disso, a concretização do processo de desconstrução e ressignificação dos estereótipos de gênero, depende da promoção de um entendimento abrangente, sobre as questões de gênero, para ambos os sexos.

---

[110] É imprescindível ressaltar que os dados sobre o número de mulheres inscritas como voluntárias não estão disponíveis ao público, limitando a transparência acerca da questão. Outros dados são de difícil acesso ou restritos como é o caso, por exemplo, dos critérios levados em consideração no processo seletivo das missões de paz.

Essa preparação, no meio militar, pode ser trabalhada através da aplicação efetiva da perspectiva de gênero, contribuindo para o reconhecimento do protagonismo profissional da mulher militar, assim como promovendo a conscientização acerca da co-responsabilidade no cuidado das relações familiares. Tal argumentação vai de encontro com o ponto de vista exposto também pela Major Assis, a qual entende que, para o processo de conscientização acerca do protagonismo das profissionais no interior da instituição militar, o preparo qualitativo dos contingentes é tão fundamental quanto o aumento da participação do segmento feminino. Segundo Assis:

> Então, se não tem voluntárias, como é que o Estado-membro vai aumentar o número de mulheres participando? [...] E para aumentar o número de voluntárias, você tem que conscientizá-las do que vai acontecer, de qual é o papel delas, o que é perspectiva de gênero, porque aí que elas vão tomar uma decisão. [...] São vários questionamentos que tem que ser levados em conta, não é só chegar abrir as portas e falar assim: "Vamos botar mulheres". Não... Elas estão preparadas? Porque uma coisa é agora, mas daqui a dez anos... você, com 18 anos, aceita participar de tudo quanto é missão, mas com 28 anos será que vai participar? Com 38 anos... de dez em dez, nossa vida é um ciclo né (Entrevista 1).

Fica visível também que a incumbência das mulheres para com as relações familiares atinge diretamente a elaboração do processo seletivo para participação nas missões de paz. No relato da Coronel Maia, ficou explícito, mais uma vez, que o cuidado em relação à família fez com que a mesma tivesse que esperar um momento oportuno, com mais liberdade, para que pudesse participar da operação. As perguntas da seleção em relação aos filhos, que aparecem no relato de Maia, deixam algumas dúvidas quanto ao questionário aplicado no processo seletivo, afinal, não é sabido se as mesmas perguntas são feitas para os homens militares[111]. Nesse sentido, por mais que os critérios dessa seleção não estejam disponíveis ao público, as militares trazem algumas informações pertinentes em relação ao assunto. Segundo o relato da Coronel Maia:

> Olha, o processo seletivo no EB é o mesmo para homens e mulheres. [...] Aí eu me inscrevi. Ali eu entro no universo, porque outras pessoas também são do inglês, também são de magistério e tal, e entram também, mas tem um número de vagas. Não pode ir todo mundo, então eu entro em um universo. E aí dentro desse universo eles vão fazer outros testes. Aí eles mandam um papel, perguntando "ah, você tem família?", "você tem filhos?",

[111] Tais questionamentos em relação às relações familiares aparecem nos processos seletivos das mulheres militares, mas não é sabido se essas mesmas perguntas são feitas aos homens militares. São considerados os limites de tempo e espaço que limitam a abrangência dessa pesquisa, incentivando novos trabalhos em relação ao tema.

> “são só filhos pequenos, são filhos dependentes?” e dentro daquele universo eles vão selecionando, porque é muito importante que você vá para essa missão sem problemas. Eu, por exemplo, eu sempre quis ir, desde quando a missão começou em 2004, eu sempre tive aquela vontade de ir, mas meus filhos na época eram muito pequenos. Eu só fui em 2012 porque os meus filhos já estavam independentes, eu sabia que eu não ia ter aquela preocupação de ter deixado crianças pequenas no Brasil. Isso é super importante. E aí dentro desse universo eles vão escolher, “ah, quem que agora está mais apto a ir nesse contingente?”. [...] As vagas de mulheres são menores (Entrevista 3).

Nesse caso, segundo as entrevistadas, as inscrições para o processo seletivo no EB é feita através da internet, pelo *site* do departamento geral de pessoal. Na época da MINUSTAH, todo ano, abria-se um novo processo seletivo para o batalhão, permitindo a inscrição para todos os militares que almejavam ser voluntários. Assim, depois de serem selecionados nessa primeira fase, os militares ainda passariam por uma série de testes como, por exemplo, físico e psicológico (Ibid). A partir dos relatos obtidos com as entrevistas foi possível averiguar que, além da possibilidade de inscrições *online*, outro meio para participar nas operações de paz consiste no recebimento de um convite feito por oficiais superiores. De qualquer forma, o militar convidado – assim como o inscrito – precisaria se identificar como voluntário para adentrar no campo.

Salienta-se a possibilidade dos militares participarem das missões de paz através de convites, pois chama atenção – tendo em vista a temática da presente pesquisa – a falta de transparência quanto aos critérios de admissão em ambos os meios. Toma-se como exemplo, o caso da Major Lima que foi convidada por seu Comandante para participar pela segunda vez na MINUSTAH. Sobre essa experiência a mesma comentou que, talvez, tivesse alguém na fila, esperando pela oportunidade de preencher essa vaga. Contudo, ela atestou que foi chamada porque havia, por parte de seu superior, um sentimento de confiança em relação ao seu trabalho.

Fundamental frisar que era a segunda participação da Major Lima na MINUSTAH e, somado a isso, a militar também contava com a experiência adquirida no período de tempo em que trabalhou no CCOPAB, ou seja, seu desempenho e profissionalismo na área são notórios. Apesar disso, questiona-se a falta de transparência dos critérios de seleção que, muitas vezes, tornam-se fatores que limitam algumas oportunidades de participação. Nesse contexto, traz-se a fala de Martins que, quando questionada sobre sua opinião acerca da reduzida atuação das brasileiras – tanto nas Forças Armadas, de modo geral, como nas missões de paz –,

expôs criticamente o fato de que, para ela, não há transparência no processo seletivo, principalmente quanto aos critérios de admissão e número de mulheres militares inscritas. Segundo ela:

> [...] tem um sistema no Exército que a gente tem um plano, com uma data, que é uma data x para poder preencher. Todas as mulheres que queriam ser voluntárias [nas missões de paz] preenchiam ali. E a seleção, a gente não tem acesso a quais são os critérios de seleção, entendeu? Então seleciona, não sei, o que tem ali por perto, tá mais próximo e te conhece, te chama. Porque às vezes a gente vê que as mesmas pessoas é que vão a determinadas missões. Não tem uma variedade, entendeu? Então quem tá lá né, conhece alguém, consegue ir. Então a outra que tá em um lugar mais afastado que não tem nenhum conhecimento, de repente, não vai entrar na prateleira para poder ser escolhida. Mesmo ela tendo preenchido aquele plano, tendo sido voluntária. Mas se você não tá lá, se ninguém te conhece, você vai mandar outro que já conhece, entendeu? [...] A gente sabe que a ONU quer, tem uma cota que eles querem colocar, um número x, mas a gente mesmo não sabe quantas têm inscritas lá para serem selecionadas. Quem são essas pessoas? (Entrevista 4)

Diante da narrativa de Matins, resgata-se novamente a importância de um aperfeiçoamento qualitativo no processo de introdução das mulheres nas missões de paz. Ao mesmo tempo, salienta-se que, tão fundamental quanto esse preparo, é a disponibilização pública desses dados restritos, uma vez que a transparência impulsiona um processo eficaz de introdução das mulheres militares nas operações de paz – o mesmo é válido para sua inserção nas Forças Armadas.

Quando as militares entrevistadas foram questionadas sobre as principais motivações que influenciaram na sua decisão em participar da missão de paz no Haiti, foi perceptível que suas escolhas foram baseadas em propósitos não só profissionais, mas também pessoais. Além disso, considerou-se que estar em missão em solo haitiano – um território profundamente marcado por uma crise severa e persistente – não seria uma tarefa fácil de encarar, ou seja, estar lá, por si só, implicaria enfrentar um dos maiores desafios da atuação em campo. A resposta de Lima para o questionamento acerca da principal motivação envolvendo sua participação na operação haitiana segue abaixo. Em suas palavras:

> Eu não sei nem te explicar, mas quando você tá dentro daqui, das Forças Armadas, eu acho que são coisas que fazem parte de uma formação para você, tanto pessoal quanto profissional. Eu, quando soube da missão, e que ia ter intérprete e tal, nossa, eu quis muito ir, muito. Muito. E acredito que a maioria das pessoas, a maioria das mulheres que foram, foram também por isso, entendeu? É assim, eu sempre dizia para as pessoas no treinamento, não vá pelo dinheiro, não vale a pena. Vá porque você quer ir e aprender, porque é barra. É barra você morar lá, 24 horas, estando com as mesmas pessoas. Você não pode sair na rua, não tem um cinema, não tem um

> teatro, toda parte social é oferecida pelo batalhão, dentro do batalhão, dentro da base. Então assim é um sofrimento para algumas pessoas. Então, tem gente que sai brigada com o companheiro, com a companheira, com problema em casa, com filho doente, então, sofre demais lá. Sofre. Eu fui porque foi um sonho de vida realizado. Apesar do terremoto que foi "pau", mas foi uma experiência... foi tão bom que eu quis voltar né (Entrevista 2).

Além da busca pelo aperfeiçoamento profissional e pessoal, a ajuda humanitária também aparece nas entrevistas como um fator de motivação. Castanha falou um pouco sobre a experiência que teve ao realizar algumas visitas, as quais eram feitas juntamente com um capelão católico ou pastor, em orfanatos e a um centro de amamentação organizado por freiras. A partir disso, ela ressaltou que, além de exercer suas funções como intérprete, ela ainda vivenciou, paralelamente, a missão humanitária (Entrevista 5).

No que tange aos principais desafios que as militares alegam ter passado, a maioria dos relatos traz questões de cunho mais pessoal. Como Castanha, por exemplo, que trouxe o falecimento de seu pai – ocorrido no Brasil, exatamente no período em que ela estava no Haiti – como sendo o maior desafio que precisou enfrentar em campo (Entrevista 5). Em contrapartida, de acordo com a perspectiva de Martins, os principais desafios enfrentados se deram em função do clima – tendo em vista as altas temperaturas características do Haiti – e, também, no sentido de direcionar todos os militares que respondiam a ela, uma vez que, no batalhão, havia pessoas de todas as partes do Brasil (Entrevista 4). Martins estava liderando médicos militares no período de desmobilização da missão, por isso sua tarefa não consistiu na realização de atendimentos médicos, mas, sim, na reorganização e doação dos materiais da área saúde. De acordo com ela:

> Então o maior desafio foi a gente, assim, fazer com que todo mundo se unisse para trabalhar em um só sentido. Então, às vezes o que acontecia, a pessoa ficava meio *out*, achava que estava ali só para atender e, na verdade, ela tinha que empacotar, tinha que guiar o Sargento, tinha que mandar os soldados ir lá ver se o *container* estava direito, estava limpo e, às vezes, a pessoa não tinha essa pró-atividade. [...] E na desmobilização foi diferente, porque cada um tinha um papel importante também naquela questão da desmobilização porque a gente dava apoio para o Chile, para o Peru, que também estavam desmobilizando o batalhão deles (Entrevista 4).

Martins discorreu ainda sobre alguns desafios de ordem estrutural do próprio Haiti, como, por exemplo, a debilidade e precariedade do sistema de saúde local e todos os problemas decorrentes disso. Já Lima atestou que o desafio foi com ela mesma, tentando melhorar, aprender com as saídas do alojamento e como reagir

em determinadas situações (Entrevista 2). Além disso, relembrou do terremoto e de tudo que sucedeu a partir desse evento como um dos momentos mais delicados, tendo em vista a imprevisibilidade da condução de suas ações coletivas. Segundo ela:

> Você vendo seus colegas morrerem, e você tendo que trabalhar. As primeiras 48 horas todo mundo ligadão, trabalhando, trabalhando, trabalhando. E aquelas repetições do terremoto acontecendo e as coisas tendo que acontecer né. Isso foi um desafio, perder os colegas, os próximos assim né, e ter que continua trabalhando. Eu acho que esse foi o maior desafio, mas não é um desafio "ah porque eu sou mulher, porque eu sou isso, porque eu sou aquilo". Foi um desafio ali para todo mundo (Entrevista 2).

Diante disso, percebe-se que os desafios enfrentados em campo, apontados pelas militares, são de diferentes ordens como, por exemplo, pessoais, profissionais e estruturais. Importante frisar que tais desafios não condizem com os argumentos recorrentemente empregados por aqueles que são contrários à sua participação nas missões de paz. Exemplo disso é a alegação de que as condições de trabalho – principalmente em relação à infraestrutura dos alojamentos e aos perigos enfrentados em campo – seriam um fator limitante para participação do segmento feminino. Contudo, observa-se que as entrevistadas não encaram isso como um impedimento para sua atuação. Pelo contrário, a maioria delas atestou que gostaria de ser consultada sobre sua opinião acerca desses desafios e se elas estariam ou não dispostas a encarar isso.

Em relação à infraestrutura, Martins contou que os primeiros batalhões começaram a construir a estrutura que foi sendo aprimorada conforme chegavam outros contingentes, identificando necessidades de melhoria (Entrevista 4). Para as entrevistadas, a integração com as tropas estrangeiras também passou isenta de qualquer desafio ou reclamação, atestando que, no geral, as trocas foram muito amistosas.

As profissionais também foram questionadas se, para elas, havia alguma relação direta entre as mulheres e a paz. Tal questionamento foi aplicado, tendo em vista os estereótipos de gênero, principalmente aquele que classifica a mulher como um ser inerentemente pacífico, o qual, muitas vezes, é reproduzido em documentos da ONU. As respostas foram diversas, mas se observou no momento das colocações uma certa dificuldade em se posicionar perante à questão. Na opinião de Lima, a criação/educação da mulher brasileira interfere muito, uma vez que

haveria sempre uma intenção de apaziguar, ou seja, buscar a paz (Entrevista 2). A militar ainda argumentou que as mulheres, no poder, teriam uma atitude mais calma do que os homens. Na opinião de Castanha existe essa relação natural entre mulheres e paz. Para ela, a mulher até confronta, mas de uma forma menos agressiva, estando, por sua vez, mais disposta ao diálogo (Entrevista 5). Já a entrevistada Maia afirmou com toda convicção que, sim, essa relação existe, tendo em vista a "gênese maternal" – em suas palavras – inata às mulheres que as tornam mais pacíficas e protetoras, do contrário dos homens, que são mais combativos (Entrevista 3). A resposta de Martins foi direcionada no mesmo sentido, afirmando que as mulheres teriam um comportamento acolhedor, mais voltado ao diálogo, enquanto o homem seria racional e bruto demais (Entrevista 4).

Percebe-se que, com exceção da Major Assis, todas as entrevistadas afirmaram que existe, sim, uma relação natural entre as mulheres e a paz. Ao negar a naturalização dessa relação, Assis lança uma crítica ao *slogan* da ONU que, frequentemente, passa a mensagem de que só a mulher pode levar a paz como forma de, em suas palavras, "veicular e massificar a inserção da mulher". A militar ainda defende a postura do ser humano como forma de avaliar se existe mesmo essa relação com a paz. Segundo ela:

> Esse cuidado que tem que ter né, porque são discursos velados que acabam dizendo "ah, qual a relação da mulher com a paz?". Porque o slogan da ONU é "ah, a mulher vai construir, ajudar a construir a paz, na sua visão", não sei o que lá... Não, eu acho que é mais um elemento que pode contribuir, sim. Que é mais um a somar, mais uma ideia a construir, mais uma perspectiva de olhar, como a gente diz: sair da caixinha e olhar o problema junto com outros, de uma forma. Não quer dizer que ela vai ser a salvadora e vai resolver o problema né. Tem que ter cuidado com esse *slogan*, a mulher... a paz... porque, por trás, tá esse discurso né, de uma mulher, a pacificadora, aquela que resolve... é a mãe, é a mãe... (Entrevista 1)

Acredita-se que a visão de Assis se diferencia das demais, em função do seu trabalho, o qual envolve uma proximidade maior com as questões de gênero. Diante disso, é possível perceber o quanto o debate e a aquisição de conhecimento, sobre as configurações de gênero, contribui para formação de uma visão mais crítica em relação aos moldes comportamentais socialmente construídos. Na opinião de Assis, a inserção das mulheres no meio militar será um passo longo, marcado por batalhas, avanços e retrocessos.

Nas entrevistas, as mulheres ainda foram perguntadas sobre o papel das mulheres na MINUSTAH, de acordo com sua opinião. Lima comentou sobre a influência da presença das mulheres para o grupo como um todo (Entrevista 2). Segundo seu depoimento, em campo, as mulheres eram destinadas para missões específicas de acordo com as ordens do Comandante. Tais atividades, geralmente, envolviam o contato com mulheres e crianças locais. Ademais, como exposto na resposta de Martins, as militares brasileiras foram inseridas majoritariamente em funções de apoio – principalmente na área da saúde – pelo fato de que, na época, ainda não havia mulheres combatentes (Entrevista 4). As duas militares esclareceram o fato de que o Comandante é responsável por decidir onde as mulheres atuam, ou seja, a abrangência da sua atuação em campo depende disso.

Chegando ao final de cada entrevista, indagou-se a percepção das militares sobre a reduzida participação das mulheres brasileiras, no âmbito das Forças Armadas e nas operações de paz. Lima aposta que, com o tempo, a participação das mulheres aumentará naturalmente, defendendo que a aplicação da perspectiva de gênero serve justamente para garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres (Entrevista 2). Foi possível perceber que a formação das militares na AMAN é também motivo de esperança para maior integração das mulheres nas missões de paz e nas Forças como um todo. Contudo, essa inserção é lenta e gradual, por isso a visualização dos resultados dessa entrada tardia, realmente, dependerá do tempo. Ainda assim, mesmo não havendo mulheres combatentes para ocupar certos cargos nas missões de paz, as Forças Armadas contam com profissionais qualificadas que poderiam facilmente ocupar cargos de liderança. Ocorre na realidade que, geralmente, as mulheres são designadas para cargos de apoio, limitando o campo de oportunidades e empoderamento para o sexo feminino.

Para Assis, a baixa participação feminina decorre, em grande medida, do desafio de conciliação entre a abnegação que a vida militar implica e o equilíbrio entre casa, trabalho e vida pessoal. Segundo ela:

> A nossa história do homem caçador, das cavernas né, ele saia com o tacape dele e ia né. E voltava pra casa, depois ficava mais meses, não sei quantos meses fora, trazia caça para família. Entendeu? Esse espírito desbravador, de “desprendedor” da casa, isso é normal para o homem. Isso é uma construção que já vem enraizada [...]. Agora, imagina pra mulher “Ah agora eu vou a caça, você fica aqui, se desprender meses”. Parece brincadeira, mas tudo isso tem que ser pensado. Então, volto a dizer, é interessante, é importante a perspectiva de gênero, ou seja, o aumento, o equilíbrio, a proporcionalidade de mulheres em todos os extratos,

> estratégico, operacional e tático. É importante, sim, mas a gente tem que fazer isso com qualidade, porque se não a gente nunca vai ter voluntárias suficientes e também não adianta estipular uma meta se você não tem como alcançá-la, você não pode obrigar, é voluntariar, sempre, voluntariar (Entrevista 1).

Analisando as entrevistas, é perceptível que a expansão dessas oportunidades garantiu às mulheres militares uma vivência profundamente transformadora, tanto pessoal quanto profissional. Diante disso, acredita-se que a participação das mulheres nas operações de paz consiste, por si só, em uma grande quebra de paradigmas. A maior atuação do sexo feminino nesse âmbito traz consigo um grande potencial de transformação, mesmo que o processo esteja acontecendo de forma paulatina. Logo, salienta-se a importância da continuidade dos esforços direcionados para ampliação do campo de oportunidades para as mulheres militares e do aprimoramento da perspectiva de gênero no treinamento para as missões de paz.

Considerações Finais

A presente pesquisa analisou a inserção da perspectiva de gênero, recomendada pelo CSNU, nos processos de capacitação das tropas enviadas para a MINUSTAH, procurando observar a participação das militares brasileiras que estiveram em campo, entre 2004 e 2017. Levando em consideração o silenciamento histórico das mulheres nos diversos âmbitos da segurança internacional, buscou-se ouvir das próprias militares brasileiras que estiveram no Haiti, entre 2004 e 2017, como foi essa experiência. As entrevistas realizadas com cinco militares do EB foram desenvolvidas no sentido de investigar essa vivência como um todo, tendo sido elaboradas as perguntas pensando diretamente nas questões de gênero. Os questionamentos abarcaram as particularidades da carreira militar, do treinamento baseado na perspectiva de gênero e, finalmente, da atuação dessas militares na missão haitiana.

Para tanto, buscou-se responder a seguinte problemática de pesquisa: como a noção de “perspectiva de gênero”, relativa à inclusão das mulheres e sua maior participação na MINUSTAH, foi adotada na capacitação das tropas desenvolvida pelo CCOPAB? Partiu-se da hipótese de que, apesar da existência de incentivos institucionais, a abordagem da perspectiva de gênero, no Brasil, não estimulou o protagonismo das mulheres militares nas OMP.

Diante da escolha pela teoria feminista de RI como embasamento teórico foi possível perceber que as configurações “gendradas”, que caracterizam a segurança internacional, consistem na base que garante a manutenção do *status quo* desse meio que é masculinizado por excelência. Além disso, observou-se que a consolidação das relações de poder é responsável por naturalizar as representações de “feminino” e “masculino”, segundo estereótipos de gênero. Enquanto o homem é considerado o guerreiro valente, o herói e o protetor por natureza, a mulher é tida como a mãe passiva, a vítima e a pacificadora.

A cristalização dessa dinâmica dificulta o reconhecimento do protagonismo das mulheres nesses espaços, sobrevalorizando o padrão de comportamento baseado em uma masculinidade hegemônica. Essa lógica de separação binária, além de conservar a desvalorização de tudo o que é associado ao feminino, mantém o predomínio da superioridade masculina, naturalizando as estruturas de

subordinação existentes entre os sexos e garantindo a permanência da hierarquia de gênero que molda os padrões de comportamento para além da instituição militar.

Assim, trazendo a teoria para o cotidiano profissional das militares, foi possível perceber que o foco demasiado no papel da mulher como vítima restringe sua atuação na carreira militar. Tal fato reflete, em alguns poucos exemplos, nas barreiras ainda existentes em relação à participação das mulheres em diversos segmentos das FA; na ausência de mulheres em altos cargos decisórios e de liderança; no foco do treinamento com base na perspectiva de gênero que é direcionado, quase que totalmente, para o tratamento dos militares em relação às mulheres locais, sem tocar nas configurações de gênero internas das FA; na necessidade de auto-afirmação das militares para serem aceitas como profissionais habilitadas a assumirem seus postos – mesmo após a aprovação em testes que comprovam sua capacidade –; entre tantos outros exemplos apresentados no decorrer deste trabalho.

Após o desenvolvimento da base teórica, realizou-se, no segundo capítulo, uma análise descritiva sobre os incentivos institucionais, por parte da ONU e do governo brasileiro, destinados a expandir a participação das mulheres nas missões de paz. Percebeu-se que a Resolução 1.325 e as outras medidas que passaram a compor a Agenda MPS, ao longo do tempo, podem ser consideradas ferramentas valiosas na busca pela igualdade de gênero nessa área, independentemente das ressalvas que podem ser feitas em função do seu alcance. De qualquer forma, ainda há um longo caminho pela frente, pois a presença das mulheres tanto nas organizações militares como nas operações de manutenção da paz ainda é ínfima, ao mesmo tempo em que a inserção da perspectiva de gênero nesses espaços é demasiada incipiente.

Ademais, evidenciou-se que o sucesso da incorporação dessas medidas depende, em grande parte, da boa vontade dos Estados-membros para desenvolver políticas de inclusão e incentivar o debate sobre as questões de gênero no interior da instituição militar. Salienta-se que a integração desses dois vieses é fundamental, uma vez que não basta simplesmente aumentar o número de mulheres nas FA e nas missões de paz, pois, dessa forma, os problemas estruturais que mantém a hierarquia de gênero, nesses espaços, permanecerão intactos. Diante disso, defende-se que prezar pela qualidade dessa inserção, por meio de incentivos institucionais eficazes, é indispensável para o surgimento de novas oportunidades

destinadas às mulheres militares, as quais ainda estão inseridas em um campo de possibilidades demasiado restrito.

Concluiu-se que a baixa participação das militares nas missões de paz está intimamente ligada com o reduzido número de mulheres atuantes nas FA. Notou-se também que a falta de mulheres combatentes é um dos principais fatores que limitam as oportunidades para o segmento feminino no âmbito das operações de paz da ONU. É visível que a entrada das mulheres na AMAN, em 2017, foi um grande marco na busca pela igualdade de gênero. Contudo, aponta-se que a permanência das restrições de acesso para o sexo feminino, ainda consiste em um grande obstáculo. Ficou evidente que a ausência de mulheres combatentes é, recorrentemente, usada como desculpa para explicar a exígua participação de mulheres nas missões de paz, ao mesmo tempo em que há uma gama de profissionais qualificadas e disponíveis em outros quadros.

No terceiro capítulo, foram apresentadas as diferentes perspectivas das entrevistadas sobre a sua experiência profissional desde o momento em que as mesmas adentraram para as FA, passando pelo período de capacitação para missão de paz no Haiti, até a sua experiência em campo. O ponto-chave dessas entrevistas consistiu na investigação acerca da introdução da perspectiva de gênero na capacitação das tropas enviadas ao Haiti, tendo em vista a problemática e a hipótese do presente trabalho.

Perguntando às militares sobre alguns temas pontuais da carreira militar, notou-se que, dentre elas, existe uma grande tendência à incorporação de papeis socialmente entendidos como masculinos. Algumas das entrevistadas atestaram que precisaram estar, constantemente, provando suas capacidades para que seu profissionalismo fosse reconhecido. No início de suas trajetórias no âmbito militar, tal dinâmica demonstra ser ainda mais intensa. Dessa forma, evidenciou-se que essa mudança de comportamento que parece ser o meio para garantir aceitação, decorre da necessidade velada – ou nem tanto – de adequação ao modelo da masculinidade hegemônica, o qual se reinventa conforme o contexto em que está inserido.

Ademais, ao analisar as falas das militares – principalmente das turmas mais antigas – pareceu existir, entre elas, um certo conformismo em relação à alguns problemas com base em questões de gênero. A partir disso, notou-se que algumas situações que poderiam ser entendidas como desconfortáveis foram relevadas, especialmente, como uma forma de proteção e preservação da armadura

masculinizada incorporada por elas. Também foi possível notar que, muitas vezes, os homens militares adotaram um comportamento protecionista em relação à presença das mulheres em campo. Nesse caso, tem-se que um dos maiores reflexos do enraizamento dos estereótipos de gênero consiste no rótulo das mulheres como o “sexo frágil”.

Tal comportamento, incorporado por alguns militares, esteve presente na experiência em solo haitiano, quando os mesmos demonstraram esse protecionismo em relação à exposição das mulheres militares aos riscos existentes no campo. Em contrapartida a esse posicionamento, a maioria das militares atesta que os maiores desafios enfrentados, durante a missão, foram de cunho pessoal, envolvendo, principalmente, transformações internas e vínculos familiares. De modo geral, observou-se que a vivência dessas profissionais no exterior proporcionou grandes mudanças em suas vidas.

Em relação à inclusão da perspectiva de gênero na capacitação dos contingentes brasileiros, observou-se que, no Brasil, a mesma ainda é incipiente e avança de forma compassada. Foi possível perceber que o terremoto que assolou o Haiti em 2010 foi um marco no processo de desenvolvimento das questões de gênero nos treinamentos e, consequentemente, no aumento da participação das mulheres na missão. Segundo a fala da militar que esteve no Haiti no final de 2010 as questões de gênero não foram abordadas em seu treinamento. Em contrapartida, expôs-se nos relatos das entrevistadas que, entre 2012 e 2013, a perspectiva de gênero esteve presente no período de capacitação; porém, naquela ocasião, a mesma esteve totalmente voltada ao comportamento dos militares para com as mulheres haitianas. Ou seja, não foram abordadas as questões de gênero internas que afetam diretamente a participação das mulheres militares no meio. Desse modo, evidenciou-se que foi somente em 2017, no último ano da MINUSTAH, que a perspectiva de gênero parece ter abordado o tema do empoderamento feminino por meio de palestras organizadas pelo CCOPAB.

Tal configuração comprova que durante praticamente todo o período da missão, quando houve perspectiva de gênero no período de treinamento, esta esteve voltada para a capacitação dos contingentes em relação ao trato com as mulheres haitianas. Considera-se que tal abordagem é fundamental e deve ser cada vez mais sustentada, levando em consideração que essas mulheres estão expostas a muitos tipos de ameaças. Contudo, acredita-se que a ausência de um debate de

gênero contundente, incluindo a situação das profissionais militares e as configurações “gendradas” da própria instituição militar, garante a manutenção da hierarquia de gênero da organização, resguardando também as relações de poder desiguais que caracterizam esse espaço. Sendo assim, defende-se que para haver, de fato, uma transformação estrutural nessa área será preciso que as próprias FA revisem sua configuração, incentivando cada vez mais o debate acerca dessas questões, ampliando, assim, o terreno de oportunidades para as mulheres militares.

Para que essa transformação aconteça será fundamental que as mulheres sejam reconhecidas como agentes capazes de desempenhar qualquer papel. Para tanto, faz-se necessário que as mesmas sejam vistas para além de estereótipos de gênero. Não há mais sustentação para conservar as barreiras impostas para o sexo feminino no meio militar, cita-se como exemplos os países que optaram pela abertura total e, a partir disso, vêm conquistando excelentes resultados. A dissolução desses obstáculos, os quais restringem a participação do sexo feminino no meio militar, seria um grande passo para aumentar o número de mulheres nas missões de paz – sem deixar de ponderar sobre a qualidade dessa inserção. Entende-se que a abertura de novas oportunidades é a chave para ampliação da presença das mulheres tanto nas FA como nas missões de paz.

Referências Bibliográficas

ALCHIN, Angela Nicole. **Are Women Making a Difference in Peacekeeping Operations? Considering the Voices of South African Women Peacekeepers.** 2015. 124 f. Tese (Doutorado) - Curso de Political Science, Faculty Of Arts And Social Science, Stellenbosch, 2015.

ALMEIDA, Vitor H. **Mulheres nas Forças Armadas brasileiras**: situação atual e perspectivas futuras. Câmara dos Deputados, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema21/2015_291_estudo-sobre-mulheres-nas-forcas-armadas-vitor-hugo>. 02 dez. 2018.

ALVES, Thalita Vasconcelos Dutra. **An analysis of female participation in UN peacekeeping since the implementation of SCR 1325.** 2016. 228 f. Tese (Doutorado) - Curso de Master Of Arts In Conflict Resolution, University Of Technology, Auckland, 2016. Disponível em: <https://aut.researchgateway.ac.nz/bitstream/handle/10292/9895/AlvesT.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ALVES, J. A.; SÉLIS, L. M. R.; SOARES, A. S. De Afrodite a Melíade? O feminismo nos estudos de segurança. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 205-228.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Windhoek Declaration on the tenth anniversary of United Nations Transition Assistance Group*. Windhoek, 31 mai. 2000.

BAQUIM, Cristiane. **Mulher e piloto**: o caso das pioneiras da aviação militar brasileira. In 1º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Carlos, 2017. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Cristiane%20Baquim%2002-08-07.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BOBEA, Lilian. Gênero, Forças Armadas e Missões de Paz no Caribe. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 107-150.

BRASIL, Governo do. **Defesa institui comissão de gênero nas Forças Armadas**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/04/ministerio-institui-comissao-de-genero-nas-forcas-armadas>. Acesso em: 06 mar. 2019.

_____. **Maria Quitéria**. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/seguranca-e-justica/2012/04/maria-quiteria>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança.** Brasília: Editora Ideal, 2017. 108 p.

BRASIL. **No Brasil, cerca de 28 mil mulheres servem às Forças Armadas**. 2017b. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/seguranca-e-justica/2017/06/no-brasil-cerca-de-28-mil-mulheres-servem-as-forcas-armadas>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. Senado Federal. **Lei garante acesso de mulheres a cargos oficiais da Marinha**. 2017a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/19/lei-garante-acesso-de-mulheres-a-cargos-oficiais-da-marinha>. Acesso em: 02 dez. 2018.

CARREIRAS, Helena. Família, maternidade e profissão militar. **Estudos Feministas**, Vo1.5, nº 1, Rio de Janeiro, 1997.

_____. Mulheres, direitos e eficácia militar: o estado do debate. **Revista Militar**, Lisboa, v. 2536, n. 1, p.477-495, maio 2013. Disponível em: <www.revistamilitar.pt/artigo/826>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. ***Gender and the Military:*** *Women in the Armed Forces of Western Democracies.* Nova Iorque; Londres: Routledge, 2006.

_____. **O olhar dos homens**: Resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. Sob o signo de Atenas: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 169-188.

CARREIRAS, Helena; KUMMEL, Gerhard. Off Limits: The Cults of the Body and Social Homogeneity as Discoursive Weapons Targeting Gender Integration in the Military. In: CARREIRAS, Helena; KUMMEL, Gerhard (Ed.). **Women in the Military and in Armed Conflict**. Wiesbaden: Deutsche Nationalbibliografie, 2008. p. 29-48.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A observação direta. In: PAUGAM, Serge. **A pesquisa sociológica**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2015, p. 124-140.

COHN, C. War, Wimps, and Women: talking gender and thinking war. In: Cooke, M. e Woollacott. A. **Gendering War Talk**. Ed. Princenton University Press. Princeton, 1993. Cap. 10, p. 227-246.

COHN, Carol; HILL, Felicity; RUDDICK, Sara. **The Relevance of Gender for Eliminating Weapons of Mass Destruction**. The Weapons Of Mass Destruction Commission, Estocolmo, v. 38, p.1-12, jun. 2005. Disponível em: <https://genderandsecurity.org>. Acesso em: 14 mar. 2017.

COHN, Carol; RUDDICK, Sara. **A Feminist Ethical Perspective on Weapons of Mass Destruction**. Ethics And Weapons Of Mass Destruction, [s.l.], p.405-435, 2003. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <https://genderandsecurity.org>. Acesso em: 14 mar. 2017.

CONNEL, Raewyn. **Gender in World Perspective**. Cambridge: Polity Press, 2009. 190 p.

_____. **Gender and Power**: Society, the Person and Sexual Politics. Cambridge: Polity Press, 1987. 334 p.

_____. **The men and the boys.** Austrália: Allen e Unwin, 2000. 270 p.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL (CCOPAB). **Sobre o CCOPAB.** 2019. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. **CCOPAB e Instituto Igarapé difundem idéias do Plano Nacional de Ação sobre a perspectiva de gênero**. 2017. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/noticias-do-centro/145-2017/918-ccopab-e-instituto-igarape-difundem-ideias-do-plano-nacional-de-acao-sobre-a-perspectiva-de-genero?highlight=WyJnXHUwMGVhbmVybyIsImdcdTAwZWFuZXJvcyJd>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. *Resolução 1325*, 2000. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1325>. Acesso em 19 dez. de 2018.

_____. *Resolução 1529*, 2004. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1529>. Acesso em 19 fev. de 2019.

_____. *Resolução 1820*, 2008. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1820>. Acesso em 19 dez. de 2018.

_____. *Resolução 1889*, 2009. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1889>. Acesso em 19 dez. de 2018.

_____. *Resolução 2106*, 2013a. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/wp-content/uploads/s_res_2106.pdf>. Acesso em 19 dez. de 2018.

_____. *Resolução 2122*, 2013b. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2>. Acesso em 19 dez. de 2018.

_____. *Resolução 2242*, 2015. Disponível em: em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2242>. Acesso em 19 dez. de 2018.

COSTA, Ivana Mara Ferreira. A presença das mulheres militares na MINUSTAH. [n] Doutrina Militar Terrestre em Revista, [S.l.], v. 1, n. 13, p. 6-19, mar. 2018. ISSN 2317-6350. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/1084>. Acesso em: 07 mar. 2019.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras*. Resdal. 2003.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. 338 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat

%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

DRUMOND, P. e REBELO, T. **Implementando a agenda sobre "Mulheres, Paz e Segurança" no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação**. Publicações Igarapé. Artigo Estratégico 31. Rio de Janeiro: mar. de 2018.

DUNCANSON, Claire. **Forces for Good?** Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. International Feminist Journal Of Politics, [s.l.], v. 11, n. 1, p.63-80, mar. 2009.

_____. **Forces for Good?** British Military Masculinities on Peace Support Operations. 2007. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionacionais, Universidade de Edimburgo, Edinburgh, 2007.

ELSHTAIN, J. **Women and War**. New York: Basic Books, 1987.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2. ed. Berkeley And Los Angeles, California: University Of California Press, 1989. 429 p.

FOLLY, Maiara; GIANNINI, Renata Avelar; LIMA, Maria Fonseca. **Situações extraordinárias**: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras. Instituto Igarapé, 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

FRITZ, Jan Marie. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 23, p.240-353, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n23/12.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

FRITZ, Jan Marie; GUMRU, Belgin. Women, Peace and Security: An Analysis of the National Action Plans Developed in Response to UN Security Council Resolution 1325. **Societies Without Borders**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.209-225, 2009. Brill. http://dx.doi.org/10.1163/187219109x447485.

GIANNINI, R. Linha de frente: lugar a ser ocupado por elas. **Gênero e Número**: 8 ago. de 2017. Entrevista concedida a Giulliana Bianconi. Disponível em: <http://www.generonumero.media/linha-de-frente-lugar-ser-ocupado-por-elas/#materia6>. Acesso em 20/12/2018.

GIANNINI, R. Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira. Publicações Igarapé. Artigo Estratégico 9. Rio de Janeiro: set. de 2014.

GIANNINI, Renata Avelar. Da política à implementação: Preenchendo as lacunas para a promoção de uma abordagem de gênero no Haiti. In: HAMANN, Eduarda Passarelli (Ed.). **Brasil e Haiti:** Reflexões sobre os 10 anos de missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. p. 69-77.

GOLDSTEIN, Joshua. **War and Gender**: How Gender Shapes the War System and Vice Versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 523 p.

HANNAN, C. *Gender Mainstream in the Field of Disarmament*. Apresentação da Coordenadora do *United Nations Fellowship Programme on Disarmament*. ONU. Nova York, 30 out. 2001.

HARRELL, Margaret C.; MILLER, Laura L.. **New Opportunities for Military Women**: Effects Upon Readiness, Cohesion, and Morale. Santa Monica: Rand, 1997. 172 p.

INSTITUTO IGARAPÉ (Brasil). A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. In: GIANNINI, Renata Avelar; COSTA, Ivana Mara F.. **A incorporação de uma perspectiva de gênero pelo Brasil na MINUSTAH**. Rio de Janeiro: 2017. p. 75-84.

INSTITUTO IGARAPÉ (Brasil). **Papel feminino nas Forças Armadas não é consenso, mostra pesquisa inédita**. 2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/release-papel-feminino-nas-forcas-armadas-nao-e-consenso-mostra-pesquisa-inedita/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

INTER-AGENCY NETWORK ON WOMEN GENDER AND EQUALITY. **Taskforce on Women, Peace and** Security. 2019. **Disponível** em: <http://www.un.org/womenwatch/ianwge/taskforces/wps/history.html>. Acesso em: 20 dez. 2018.

IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER. **Declaração de Pequim**. Resolução 1, 15 de set de 1995.

IZZO, Roberta. Igualdade de gênero: um caminho para a paz. In: MATHIAS, Suzeley Kalil. **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 191-204.

KRONSELL, Annica. **Gendered practices in institutions of hegemonic masculinity**. International Feminist Journal Of Politics, [s.l.], v. 7, n. 2, p.280-298, jun. 2005.

LUCIAK, Ilja. National Implementation of Security Council Resolution 1325 (2000) in Latin America:: Key Areas of Concern and Model Plan for Action. Virginia: **Department Of Economic And Social Affairs**, 2008. 43 p. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/feature/wps/Final_report_on_needs_assessment.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

MANN, Carol. **Women in Combat**: Identifying Global Trends. In: SHEKHAWAT, Seema (Ed.). Female Combatants in Conflict and Peace: Challenging Gender in Violence and Post-Conflict Reintegration. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2015. Cap. 1. p. 20-35.

MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atenas**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009. 280 p.

_____. Medo leva à subordinação de casos de abuso sexual nas Forças Armadas [19 de maio, 2016]. Rio de Janeiro: *Brasil de Fato*. Entrevista concedida a Camila Rodrigues da Silva.

NENTWICH, Julia. **Gender and Peacekeeping**: A Process of Norm Adaptation in the United Nations Bureaucracy. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Lei, Ciências Sociais e Relações Internacionais, Universidade de Saint Gallen, Fellbach, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de Paz.** Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MOREIRA, Nádia Xavier. **Instituições Militares**: Uma análise sociológica. 2011. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/dasm/sites/www.marinha.mil.br.dasm/files/Institui%C3%A7%C3%B5es%20Militares.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NEXO. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho mundial, em 3 pontos. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/08/A-desigualdade-de-g%C3%AAnero-no-mercado-de-trabalho-mundial-em-3-pontos>. Acesso em: 06 mar. 2019.

OFFICE OF THE SPECIAL ADVISER ON GENDER (OSAGI). **2004 Report of the Secretary-General on Women, Peace and Security**. Nova Iorque: 2004. 1 p. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/sg2004.htm>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. **Gender Mainstream**: Strategy for promoting gender equality. 2001. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet1.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2019.

OFFICE OF THE SPECIAL ADVISER ON GENDER ISSUES AND ADVANCEMENT OF WOMEN. High-Level Policy Dialogue (HLPD) on National Implementation of Security Council Resolution 1325 (2000) in Latin America and the Caribbean: Report of the High-Level Policy Dialogue. Santiago: **Department Of Economic And Social Affairs**, 2007. 38 p. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/cdrom/documents/Report_HLPD_National_Impl_SCR1325_LAC.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

OFFICE OF THE SPECIAL ADVISER ON GENDER ISSUES AND THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Important concepts underlying gender mainstreaming.** 2001. Disponível em:

<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet2.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

OFFICE OF THE SPECIAL ADVISER ON GENDER ISSUES AND THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Gender Mainstreaming:** Strategy For Promoting Gender Equality. 2001b. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

PARPART, Jane L.; ZALEWSKI, Marysia. **Rethinking the Man Question**: sex, gender and violence in international relations. Londres e Nova Iorque: Zed Books, 2008. 234 p.

PETERSON, S. Gendered Identities, Ideologies, and Practices in the Context of War and Militarism. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism**: Feminist Perspectives. Santa Barbara, Califórnia: Praeger Security International, 2010. 301 p.

PETTMAN, J. J.. **Feminist International Relations After 9/11**. Brown Journal Of World Affairs. Estados Unidos, p. 85-96. 2004.

_____. **Worlding Women**: A Feminist International Politics. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996. 218 p.

PRATT, Nicola; RICHTER-DEVROE, Sophie. Critically Examining UNSCR 1325 on Women, Peace and Security. **International Feminist Journal Of Politics**, [s.l.], v. 13, n. 4, p.489-503, dez. 2011. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/14616742.2011.611658.

REBELO, Tamya Rocha. **Estratégias de Igualdade de Gênero nas Operações de Paz**: Desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas generificadas. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 211. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/96021>. Acesso em: 31 ago. 2018.

REIS, Toni e EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. Educ. Soc. [online]. 2017, vol.38, n.138 [cited 2019-03-06], pp.9-26. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522.

RUIZ, T. (2004). **Feminist Theory and International Relations**: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism. Available Online: https://www.csustan.edu/sites/default/files/honors/documents/journals/soundings/Ruiz.pdf

SCHWETHER, Natália Diniz. **Agora é que são elas**: Desvendando o processo de incorporação das mulheres nas Forças Armadas de Brasil e Argentina. 2016. 180 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Reações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/168628>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SCHWETHER, Natália Diniz; PAGLIARI, Graciela de Conti. Políticas de gênero para a Defesa: os casos de Argentina e Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 26, n. 65, p.1-14, mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317266501.

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.71-99, jul. 1995.

SION, Liora. **Can Women Make a Difference?** Female Peacekeepers in Bosnia and Kosovo. Commonwealth & Comparative Politics, [s.l.], v. 47, n. 4, p.476-493, nov. 2009.

SJOBERG, Laura; VIA, Sandra. **Gender, War and Militarism**: Feminist Perspectives. Santa Barbara, Califórnia: Praeger Security International, 2010. 301 p.

SKJELSBÆK, Inger. Is Femininity Inherently Peaceful? The Construction of Femininity in the War. In: SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan. **Gender, Peace and Conflict.** Londres: Sage Publications, 2001. 239 p.

SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan. **Gender, Peace and Conflict**. Londres: Sage Publications, 2001. 239 p.

SYLVESTER, Christine. **Feminist International Relations**: An Unfinished Journey. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2004. 369 p.

TAKAHASHI, E. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação da Universidade de Campinas. Campinas. 2002.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

_____. **Gendering World Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001. 214 p.

_____. **You Just Don't Understand**: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. International Studies Quarterly, [s.l.], v. 41, n. 4, p.611-632, dez. 1997. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1111/1468-2478.00060. Disponível em: <https://www.jstor.org>. Acesso em: 14 mar. 2017

WOMEN'S INTERNATIONAL LEAGUE OF PEACE AND FREEDOM (WILPF). **Member States**. 2019. Disponível em: <https://www.peacewomen.org/member-states>. Acesso em: 13 mar. 2019.

UNITED NATIONS. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.** Pequim, 1995. 112 p. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Windhoek Declaration**. Namibia: 2000. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/windhoek_declaration.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

_____. **Gender Mainstreaming**: An Overview. Nova Iorque, 2002. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/e65237.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.

_____. **Gender Statistics By Mission.** 2014. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dec14.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Women in Peacekeeping.** 2017. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Summary of Troop Contributions to UN Peacekeeping Operations by Mission, Post and Gender.** 2017b. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/summary_of_troop_contributions_to_un_peacekeeping_operations_by_mission_post_and_gender.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **List of Peacekeeping Operations.** 2017c. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/unpeacekeeping-operationlist_1.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Women and peace and security.** Nova Iorque, 2008. 20 p. Disponível em: <https://undocs.org/S/2008/622>. Acesso em: 19 dez. 2018.

_____. **Women in Peacekeeping**. 2019. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/women-peacekeeping>. Acesso em: 13 mar. 2019.

ANEXOS

Anexo 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- Idade:
- Estado Civil:
- Tempo de casamento:
- Filhos:
- Grau de Escolaridade:
- Cidade onde reside:

- Ano:
- Curso (arma/serviço/quadro)?
- Tempo de missão:
- Tempo de treinamento

Parte I – Mulheres nas Forças Armadas brasileiras:

- Como foi sua experiência na carreira militar?
  - Processo de adesão;
  - Desafios;
  - Na sua concepção, existem dificuldades enfrentadas particularmente pelas mulheres nesse processo? Se sim, quais?

Parte II – Perspectiva de gênero

- Como se deu a introdução da perspectiva de gênero na capacitação das tropas enviadas desde o princípio da missão?
  - Métodos;
  - Atividades;
  - Efeitos na prática;
  - Essa estratégia foi empregada igualmente para homens e mulheres?

Parte III – Mulheres brasileiras nas missões de paz:

- Como funcionou o processo seletivo para participação nas missões de paz?
  - Esse processo tende a ser igual para homens e mulheres?
- Qual foi a principal motivação para sua participação na missão do Haiti?
- Você contou com apoio familiar?
- Para você, existe alguma relação das mulheres com a paz?

- Quais foram os principais postos ocupados pelas mulheres na missão?
- Qual o papel das mulheres na MINUSTAH?
    - Como foi a atuação em campo?
        - Avaliações (indivudais/grupo);
        - Desafios;
        - Condições de trabalho;
        - Integração com outras tropas;
- Na sua opinião, por que a participação das mulheres brasileiras, na carreira militar/operações de paz, ainda é mínima?
- Existe algo que você gostaria de acrescentar, além daquilo que foi tratado até aqui?

Anexo 2 – Slides iniciais das lições do *Core Pre Deployment Training Material* (CPTM) disponibilizadas pelo CCOPAB

Lesson

2.5

Conflict Related Sexual Violence

Lesson at a Glance

Aim

To provide an understanding of the obligations of peacekeeping personnel in effectively addressing conflict related sexual violence (CRSV).

Relevance

As peacekeeping personnel, the UN expects you to:

- Protect civilians, including from sexual violence in conflict
- In particular, protect women and children who are especially vulnerable

The Security Council has expressly tasked peacekeeping missions to address conflict related sexual violence.

Learning Outcomes

Learners will:

- Explain CRSV
- Identify CRSV as a punishable crime
- Describe the roles and responsibilities of peacekeeping personnel in addressing CRSV
- Explain how a peacekeeping mission coordinates actions to address CRSV

Lesson
2.6

Women, Peace and Security

Lesson at a Glance

Aim

To a) introduce the theme of women, peace and security and b) link a gender perspective to effective mandate implementation.

Relevance

As peacekeeping personnel, the UN expects you to:

- Protect and promote human rights, including women's human rights
- Protect women from sexual violence and help victims
- Be a role model in your conduct and in promoting gender equality

As UN peacekeeping personnel, you promote the UN standard of equality between men and women.

As UN peacekeeping personnel, you have a duty to protect human rights, including the rights of women affected by conflict.

Learning Outcomes

Learners will:

- Explain the different impact that conflict has on women and girls, men and boys
- Explain how women are both victims of conflict and key partners for peacekeeping and peacebuilding activities of UN peacekeeping operations
- Explain the concept of "gender mainstreaming" and its importance to effective mandate implementation
- Describe how peacekeeping personnel can help protect women and support gender equality in their daily work

Lesson

3.4

Sexual Exploitation and Abuse

Lesson at a Glance

Aim

To ensure all peacekeeping personnel know the UN prohibits sexual exploitation and abuse (SEA) as well as the standards of conduct and behavior the UN requires in this regard.

Relevance

- Allegations of SEA by UN peacekeeping personnel have been made by victims in many missions
- The UN has a zero tolerance policy on SEA by UN personnel
- ALL peacekeeping personnel have an obligation to create and maintain an environment which prevents SEA and to uphold the highest standards of conduct

Some peacekeeping personnel may believe that likelihood of SEA occurring in their mission is very small. This belief is not adequate preparation.

Learning Outcomes

Learners will:

- Explain what "zero tolerance of SEA" means
- Describe SEA and the uniform standards on SEA for peacekeeping personnel
- Describe DPKO's three-pronged approach to addressing SEA – prevention, enforcement and remedial action
- Explain the responsibility of individual peacekeeping personnel on SEA

Anexo 3 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável:
Instituição:
Endereço: CEP:
Telefone:

Concordo em participar do estudo "**Mulheres brasileiras na MINUSTAH:** uma análise sobre a inserção da perspectiva de gênero no treinamento e ação das tropas brasileiras no Haiti (2004-2017)". Estou ciente de que estou sendo convidado a participar voluntariamente do mesmo.

PROCEDIMENTOS: Fui informado de que o objetivo geral será: "Analisar a inserção da perspectiva de gênero, recomendada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos processos de capacitação para MINUSTAH, realizados pelo CCOPAB, de acordo com a experiência das mulheres brasileiras", cujos resultados serão mantidos em sigilo e somente serão usadas para fins de pesquisa. Estou ciente de que a minha participação envolverá "entrevista que poderá ser gravada".

RISCOS E POSSÍVEIS REAÇÕES: *Nenhum risco e possíveis reações.*

BENEFÍCIOS: Esta pesquisa justifica-se pelo fato de ser um tema atual e relevante, estando cada vez mais presente nos debates contemporâneos sobre a segurança internacional. O benefício de participar da pesquisa relaciona-se ao fato de que os resultados trarão contribuições importantes para os estudos de gênero nas missões de paz da ONU, visto que as discussões sobre o tema ainda são pouco exploradas no Brasil. Com isso, fica claro que para ampliar e estimular a produção acadêmica no que tange as questões de gênero no âmbito das operações de paz é necessário trazer para a Ciência Política essa discussão e estimular novos pesquisadores a trabalhar com essa temática.

PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA: Como já me foi dito, minha participação neste estudo será voluntária e poderei interrompê-la a qualquer momento.

DESPESAS: Eu não terei que pagar por nenhum dos procedimentos, nem receberei compensações financeiras.

CONFIDENCIALIDADE: Estou ciente que a minha identidade permanecerá confidencial durante todas as etapas do estudo.

CONSENTIMENTO: Recebi claras explicações sobre o estudo, todas registradas neste formulário de consentimento. Os investigadores do estudo responderam e responderão, em qualquer etapa do estudo, a todas as minhas perguntas, até a minha completa satisfação. Portanto, estou de acordo em participar do estudo. Este Formulário de Consentimento Pré- Informado será assinado por mim e arquivado na instituição responsável pela pesquisa.

Nome do participante/representante legal:_____
Identidade:_____
ASSINATURA:_____ DATA:_____/_____/ _____

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO INVESTIGADOR: Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios deste estudo. Coloquei-me à disposição para perguntas e as respondi em sua totalidade. O participante compreendeu minha explicação e aceitou, sem imposições, assinar este consentimento. Tenho como compromisso utilizar os dados e o material coletado para a publicação de relatórios e artigos científicos referentes a essa pesquisa. Se o participante tiver alguma dúvida ou preocupação sobre o estudo pode entrar em contato através do meu endereço

acima. Para outras considerações ou dúvidas sobre a ética da pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da ESEF/UFPel – Rua Luís de Camões, 625 – CEP: 96055-630 - Pelotas/RS; Telefone CEP (53)3273-2752.

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____